

REGINA COSTA NUNES ANDRADE

**A MEMÓRIA COLETIVA COMO INSTAURADORA DO
PROCESSO IDENTITÁRIO EM *UM RIO CHAMADO TEMPO*,
UMA CASA CHAMADA TERRA, DE MIA COUTO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2017

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

A553m
2017
Andrade, Regina Costa Nunes, 1986-
A memória coletiva como instauradora do processo
identitário em Um Rio chamado Tempo, Uma Casa Chamada
Terra, de Mia Couto / Regina Costa Nunes Andrade. – Viçosa,
MG, 2017.
viii, 98f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Orientador: Gerson Luiz Roani.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.
Referências bibliográficas: f. 92-98.

1. Memória. 2. Identidade. 3. Literatura. 4. Moçambique.
I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Letras.
Mestrado em Letras. II. Título.

CDD 22. ed. 869.1

REGINA COSTA NUNES ANDRADE

**A MEMÓRIA COLETIVA COMO INSTAURADORA DO
PROCESSO IDENTITÁRIO EM *UM RIO CHAMADO TEMPO,*
UMA CASA CHAMADA TERRA, DE MIA COUTO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 03 de abril de 2017.


Roberta Guimarães Franco Faria de Assis


Angelo Adriano Faria de Assis


Gerson Luiz Roani
(Orientador)

A todos os deuses.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, prof. Doutor Gerson Luiz Roani, por sua disposição, paciência e valiosa orientação. A todos os professores do PPGLetras-UFV, que em suas aulas enriquecedoras possibilitaram a formação teórica necessária para a pesquisa e escrita desta dissertação. À Adriana S. Gonçalves, pelo atendimento acolhedor e longas conversas.

Aos colegas de curso, pessoas que levarei em meu coração. À Katrícia Aguiar, Camila Galvão, Diana Gonzaga e Estela Leonardo, pelo companheirismo e boa energia, que me proporcionaram uma estadia maravilhosa em Viçosa-MG, amenizando a saudade da minha casa paraense.

À minha família que, mesmo distante, esteve sempre presente em meus pensamentos, aos meus pais e avós, exemplos de força e dedicação. Ao meu irmão Roberto C. Nunes, à Juliene Dias.

Ao meu querido companheiro, Evaldo da S. Andrade, pelo apoio incondicional, carinho e motivação, sem o qual eu não teria o alicerce necessário para esses dois anos de dedicação a esta dissertação.

A todos que estiveram presentes nessa jornada, fisicamente ou pelo companheirismo a distância.

As palavras e os conceitos são vivos, escapam escorregadios como peixes entre as mãos do pensamento. E como peixes movem-se ao longo do rio da História. Há quem pense que pode pescar e congelar os conceitos. Essa pessoa será quando muito um colecionador de ideias mortas.

Mia Couto, 2005

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	vi
RESUMO.....	vii
ABSTRACT.....	viii
APRESENTAÇÃO.....	01
1. UM CONTINENTE ESTILHAÇADO: DOMÍNIO EUROPEU E A INDEPENDÊNCIA AFRICANA.....	06
1.1 A colonização portuguesa na África.....	09
1.2 Percursos para a formação da República Popular de Moçambique	15
1.3 Imprensa em Moçambique: jornalismo & literatura	20
1.4 Mia Couto e a Literatura Moçambicana	26
2. ABORDAGENS TEÓRICAS: IDENTIDADE, MEMÓRIA E LITERATURA.....	31
2.1 Construção identitária.....	32
2.2 Constituição da memória coletiva	39
2.3 Literatura transfiguradora	45
3. MEMÓRIA MALILANE: CURSOS E PERCURSOS DA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE MARIANO	56
3.1 Personagens na fluidez de <i>Um rio</i>	59
3.2 A forma de <i>Uma casa</i> : epígrafes, capítulos e cartas	68
3.3 A Ilha de Luar-do-Chão: representatividade social e histórica.....	74
3.4 Construindo e constituindo a memória familiar.....	81
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	92

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa da Partilha da África na Conferência de Berlim	06
Figura 2 – Mapa <i>Portugal não é um país pequeno</i>	10

RESUMO

NUNES, Regina C. A., M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, abril de 2017. **A memória coletiva como instauradora do processo identitário em *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*, de Mia Couto.** Orientador: Gerson Luiz Roani.

Este trabalho propõe discutir o processo de formação identitária de Marianinho, narrador-protagonista de *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*, do escritor moçambicano Mia Couto, por meio da constituição da memória e sua busca pela rememoração do passado dos moradores da Ilha de Luar-do-Chão. Para isso, tem-se como base os estudos sobre a construção identitária realizados por Homi Bhabha, Stuart Hall, Zygmunt Bauman e Mircea Eliade, aliados à observação sobre o processo de formação da memória coletiva, a rememoração e o esquecimento, conceituados por Maurice Halbwachs, Paul Ricoeur, Jaques Le Goff e Peter Burke, dialogando com a Literatura e a inserção de elementos sociais, dos quais depreendemos os caminhos pelos quais perpassam a formação da identidade e da Literatura de uma nação, trazendo as abordagens de Kwame A. Appiah, Eduard W. Said, Antonie Compagnon, Nicolau Sevcenko e Antonio Candido. Dessa maneira, é exposto no primeiro capítulo teorias sobre o processo de formação identitária diante do pós-colonialismo e da relevância da constituição da memória coletiva para a formação do sujeito. No segundo capítulo, elencou-se os percursos históricos perpassados em Moçambique, a partir do imperialismo europeu no continente africano; as reflexões do narrador-protagonista, seu ponto de vista e sentimentos diante das (re)descobertas que realiza, reiterando que compreender aspectos da colonização portuguesa em Moçambique e os movimentos em prol da independência faz-se salutar para a análise do romance. No último capítulo, investigou-se as características das personagens a partir da fluidez do enredo, juntamente com a representatividade literária de Luar-do-Chão e o caminho de Marianinho, para a constituição da memória familiar e de sua identidade Malilane/Mariano, uma vez que a ausência de um passado abre o leque de possibilidades instáveis, pois para trilhar um futuro é necessário saber de onde se vem para a formação de uma identidade nacional e unidade familiar.

ABSTRACT

NUNES, Regina C. A., M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, April, 2017. **The collective memory as the initiator of the identity process in a *River called time*, of Mia Couto.** Advisor: Gerson Luiz Roani.

This Works aims to discuss the Marianinho's identity formation process, narrator-protagonist in *A river called time*, by Mozambican writer Mia Couto, through of memory constitution and your seek for remembrance of the past of island residents. For this, it is based on the studies on the identity construction carried out by Homi Bhabha, Stuart Hall, Zygmunt Bauman and Mircea Eliade, relation to observation about the collective memory formation process, the remembrance and forgetfulness, conceptualized by Maurice Halbwachs, Paul Ricoeur, Jaques Le Goff and Peter Burke. dialoguing with Literature and the social elements insertion, From which deducing the ways through which transpose the identity formation and the Literature of a nation, bringing approaches of Kwame A. Appiah, Eduard W. Said, Antonie Compagnon, Nicolau Sevcenko and Antonio Candido In this way, the first chapter exposes theories about the process of identity formation. in the face of post colonialism and the relevance of the collective memory constitution for subject formation. In the second chapter listed the historical course elapsed in Mozambique, from the European imperialism on African continent; the narrator-protagonist reflections, his point of view and feelings in face the rediscoveries that he performs, because of that it has reiterated understanding about Portuguese colonization aspects in Mozambique and the movements for independence, still it had been salutary for romance analysis. In the last chapter, the characters features were investigated by the fluidity of the plot, along with literary representation of Moon-of-Ground and the way of Marianinho to Family memory constitution and his identity Maliliane / Mariano, because the past absence open up a range of unstable possibilities, furthermore, to tread a future is necessary to know where someone comes, from to formations national identity and Family unity.

APRESENTAÇÃO

A presença portuguesa no continente africano inicia-se no século XV, com as grandes navegações, que influenciaram diretamente na expansão da Europa, ampliando seus limites geográficos, espaciais e culturais. Cerca de quatro séculos depois dessa expansão, em plena vigência do imperialismo europeu, disputas políticas e territoriais ocorreram pela partilha da África, que, por sua vez, na Conferência de Berlim (1885), sucumbiu quase toda ao domínio das nações europeias.

Consequência dessa partilha, a divisão das colônias africanas permaneceu entre Alemanha, Bélgica, França, Espanha, Inglaterra, Itália, Portugal, até o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1918, momento em que os países vencidos tiveram suas colônias africanas espoliadas, sendo a Inglaterra e a França as principais beneficiárias.

No entanto, após a Segunda Guerra Mundial, a África volta a ser palco dos embates e interesses internacionais, uma vez que torna-se área de disputa de influências entre a URSS e o Ocidente capitalista. Isso mostrou-se decisivo para a independência dos territórios africanos do império português, pois, para manter seu domínio, o governo luso modificou a constituição e mapa oficial de Portugal, passando a considerar-se um país transcontinental. Dessa maneira, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique passaram a ser consideradas *províncias ultramarinas*, ou seja, territórios português além-mar.

Quando os portugueses iniciaram a colonização em seus territórios africanos, não havia um sistema de escrita instituído entre os povos nativos, fator que contribuiu para a implantação e imposição da Língua Portuguesa como idioma oficial, visto que a cultura autóctone estava baseada na tradição oral, tendo a memória ancestral como elo transmissor da história e tradição. Essa ausência de um sistema de escrita oficial, aliada à diversidade linguística dos povos subsaarianos, bem como o fato de Portugal ter começado a implantar escolas e infraestrutura básica tardiamente – após a perda do domínio sobre o Brasil em 1822 –, juntamente com fatores econômicos e políticos, fizeram com que a Língua Portuguesa fosse adotada como idioma oficial por suas cinco ex-colônias.

Esses fatores implicaram diretamente na dinâmica dos movimentos em prol da independência de Moçambique, tendo, para isso, as publicações de jornais moçambicanos, que foram implementados no séc. XX. Mesmo atingindo uma pequena

parcela de pessoas alfabetizadas em português, o foco editorial voltava-se para a manifestação anticolonialista e defesa do direito dos moçambicanos à autonomia plena. Mesmo a população leitora estando localizada nos centros urbanos, já que a maioria dos falantes da Língua Portuguesa, até então, viviam na zona urbana da capital Lourenço Marques – atual Maputo. Desde então, jornalismo e literatura passam a dividir o mesmo espaço nos periódicos. No entanto, as publicações com caráter revolucionário e emancipacionista foram perseguidas pelo salazarismo, que vetou a liberdade de imprensa nas províncias ultramarinas.

Assim, sob fortes influências literárias externas que almejavam ir além do viés da supremacia eurocêntrica, tendo, também, como referências escritores da América Latina, especialmente brasileiros, em busca de um não alinhamento com a Europa, firma-se a Literatura Moçambicana. Uma atmosfera de incertezas e conflitos tornam-se presentes nas produções poéticas e literárias nos períodos de lutas, tanto contra o colonialismo, quanto o de guerras civis após a independência.

Nas obras do escritor moçambicano Mia Couto, essas instabilidades e mudanças são perceptíveis. Suas obras têm contribuído para a transfiguração ficcional da realidade da sociedade moçambicana e africana, de um modo geral, estando permeada de percepções sociais, culturais, psicológicas, humanas, dentre outras.

Sabendo que a Literatura pode ser desveladora da realidade social e uma forma artística de interpretação da experiência humana com o seu tempo, pois revela a situação cultural, política e social de uma comunidade em certo período, uma vez que os fatos históricos tornam-se matéria impulsionadora para a escrita das narrativas literárias, é que propomos analisar o romance miacoutiano *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra* (2003). Dessa maneira, abordaremos como essa temática é perceptível dentro desse texto literário, aliando nossa pesquisa aos conceitos da problemática da representação cultural e construções identitárias, tendo o romance enquanto fonte de representação histórica e social.

Em *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*, o processo de autodescoberta de Marianinho, narrador-protagonista do romance, desencadeia-se com o seu retorno à ilha de Luar-do-Chão. Incumbido de comandar as cerimônias fúnebres do avô Dito Mariano (de quem recebeu o nome), o jovem se vê como um estranho entre os seus familiares e entre as pessoas de sua terra, pois tem vivido e estudado na cidade nos últimos anos. Aos poucos, Marianinho percebe que voltou à ilha para um renascimento. Uma série de intrigas e segredos familiares envolve Fulano Malta (pai de Marianinho),

sua avó Dulcineusa, os tios Abstinêncio e Últímo, sua tia-avó Admirança e a velha Miserinha, dentre outras personagens presentes no romance. As nebulosas circunstâncias em torno da morte de sua mãe, Mariavilhosa, ressurgem. O rapaz descobre, por meio de cartas de origem enigmática, que o falecimento do avô permanece estranhamente incompleto. Trata-se de um momento de passagem, crucial para Marianinho e para Luar-do-Chão, uma vez que a terra está num estado de abandono, decadência e miséria.

No romance há um impasse cultural, religioso e político, que possui semelhanças com a situação social de Moçambique, já que nessa enigmática ilha, onde o rio armazena a memória dos espíritos e a terra sofre com obscuros feitiços, a tarefa de Marianinho é encontrar uma forma de levar adiante uma história que ultrapassa o ambiente familiar, ganhando o espaço público e social. Muitos são os segredos que o jovem deverá descobrir, tendo, para isso, o auxílio das cartas fúnebres de seu *clanicamente defunto* avô Dito Mariano, mesmo sendo tratado pelos familiares como criança e incapaz de compreender os acontecimentos que os cercam.

A narrativa também se apropria de dados históricos moçambicanos para encadear o enredo, adotando linearidade temporal por meio de referências ao movimento de independência. A nação presente na obra expõe duas faces conflituosas: a tradicional e a moderna. Dessa maneira, a dicotomia entre os dois espaços que compõem a imagem do país dentro do romance faz com que o rio separe, em vez de ligar. Tanto que para retornar à ilha é necessário realizar um rito de passagem, para que a terra permita o regresso por completo, como descrito no primeiro capítulo de *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*. Nesse romance, o narrador esboça a união entre a ilha e a cidade por meio de Marianinho, passando esse a ser o elemento conciliatório entre a tradição e a modernidade, o mítico e o científico.

A linguagem utilizada no romance contém neologismos e palavras em banto, contribuindo para sua poeticidade, a qual acompanha o encantamento que o protagonista tem ao percorrer a ilha e conhecer seus habitantes. Além de ser uma característica da escrita de Mia Couto, os neologismos e apropriação da língua portuguesa pela veia poética são próprios do de seu estilo, dinâmica que proporciona ir além do que já se conhece da idioma do ex-colonizador, para dar-lhe nuances próprias. Isso está em consonância com o uso de palavras em banto – com a utilização de glossário, marcando, dessa forma, o universo tradicional na obra, aliando ao hibridismo linguístico, que revela a presença da oralidade na prosa.

Tendo o espaço dentro do romance – a ilha fictícia de Luar-do-Chão e a capital, que é apenas mencionada – como representação de Moçambique, partimos da focalização histórica de Moçambique como imprescindível para a compreensão dos conflitos representados pela obra em análise. Portanto, os estudos sobre a formação identitária e a construção da memória, tendo como base a Literatura enquanto transfiguradora dos fatos históricos, no processo de autodescoberta e organização social mostra-se relevante para nossa pesquisa, afinal, nas palavras de Néstor G. Canclini, “estudar processos culturais, por isso, mais do que levar-nos a afirmar identidades auto-suficientes, serve para conhecer formas de situar-se em meio à heterogeneidade e entender como se produzem as hibridações.”¹

Para isso, o caminho metodológico desenvolvido parte do método analítico. Aliamos as pesquisas bibliográficas a uma leitura investigativa, reflexiva e crítica do referencial teórico, para fundamentação deste trabalho. Nesta dissertação, elencamos, no primeiro capítulo, um apanhado histórico sobre a colonização africana, trazendo uma síntese da dominação portuguesa na África, os embates internacionais, focando nas lutas moçambicanas em prol da independência; também discorreremos brevemente sobre Mia Couto, seu percurso de jornalista e escritor, perpassando pela interlocução entre lusofonia e literatura moçambicana.

No segundo capítulo, expomos os principais conceitos teóricos que fundamentam nossa pesquisa, pois a análise da construção da memória coletiva conflui para a fundamentação do discurso pedagógico da nação, inserindo-se nesse contexto a perspectiva do hibridismo cultural como meio conciliatório entre o tradicional e o moderno, conflitantes na obra, diante do movimento de globalização iminente, e aos estudos identitários e pós-coloniais.

No último capítulo, realizamos a análise do percurso empreendido por Marianinho em *Um rio chamado tempo, uma chamada terra* (2003), para a construção identitária, sendo a formação da memória coletiva familiar sua desencadeadora, perpassando pela apropriação individual, bem como os embates sociais representados no romance, os quais contribuem para sua autodescoberta, elementos que fazem com que o protagonista entenda a si mesmo como pertencente ao universo tradicional e

¹ CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Trad. Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 4 ed. São Paulo: EdUSP, 2013, p. XXIV

familiar. Por fim, trazemos nossa últimas considerações, englobando as perspectivas adotadas nesta dissertação.

1. UM CONTINENTE ESTILHAÇADO: DOMÍNIO EUROPEU E INDEPENDÊNCIA AFRICANA

Só resolveremos nossos problemas se os encararmos como problemas humanos, decorrentes de uma situação espacial. Não os solucionaremos se os virmos como problemas africanos, gerados pelo fato de sermos meio diferentes dos outros.

Kwame Anthony Appiah, 1997

As colônias africanas permaneceram por mais de quatro séculos sob domínio imperialista da Alemanha, Bélgica, Espanha, Itália, França, Inglaterra e Portugal. Essas três últimas nações, todavia, principalmente a partir do século XIX, foram as metrópoles que mais enfaticamente mantiveram domínio em África, explorando ostensivamente o território por meio da ocupação de colonos, mapeamentos territoriais, tráfico negreiro, cultivo da terra, extrativismo mineral e vegetal, dominação política e cultural. Além disso, essas potências europeias foram as que mantiveram-se mais ativas nas disputas políticas e territoriais africanas, mesmo nos períodos de desgastes social, político e econômico conseguintes às duas Guerras Mundiais.

Os movimentos em prol da independência africana tomam forma incisivamente no século XX, passando, por meio de jornais e produções literárias, a ganhar atenção internacional. Essa postura faz com que seja desmistificado o discurso de integração territorial pacífica e consensual proferido pelos colonizadores à comunidade internacional, sobretudo após a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Como podemos notar a seguir no mapa de divisão da África após a Conferência de Berlim², quase todo o território permaneceu sob a posse dos impérios europeus. As definições territoriais foram estabelecidas à revelia, sem considerar os limites fronteiriços das comunidades étnicas já existentes. A exploração das riquezas e dos povos do território africano deu origem a disputas políticas e de influência entre os colonizadores, que foram amenizadas após essa partilha. Com o fim da Primeira Guerra

² A Conferência de Berlim ocorreu em 1885. Nela, estabeleceu-se a partilha do continente africano como forma de garantir os territórios e evitar possíveis lutas armadas, decorrentes de disputas por posses. Também ficou definido o fim do tráfico de escravos africanos e a ocupação territorial por colonos. Desse modo, nenhuma nação europeia envolvida poderia reclamar um território sem o consentimento das demais.

Mundial, em 1918, o mapa da partilha sofre alterações, pois os territórios que pertenciam à Alemanha foram espoliados pela França e Inglaterra.

Uma das justificativas empregadas pelas metrópoles europeias para legitimar a dominação da África partiu da noção de que a exploração e o cultivo da terra garantiria o direito de posse sobre ela. Essa postura exploratória entrou em conflito com o sistema cultural dos povos autóctones nômades, que viviam em várias regiões da África subsaariana.



Figura 1 – Mapa da Partilha da África na Conferência de Berlim³.

Como consequência do enfraquecimento da Europa e do imperialismo europeu após a Segunda Guerra Mundial – que perdurou de 1939 até 1945 –, surgiram, da África, diversos movimentos que almejaram a implantação de uma consciência nacionalista. A partir de então, surgem os movimentos em prol da independência, que adotam a ideologia do Pan-Africanismo⁴, perceptível, inclusive, nos nomes dos

³ Fonte: <http://schafergabriel.blogspot.com.br/2015/03/o-imperialismo-do-seculo-xix.html>. Acessado em 10/05/2016.

⁴ O conceito de pan-africanismo utilizado aqui é o apresentado por APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. Sugerimos conferir, para um melhor compreensão acerca do significado incorporado ao pan-africanismo, ALMEIDA, Érica Reis. O PAN-AFRICANISMO E A FORMAÇÃO DA OUA, in: Revista Geo-Paisagem (on-line), disponível em: <http://www.feth.ggf.br/%C3%81frica.htm>, acessado em 10/05/2016. Segundo essa autora, “esse movimento foi crucial na constituição da identidade negra, tendo

primeiros jornais da época – por exemplo o *Voz Africana*, de Moçambique –, fazendo com que houvesse uma união identitária, sobretudo os de empoderamento, como o movimento *Negritude*, o qual buscou referência no *Black Power* americano.

Diante desse trabalho de conscientização a favor de uma união fortalecedora, o colonialismo passa a ser inadmissível e ocorre o estabelecimento de lutas pela independência em todo o território africano. Contudo, salientamos que esses movimentos não aconteceram concomitantemente em todo o continente, já que cada colônia possuía entraves decorrentes dos tipos de domínios diferentes, além da diversidade étnica e de línguas.

Nesse período, surgem, também, vários movimentos políticos, culturais, criação de partidos, atividades sindicais e a implantação de jornais locais – os quais, por sua vez, não deixam de conter compromisso político –, marcando os meios de luta e resistência africana. Outro ponto que contribuiu para o fortalecimento desses movimentos foi a expansão da ideologia socialista, que começou a penetrar na África, logo após a Segunda Guerra Mundial.

No período entre 1945 até 1960, houve um grande avanço do sentimento anticolonialista no continente africano influenciado pelos soviéticos contra o imperialismo internacional do Ocidente capitalista. Os socialistas empenharam-se em manter apoio à descolonização de África, por meio de recursos materiais, humanos e diplomáticos, mesmo que:

Os países ocidentais esforçaram-se para isolar a África da influência do bloco soviético, ao passo que o nacionalismo africano estava distante de ignorar a ajuda que esse mesmo bloco poderia conceder-lhe em seu combate contra a supremacia dos colonos rodesianos no Zimbábue, contra o colonialismo português em Angola, na Guiné-Bissau e em Moçambique, contra o domínio sul-africano na Namíbia e contra o *apartheid* e o poder dos colonos brancos na África do Sul⁵.

Contudo, nem todo apoio estrangeiro foi em prol da independência dos territórios africanos, como no caso da ajuda dada pela Organização do Tratado do

sido um instrumento de unidade de luta destes por reconhecimento, direitos humanos, igualdade racial e depois como elemento agregador na luta pela independência (nacionalismo) através de seus congressos, e também como componente aglutinador para formação de uma instituição continental que também tinha como um dos seus objetivos a descolonização de todo território africano”. Ainda conforme a autora, os textos de Alexander Crummell inauguraram o discurso do pan-africanismo, “pois ele traduz exatamente a ideia da existência de um povo negro que, por sua vez, constituía uma unidade que teria no continente africano o seu lugar”.

⁵ SILVÉRIO, Valter Roberto. *Síntese da coleção História Geral da África: séculos XVI ao XX*. Brasília: UNESCO, MEC, UFSCar, 2013, p. 576.

Atlântico Norte (OTAN), que por um longo período subsidiou a conduta portuguesa com suas colônias – as quais o governo português denominava de “províncias ultramarinas” para justificar o domínio das regiões, como veremos na próxima seção –, especialmente no tocante ao armamento utilizado para combater as forças de libertação africanas.

1.1 A colonização portuguesa na África

Quando ocorreram as alterações e a consolidação da partilha da África, Portugal estava “envolvido no turbilhão da grande política internacional, incapaz, pelas suas forças limitadas, de competir vantajosamente com a Alemanha e a Grã-Bretanha⁶”. A ideia de que, desde o século XIX, o império português estava em plena decadência torna-se mais evidente, o que gerou expectativas de apropriação das colônias africanas pelas outras metrópoles europeias. Desse modo, “não é exagero dizer que o problema financeiro estava na base da maior parte das complicações. Crise interna em Portugal, provocada em parte também pela queda da monarquia no Brasil e suas repercussões⁷”, em 1822.

As colônias portuguesas, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Moçambique e Angola, iniciaram os movimentos de independência mais tardiamente em relação às demais colônias africanas de outros países. Como resposta, o fascismo português intensificou a prática segregacionista nesses territórios, destinando a mais baixa posição social aos povos autóctones, sem fornecer meios para a ascensão e inclusão desses, mantendo os cargos de primeira linha para os portugueses, e os secundários para os assimilados.

Outra alteração das comunidades autóctones desses cinco territórios foi a mudança da estrutura social, que passou da base coletivista familiar, os clãs, para o modelo capitalista ocidental. Decorrente dessas práticas colonialistas, juntamente com a má remuneração nos poucos postos de trabalho ofertados e baixa expectativa de

⁶ PATTEE, Richard. *Portugal na África contemporânea*. Rio de Janeiro: PUC, 1961, p. 18.

⁷ *Idem*, p. 29.

melhoria de vida⁸, que agravam-se nesse período, somado ao desamparo por parte do governo português, logo passou a ser sentido drasticamente pela população local.

No entanto, na contramão desse aumento da presença lusa em busca de riquezas, a metrópole passa a reduzir consideravelmente os serviços administrativos nas colônias que já eram precários e não atendiam a demanda dos que buscavam a *assimilação*⁹, mantendo os serviços básicos nas principais zonas urbanas das colônias.

Os problemas financeiros de Portugal agravaram-se com o passar dos anos. A política colonialista portuguesa na África tomou outra direção diante da crise econômica mundial do início do século XX que, sob o regime de Antonio de Oliveira Salazar¹⁰ (1889-1970), passou a explorar ainda mais seus territórios, exercendo o regime de extração mineral e vegetal de maneira intensa, com trabalhos forçados, taxaço e monopólio da produção agrícola, vetando, até mesmo, as culturas agrícolas de subsistência.

Para tentar resolver o *problema colonial*, Portugal via-se diante de três alternativas possíveis: a independência, alegando os “riscos e as incertezas que esta solução implica para países subdesenvolvidos e sem experiência na direção das relações internas e externas”; conceder uma autonomia, mas mantendo “ligações permanentes com a metrópole”; ou realizar uma unificação jurídica e constitucional, que foi o caminho adotado¹¹. Nessa perspectiva, Portugal lançou mão do discurso de grandiosidade, incorporando todas as suas *provincias* ao mapa oficial, ideologia que culminou na exposição do mapa *Portugal maior*, que expomos adiante.

⁸ Como fica esclarecido através da nota de rodapé em uma das cartas que compõe o *Moçambique pelo seu povo*, de José Capela, no qual cita que a cultura do algodão era salutar a exploração da mão-de-obra, pois “durante o período da cultura, os agricultores, forçados a fazer algodão para as grandes companhias, eram ainda sujeitos a castigos corporais por parte de uma fiscalização que chegava a não permitir as culturas domésticas de subsistência. Nesta fiscalização tomavam parte, muitas vezes, as autoridades administrativas, cumulativamente com os funcionários das companhias” CAPELA, José. *Moçambique pelo seu povo: cartas à “Voz Africana”*. Porto: Centro de Estudos Africanos da universidade do Porto, 2010, p. 72.

⁹ Os assimilados, segundo definição de José Capela, são “aqueles que a instrução pública dotara com os meios para se subtraírem à condição indígena e se alcandorarem à categoria de cidadãos”. Mas, como podemos perceber no contexto geral, o alcance da categoria de assimilado não estava acessível a grande maioria da população, fazendo com que a elite branca portuguesa mantivesse para si os principais cargos administrativos nas então províncias ultramarinas. Além disso, a negação da assimilação mostrou-se parte dos movimentos pró-independência, sendo um dos meios de resistência. CAPELA, José. *Moçambique pela sua história*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2010, p. 148. Disponível em: <https://www.google.com.br/?client=firefox-b-ab#>. Acessado em 16 de junho de 2016.

¹⁰ Salazar foi um ditador que, em 1933, instaura o Estado Novo em Portugal, também conhecido como Segunda República, e teve sua ascensão política durante o regime militar (1926-1932). O regime salazarista inseriu Portugal em sérios problemas políticos, econômicos e social, vetando a liberdade de expressão e implantando o regime fascista em Portugal.

¹¹ PATTEE, Richard. *Portugal na África contemporânea*. Rio de Janeiro: PUC, 1961, p.448.

Essa propaganda salazarista de engrandecimento de Portugal ocorria, concomitantemente, com a certeza de falência do país, especialmente em um momento de grandes problemas econômicos, políticos e sociais no mundo. No mapa subsequente, vemos a expressão gráfica de que o domínio do Império português estendeu-se por uma área, que reorganizada, aproximava-se ao tamanho da Europa. Dessa maneira, na década de 1940, foi trazido à tona a tentativa de resgatar o discurso de grandiosidade do período das Grandes Navegações portuguesas. Nenhum território da Ásia e da África ficaram de fora, como podemos ver no mapa a seguir, o que fazia jus ao lema salazarista “Portugal do Minho ao Timor”.



Figura 3 – Mapa *Portugal não é um país pequeno* (1934), confeccionado por Henrique Galvão, em virtude da Exposição Colonial do Porto¹².

Em contraposição à postura do governo luso, as colônias francesas e britânicas da África Ocidental obtiveram independência em 1965, uma década antes que das portuguesas. Isso foi reflexo da não aceitação da emancipação política das colônias por Portugal, reforçando a crença que a modificação de sua constituição e mapa – incluindo os cinco territórios como *províncias ultramarinas*, – não tinha intuito de favorecer as

¹² Disponível em: <http://meteoropole.com.br/2013/10/portugal-nao-e-um-pais-pequeno/>. Acesso em 26 de junho de 2016.

colônias, mas seria apenas uma resposta à comunidade internacional, especialmente após a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Tornou-se evidente que,

Desde o início, Portugal considerou as suas colônias como províncias portuguesas de além-mar. Ao longo dos anos 1950, Portugal agarrava-se a essa ideia com um fanatismo e uma cegueira crescentes – malgrado a evidente progressão do nacionalismo africano. Assim, os portugueses mantinham uma política que consistia em preservar por todos os meios a integridade do seu império. Em razão das características próprias ao colonialismo português e ao fascismo, no poder desde 1926, suas colônias apresentavam um considerável atraso: nenhuma linha férrea ou estrada e uma primitiva economia de tráfico dominada por monopólio. Em razão do limitadíssimo número de estabelecimentos de ensino superior, não havia classe média ou burguesia para conceder a quem quer que fosse impulso ou inspiração. E, como os portugueses estavam determinados a reprimir qualquer agitação anticolonial, pelos meios mais extremados, foi somente ao fim dos anos 1950 que partidos políticos começaram a aparecer na África portuguesa¹³.

Silvério expõe os problemas decorrentes do modelo de colonização empreendido por Portugal na África, os quais inflam ainda mais os anseios independentistas, pois mesmo estando como *províncias portuguesas além-mar* na Constituição portuguesa, as colônias recebiam precárias infraestruturas – ou quase nenhuma.

Além disso, a população portuguesa arcou com as perdas humanas e financeiras geradas pela Guerra Colonial, fazendo com que as manifestações em prol da independência das províncias ultramarinas não ficassem restritas ao continente africano, mas havendo, também, manifestações dentro de Portugal. Mediante esses fatos, houve violentas guerras na África portuguesa pela conquista da independência, o que acabou por levar os movimentos de luta a ganharem mais força diante do descontentamento da população, havendo casos em que cidadãos portugueses (europeus) apoiaram a causa nacionalista.

Ademais, as lutas armadas pela independência obtiveram adesão internacional, principalmente do bloco socialista. O apoio de Cuba à Angola, com o envio de equipes e material militar, é o maior exemplo de intervenção estrangeira, possibilitando os recursos para a resistência angolana e a não procrastinação do reconhecimento da independência por Portugal. Na Guiné-Bissau, a derrota do exército colonial gerou reflexos negativos para o salazarismo, havendo uma desmoralização entre os soldados

¹³SILVÉRIO, Valter Roberto. *Síntese da coleção História Geral da África: séculos XVI ao XX*. Brasília: UNESCO, MEC, UFSCar, 2013, p. 487.

do Império e, também, um forte descontentamento popular, uma vez que a maior parte dos portugueses não apoiavam as guerras de repressão aos movimentos independentistas. Esses impactos também influenciaram na queda do Estado Novo português.

O líder guineense, Amílcar Cabral, fundou, em 1956, o Partido Africano de Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC) que, no início, manteve uma postura pacífica. Mas, com a constante repressão sofrida, adotaram a luta armada aliada ao trabalho clandestino de conscientização da população nas comunidades, expondo a necessidade de libertarem-se do sistema colonial português para superarem as dificuldades locais.

Mesmo com o apoio da OTAN, os militares portugueses não venceram a resistência do PAIGC, e Guiné-Bissau proclama sua independência, em 27 de setembro de 1973. Isso gerou reflexos imediatos em Angola, Moçambique e em Portugal, pois estimulou os soldados portugueses a derrubarem o regime salazarista em abril de 1974 – marco histórico conhecido como Revolução dos Cravos – e o reconhecimento oficial da independência das demais quatro colônias no ano seguinte.

Uma das últimas estratégias portuguesas foi a implantação dos *povoados protegidos*, que tinham por finalidade a reorganização das comunidades situadas nas áreas de combate. Esses povoados muito se assemelhavam aos campos de concentração típicos de guerras. Contudo, foram nesses reagrupamentos que as forças de libertação obtiveram suas primeiras vitórias. Em Angola, o Movimento Pela Libertação de Angola (MPLA) implantou-se nas cercanias da capital Luanda, a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA) ocupou diversas regiões interioranas. Em Moçambique, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) tomou rapidamente as regiões nortenhas. Desse modo,

Ao final de 1984, a OTAN perdera o seu protetorado sobre os países que ainda subsistiam como colônias, em 1970, mas, em contrapartida, ela lograra preservá-lo nos países que, na época, haviam conquistado a sua independência e que se haviam tornado, nesse interim, neocolônias. Dessa forma, justificava-se globalmente a estratégia do Ocidente de conceder, após a guerra, a independência as suas colônias para poder mantê-las sob o seu raio de influência econômica. A partir de 1974, o essencial do drama afro-ocidental desvelou-se não mais em cenário político, mas no âmbito econômico¹⁴.

¹⁴ MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. *História geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010, p. 577.

As guerras coloniais tornaram-se muito onerosas para Portugal, principalmente diante dessa retirada do apoio internacional. Assim, em 8 de setembro de 1974, o governo português assinou os acordos de Lusaka com os movimentos de libertação, o que concedia a Angola e a Moçambique autonomia interna para a realização de eleições gerais. Dirigidos pelo MPLA e FRELIMO, respectivamente, proclamam independência em 1975.

A postura das novas nações africanas diante das pressões internacionais foi o não alinhamento com o Ocidente e a aproximação econômica com países em desenvolvimento – como os árabes, os asiáticos, os latino-americanos e os povos do Caribe. Além disso, viram-se diante de uma estratégia de desenvolvimento neocolonialista, o que ocasionou em busca pela descolonização econômica, indo ao encontro de objetivos socialistas, especialmente nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – PALOP, que obtiveram apoio cubano durante as lutas pela libertação.

As ex-colônias portuguesas foram as únicas, no continente africano, a não herdarem um sistema de representação parlamentar pluripartidarista, uma vez que não houve por parte de Portugal o incentivo à adoção do modelo democrático, o que é compreensível pelo próprio momento político vivido pelos portugueses e africanos – sob a ditadura salazarista –, predominando uma colonização puramente de exploração e rapinagem.

Além disso, a natureza poliétnica e a diversidade linguística não mudaram após as independências, permanecendo a heterogeneidade nos novos países, bem como os antigos problemas de delimitação geográfica, de controle populacional e educacional do período colonial. Isso fez com que as fronteiras nacionais fossem artificiais e ineficazes na tentativa de delimitação dos limites políticos, tornando a busca pela consolidação do poder central dos novos governantes o objetivo imediato.

No tocante a definição do idioma oficial,

A língua portuguesa foi – e continua sendo – o elemento cultural que se fez um dos principais alicerces, seja da construção identitária erigida no espaço europeu, seja da sedimentação do que podemos considerar a trama de diferenças que por ela se teceu e tece nos países colonizados onde se fez ou o idioma nacional, ou a língua oficial.¹⁵

¹⁵ PADILHA, Laura Cavalcante. *Da construção identitária a uma trama de diferenças – Um olhar sobre as literaturas de língua portuguesa*. Disponível em: <https://rccs.revues.org/950>, acessado em 07/05/2017.

Consequentemente, tornou-se conveniente às novas elites manterem as estruturas políticas coloniais, como a adoção da Língua Portuguesa como idioma oficial¹⁶. Em suma, os primeiros governantes africanos dos membros do PALOP no pós-independência adotaram o sistema monopartidário, possibilitando a consolidação do poder por um único partido, uma vez que uma reforma política completa seria onerosa e demorada. A falta de uma estrutura política e educacional estruturada, especialmente no período de transição para a independência, também mostrou-se crucial para os antigos territórios portugueses, pois:

Se o colonialismo produziu uma elite política africana, ele não criou a vanguarda econômica necessária ao desenvolvimento da África. A educação colonial facilitou a realização de um primeiro objetivo, a emancipação dos africanos; contudo, a herança colonial não bastaria jamais para assegurar o desenvolvimento do continente. As competências, em matéria de comunicação, devem combinar-se com as capacidades relativas à produção e ao desenvolvimento.¹⁷

Decorrente disso, as eleições nos moldes ocidentais forçavam uma disputa, que se mostrou em contradição com a cultura dos povos autóctones, em que os mais velhos detinham um maior poder de decisão. Isso tornou-se algo emblemático, uma vez que os direitos do homem “sofreram um revés na África, na justa medida em que os direitos fundamentais foram redefinidos através do banimento dos direitos da tradição (os ancestrais) e aqueles próprios a posteridade (as futuras crianças)”¹⁸, acarretando em guerras civis.

1.2 Percursos para a formação da República Popular de Moçambique

Em Moçambique, país ao qual daremos enfoque acerca das mudanças históricas neste trabalho, a disputa eleitoral mostrou-se bem controversa, conforme explanamos

¹⁶Sugerimos conferir FIRMINO, Gregório. *Processo de transformação do Português no contexto pós-colonial de Moçambique*. Disponível: <https://goo.gl/6wNIBA>, acessado em 14 de fevereiro de 2017, às 11:55. E a página do Instituto Camões: <https://goo.gl/W2FFKk>, acessado em 14 de fevereiro de 2017, às 10:35.

¹⁷MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. *Op. Cit.*, p. 600.

¹⁸SILVÉRIO, Valter Roberto. *Op. Cit.*, p. 526.

anteriormente. Não houve uma substituição pacífica na forma de organização social, visto que passou dos grupos tribais/clãs – nos quais o coletivo prevalecia em detrimento do privado – à uma corrida pelo poder.

Guiada pela FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), a República Popular de Moçambique é reconhecida como país independente em 25 de junho de 1975, após dez anos de lutas contra o domínio português (1964 até 1974). Entretanto, no interstício entre o acordo de independência e sua deflagração concreta (1974-1975), muitos ajustes sociais e políticos permaneceram sem serem realizados. A FRELIMO surge como consequência das mudanças operadas na África, dos movimentos continentais e com influências externas, tanto que:

Uma frente formada em 1962, em Dar-es-Salam, na então Tanganica (atual Tanzânia), a partir de três outros movimentos: a União Democrática Nacional de Moçambique (Udenamo), formada a partir da Rodésia do Sul (atual Zimbábue), em 1960; a Mozambique African National Union (Manu), constituída em 1961, a partir de vários pequenos grupos já existentes de moçambicanos que trabalhavam na Tanganica e no Quênia; a União Nacional Africana de Moçambique Independente (Unami), formada por exilados residentes no Malauí (antiga Niassalândia), conforme informa um de seus fundadores e primeiro presidente, Eduardo Mondlane¹⁹.

A forma como esse partido foi criado é resultado da insatisfação generalizada em todo o território, uma vez que a constituição das *províncias ultramarinas* apenas serviu como resposta à comunidade internacional, que pressionava Portugal pelo fim das colônias na África, mas sem oferecer alterações na dominação explorada exercida pelo Império português. A partir de 1994, Moçambique tornou-se bipartidário, mas a FRELIMO continua à frente do governo, sendo todos os presidentes já eleitos desse partido, fato que gerou controvérsias acerca da idoneidade do processo eleitoral.

Outro fenômeno que exemplifica tal situação é o processo em que a RENAMO (República Popular de Moçambique) – partido moçambicano com o qual a FRELIMO disputou o controle do país durante os dezesseis anos de guerra civil – ganhou força na história moçambicana. Délcio Braúna expõe esse contexto da atuação da RENAMO na guerra civil moçambicana, evidenciando que:

Daí a compreensão de que o processo de guerra compreendeu três períodos: o “período rodesiano”, o “período sul-africano” e o “período

¹⁹ BRAÚNA, José Dércio. *Op. Cit.*, p. 59.

da Renamo”. O primeiro, o *período rodesiano* (indo do princípio do conflito até 1980), corresponderia à agressão da Rodésia de Ian Smith, na busca por desestabilizar o Moçambique socialista. O segundo, o *período sul-africano* (indo do princípio dos anos 1980 até 1984, ano do acordo de Nkomati), seria aquele em que se dá a transferência da base da Renamo para a África do Sul após a independência da Rodésia e em que a influência de fatores externos é ainda considerável. O terceiro, o *período da Renamo* (indo do acordo de Nkomati, em 1984, até o fim do conflito, em 1992), seria aquele no qual a Renamo “ganha dinâmica própria” e estende suas atividades à quase totalidade do território moçambicano²⁰.

Assim, mesmo após o decênio de lutas e com a conquista da almejada independência, Moçambique entra em um ciclo de novos conflitos, desencadeados por lutas armadas internas financiadas por outros países, dentre os quais destaca-se a África do Sul, principal financiadora do RENAMO.

No entanto, segundo Carmen Lúcia Tindó Secco, essas guerras após independência “não podem ser conceituadas, apenas, como civis, uma vez que tanto Angola, como Moçambique sofriram, na época, pressões do capitalismo veiculado pelos Estados Unidos e África do Sul, países interessados na perpetuação do choque interno”, nos embates entre os principais partidos dessas duas novas repúblicas. Tanto que “em Moçambique, com a consciência de que havia pressões externas, muitos preferiram chamar de guerra de desestabilização às lutas desencadeadas após 1975”.²¹

As experiências dos conflitos armados em Moçambique no período pós-independência vai além do caráter endógeno, não sendo apenas oriundos de choques sociais internos entre FRELIMO e RENAMO. Dessa maneira, há a problemática de delimitação de quem é o inimigo, já que

Essas guerras anticoloniais tinham um inimigo concreto: o colonialismo. Havia ainda certa ética, pois os exércitos se dividiam, com clareza, entre colonizados e colonizadores. (...) Já as lutas travadas após as libertações políticas de Angola e Moçambique se transformaram em duelos, verdadeiras carnificinas que não respeitaram nem filhos, nem irmãos da mesma pátria. Interesses exógenos se mascararam, então, em endógenos; muito sangue fraterno correu em vão, dilacerando as nações recém-libertadas²².

²⁰ *Idem*, p. 78.

²¹ SECCO, Camen Lucia Tindó Ribeiro. Por entre memórias e silêncios: representações literárias das guerras em Angola e Moçambique. In: *Scripta*. Belo Horizonte, v. 12, n. 23, p. 13-25, 2º sem. 2008, p. 13

²² *Idem*, p. 15

A posição geográfica da República Popular de Moçambique favoreceu o constante contato com outros países e, desde o início do período colonial, seus limites territoriais não abrangiam as divisões étnicas dos povos autóctones, sendo a delimitação das fronteiras de caráter apenas administrativo.

Diante disso, a incorporação do sentimento de pertencimento espacial à nação moçambicana fosse ainda mais importante para o governo republicano. O território moçambicano ficou delimitado ao leste africano, herdando seu nome da pequena Ilha de Moçambique, e fazendo divisa com a Tanzânia, Zimbábwe, Malawi e, ao sul, próximo a capital Maputo, faz divisa com a África do Sul, com quem mantém relações comerciais.

Diante de tanta adversidade, a internalização do sentimento nacionalista mostrou-se útil à FRELIMO, sendo incorporado ao seu discurso ideológico. Afinal, definir os limites territoriais passou a ser o principal obstáculo ao novo governo. Ciente desse fato, Samora Machel, que foi o primeiro presidente moçambicano, partia, em seus discursos e publicações, de uma época antes da colonização para afirmar a existência e construir a história de Moçambique. No entanto, essa postura mais política que histórica ainda é muito criticada, sendo nítido que os povos autóctones viviam há séculos sem limitações geográficas, migrando por diversas regiões, prova disso foi que a heterogeneidade e o número populacional moçambicana foram fatores que dificultaram a dominação portuguesa, juntamente com o maior distanciamento físico da metrópole.

Nessa perspectiva adotada pela FRELIMO, a história do país passa a ser contada a partir dos povos autóctones que viveram anteriormente à expansão lusa. Isso pode ser considerado controverso, já que antes da colonização não havia delimitações territoriais nessa região e que a noção de país é algo recente na história da humanidade, não abarcando o discurso patriótico de uma unidade nacional anterior à presença portuguesa empreendido por esse partido. Contudo, essa estratégia mostra-se válida para formação da nação moçambicana, do *ser* moçambicano, pois quando muda-se o foco no início de uma narrativa também altera-se o olhar discursivo que a acompanha. Desse modo,

Os *fiões mais antigos* com que se busca costurar a nação que digo fazem referência ao trabalho de escrita da história moçambicana pela Frelimo, no qual há a busca por dar à unidade “Povo Moçambicano” uma nascerça que ultrapasse, que negue os marcos da escrita da história colonizadora. É o que temos posto na introdução de *História de Moçambique*, edição da Frelimo²³.

23 BRAÚNA, José Dércio. *Op. Cit.*, p. 95.

Além disso, vários fatores vieram “a dificultar o processo de construção imaginária dessa comunidade”²⁴, uma vez que além dos embates internos, fazia-se necessário a afirmação de uma unidade identitária a fim de por cabo ao ideário de continuação portuguesa, sobretudo na perspectiva internacional.

A jovem república moçambicana, com atualmente 41 anos de existência, herdou, também, um precário sistema educacional, com a grande maioria das pessoas sendo analfabetas ou não utilizando a Língua Portuguesa, que é o idioma oficial – com exceção dos que viviam na capital. Contudo, muito mais custoso seria criar e implantar um novo sistema governista, ao que os cofres públicos não demonstravam condições de arcar com mais essa despesa.

Outra questão foi a escolha do idioma oficial, uma vez que em Moçambique se fala diversas línguas bantas²⁵. Pattee, em obra publicada durante o período de domínio português na África, reflete sobre a problemática da variedade de línguas nas regiões de Angola e Moçambique, citando alguns exemplos de línguas já catalogadas, vejamos:

Entre o Limpopo e a Inhambane fala-se principalmente tchopi, o lomué entre o sul da Niassalândia e a costa, o mecua entre o Rovuma e o Cúrio, o yao, o lola e o sena entre Sofola e Lourenço Marques [atual Maputo]. Os grandes grupos linguísticos subdividem-se em dialectos e ramificações (...). A variedade é grande, ainda que, em Angola e Moçambique, a existência de uma só família linguística facilite um pouco mais a coisa do que na Guiné²⁶.

Dessa maneira, a escolha de alguma língua nativa implicaria em um maior prestígio a uma determinada comunidade étnica, sendo essa problemática discutida pelo império português desde o início da implantação dos serviços escolares na África. Assim, a metrópole adotou o discurso de que:

A extrema multiplicidade das línguas africanas, com as suas subdivisões *ad infinitum* que complicam toda a tarefa de uniformização e de unidade. Se o governo de Portugal fosse, por exemplo, aceitar a possibilidade do ensino da língua indígena na Guiné, que língua, entre as existentes, escolheria? Se por acaso

²⁴*Idem*, p. 96.

²⁵Banto, ou bantu, é “um termo utilizado para se referir a um tronco linguístico, ou seja, é uma língua que deu origem a diversas outras línguas no centro e sul do continente africano. O termo acabou sendo aproveitado para se referir ao conjunto de 300 a 600 grupos étnicos diferentes que povoam a mesma área. Trata-se de uma classificação baseada na semelhança linguística, e por isso, a palavra banto não se refere a um povo, nem sequer a uma etnia”. Fonte: <http://www.infoescola.com/linguistica/bantos-bantus/>. Acessado em 07 de julho de 2016.

²⁶PATTEE, Richard. *Portugal na África contemporânea*. Rio de Janeiro: PUC, 1961, p. 626.

optasse pela língua fulana não há nenhuma certeza de os papési, balantas, bijagós e outros aceitarem a sua imposição. Ainda mais, ensinar uma língua indígena, generalizando-a, a outros indígenas, não faria avançar os autóctones um só passo. Nada nos garante que os africanos se curvariam voluntariamente a aprender, como língua de cultura, a dos vizinhos de outra tribo, e contra a qual, muito provavelmente, têm uma tradição de hostilidade desde há séculos²⁷.

Algo similar ocorre após a independência, visto que a adoção da Língua Portuguesa, mesmo sendo a língua de seu colonizador, mostrou-se mais viável, uma vez que já possuía um sistema de escrita e de escolarização, usado, principalmente, pelas escolas administradas pela Igreja Católica. Esses não foram os únicos motivos, pois, além disso, seria uma forma de manter os privilégios, especialmente dentro do governo e instituições públicas, já que, como mencionamos, a grande maioria da população não teve acesso à formação educacional.

Desse modo, a presença das marcas históricas é recorrente na Literatura Moçambicana, até mesmo porque houve um grande incentivo dos movimentos em prol da independência em África por uma escrita engajada na causa do fim do domínio colonial, tanto que havia normas a serem cumpridas para ser considerado um escritor africano e/ou moçambicano. Assim, as lutas pela independência, os jornais e a Literatura se tornaram ferramentas decisivas para a formação da história moçambicana, como veremos a seguir.

1.3 Imprensa em Moçambique: jornalismo & Literatura

A elite negra e mestiça moçambicana deu início ao jornalismo, com páginas dedicadas à Literatura, nas primeiras décadas do século XX, tendo como foco a defesa dos direitos dos moçambicanos. Assim, “os irmãos José e João Albasani fundaram, em 1909, *O africano*, jornal editado em português e ronga, um dos principais idiomas bantos de Moçambique, a fim de promulgar e divulgar a dignidade da população indígena”²⁸.

²⁷ *Idem*, p. 627.

²⁸ HUSSEL, Hamilton. “Introdução”. In: SEPÚVELDA, Maria do Carmo e SALGADO, Maria Teresa. *África & Brasil: letras em laços*. São Caetano do Sul: Yendes Editora, 2006. p. XI.

Essa Literatura com caráter revolucionário foi perseguida pelo salazarismo, que vetou a liberdade de imprensa nas colônias. Mas, com a independência, muitas dessas obras proibidas foram publicadas – como, por exemplo, *Silêncio Escancarado*, de Rui Nogar, editado apenas em 1982–, tanto nos países africanos como em Portugal. Assim, sob fortes influências literárias externas, como os escritores da América Latina, por exemplo, refletindo o não alinhamento literário com a Europa, especialmente no tocante ao gênero romance, a Literatura Moçambicana firma-se.

Segundo Hamilton Hüssel,

O desenvolvimento da educação e a expansão da alfabetização, bem como o sensível aumento numérico dos africanos aos quais se abriram as portas para os estudos universitários, esse novo quadro criou um ambiente instruído em razão do qual emergiram novos escritores e constituiu-se um público crescente de leitores e potenciais auditores de literatura africana²⁹.

A implantação de escolas e, conseqüentemente, a alfabetização e o acesso às universidades, sejam africanas ou europeias, foram fatores que contribuíram historicamente e literariamente para o surgimento dos novos países. Entre os membros do PALOP, isso foi notável, pois alguns estudantes que vieram a formar grupos de anticolonialistas cursaram a universidade em Portugal.

O entrelaçamento entre a militância política e o fazer literário não se desvinculava, sobretudo na poesia, que mostrou-se mais incorporada à tradição africana. “Nos primeiros anos deste período, era difícil distinguir entre os poetas interessados na política e os homens políticos interessados na poesia. (...) Arte e militância eram, naquele tempo, inseparáveis”, conseqüência disso foi o fato de que “certas revistas africanas exerciam então um papel decisivo em sua fusão, notadamente”³⁰.

Conforme essa perspectiva, apreendemos que as produções literárias, mesmo que sejam ficcionais, problematizam os aspectos sociais sem deixarem de ser uma forma de expressão artística. Segundo Antonio Candido, “a dimensão social como fator de arte” faz com que a relação entre literatura e sociedade possibilite a captação e desvelamento de camadas veladas pelo discurso oficial³¹. Essa abordagem corrobora com a série de fatores para a afirmação da literatura nacional, uma vez que encontra-se

²⁹ MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. *Op. Cit.*, p. 541.

³⁰ *Idem*, p. 542.

³¹ CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. Ouro sobre Azul: Rio de Janeiro, 2006, p. 8.

lado a lado com os movimentos históricos, sendo um de seus valiosos instrumentos das lutas pela liberdade.

Compreendemos que, até a independência subsaariana, “o militante africano, ao atrelar a arte ao discurso político, não se inspirava somente nas formas artísticas autóctones”, uma vez que lançava mão da “poesia em favor da retórica política, não se servia unicamente na fonte da poesia autóctone. A fronteira era igualmente imprecisa, tanto entre a arte e a militância, quanto entre o mundo autóctone e o mundo exterior”³². Logo, a língua, dantes veículo de opressão vinda do colonizador, passa a ser apropriada para dar eloquência à África e às lutas de libertação.

No tocante à produção literária pós-independência, podemos considerar seu início concreto após a Segunda Guerra Mundial, especialmente pelos fatores históricos que vimos na seção 1.2. Desse modo, os movimentos de Pan-Africanismo e Negritude mostram-se marcantes nessas novas produções, uma vez que se sobrepõem ao negativismo disseminado pelo colonizador em relação às etnias autóctones, ao negro, passando à valorização da África negra/subsaariana. Essas vozes, antes negligenciadas, passam a ganhar forma nas literaturas pós-coloniais, ultrapassando o exotismo e denunciando as mazelas sofridas e:

a literatura era percebida como uma voz a contar desse tempo, a *desanoitecê-lo*. Se dentro da chamada *literatura colonial* esses espaços eram não mais que cenários para venturas e desventuras alheias, agora as gentes desses espaços podiam figurar como sujeitos das narrativas. Podiam fazer ouvir suas vozes. Havia então certo fervor nessa possibilidade de “fala” pela escrita criadora. Que num primeiro momento voltou-se para a busca de traços que pudessem compor um retrato desses Estados recém independentes³³.

Diante dessas mudanças políticas e sociais, há um retorno ao universo tradicional africano, já que os moldes estrangeiros nem sempre serviam aos “objetivos nacionalistas”, tanto que:

Alguns entre os novos militantes e combatentes pela libertação eram poetas ou escritores. Havia, dentre eles, fundadores de oficinas ou associações culturais, cuja finalidade era estimular a criatividade literária. Entre eles, é necessário citar Agostinho Neto, que se tornou mais tarde o primeiro presidente de Angola independente.
[...]

³² MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. *Op. Cit.* p. 543.

³³ BRAÚNA, José Dércio. *Op. Cit.*, p. 89

Se a tentação da literatura formou, realmente, homens políticos no curso dos últimos anos do colonialismo e dos primeiros anos da independência, a tentação da política, desde 1935, não poupou os escritores. Os primeiros militantes africanos consagraram-se, muito amiúde, a arte, ao passo que, posteriormente, os artistas se transformaram cada vez mais em militantes³⁴.

Tendo como ponto a intersecção entre militância política, poesia e Literatura, partimos para a contextualização da implantação do jornalismo e a sua ligação com uma possível periodização literária moçambicana, uma vez que essa é fundamental para a veiculação dos manifestos a favor da independência e dos escritores, até então militantes. Abordagem essa fundamental para a compreensão do fazer literário em Moçambique, pois a tentativa de delimitar um percurso da Literatura Moçambicana perpassa pelas publicações jornalísticas.

A instalação da imprensa nas, até então, colónias portuguesas na África não ocorreu simultaneamente em todos os cinco territórios, bem como a sua consolidação. Os tipógrafos foram surgindo no século XIX, sendo cronologicamente em: 1842 – Cabo Verde; 1845 – Angola; 1854 – Moçambique; 1857 – São Tomé e Príncipe; e 1879 – Guiné-Bissau. Entretanto, inicialmente, serviram para emissão dos Boletins Oficiais do Império. Em Moçambique, salientamos que o jornalismo foi censurado pelos órgãos oficiais do governo, tanto que:

O semanário *O Progresso* (1868), de Moçambique, religioso, instrutivo, comercial e agrícola, teve apenas um número, porque, dois dias depois, era obrigado a ir à censura prévia, que o proibiu. Um militante republicano, Carvalho e Silva, no início deste século [XX], fundou quatro jornais, todos encerrados, o último dos quais assaltado, a tipografia destruída e o director agredido, de que resultou a sua morte. De facto, a história da imprensa não oficial de Moçambique foi geralmente de oposição aos governos, da colónia e de Lisboa.³⁵

O excerto destacado ilustra o difícil começo independente, tanto que, de 1926 até a independência, vigorava uma dura censura. Mas a imprensa de militância perseverou na luta pela conscientização da *moçambicanidade*, sendo “os jornais fundados pelos irmãos José e João Albasini: *O Africano* (1909-1918), *O Brado Africano*

³⁴SILVÉRIO, Valter Roberto. *Op. Cit.*, pp. 543-544.

³⁵LARANJEIRA, Pires. *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995, pp. 18-21. Disponível em: <http://lusofonia.x10.mx/LA.htm>. Acessado em 18 de maio de 2016.

(1918) e *O Itinerário* (1919), o penúltimo sobrevivendo durante décadas e o último reaparecendo, mais tarde, noutros moldes (1941-55)”³⁶.

O papel da imprensa foi fundamental para a construção da ideia de *ser moçambicano*, tanto que, como vimos, essa era a principal ferramenta ideológica para a construção da nação. Mesmo com os altos índices de analfabetismo em Moçambique, os jornais obtiveram boa receptividade, tanto que José Capela relata em *Moçambique pelo seu povo*, coletâneas de cartas endereçadas ao jornal *Voz Africana*, que:

Os moçambicanos vieram a tirar aos salários misérrimos os tostões necessários para a aquisição do jornal – o que provou corresponder “Voz Africana” a alguma carência. Punha-se, porém, o problema da comunicação verbal. Em Moçambique, e ao contrário do que faziam os ingleses nas suas colónias, não se ensinam as línguas nativas. Os alunos das escolas são introduzidos, desde logo, no aprendizado do português, com todos os problemas que isso mesmo cria. Restava-nos, pois, o português como comunicação possível. E aí estava “Voz Africana” limitada ao número reduzido dos que podiam ler aquela língua. A receptividade intensiva ao jornal, porém, e apesar disso, pode avaliar-se pela colaboração espontânea dos leitores que chegavam a preencher a quase totalidade de muitas edições. As cartas choviam sobre a redação³⁷.

Desse modo, por meio dos jornais, foi que a população leitora e os autores vão estreitando relação com a escrita. Na coletânea de cartas ao *Voz Africana*, percebemos a necessidade que os remetentes têm de contar seus problemas, pedir conselhos e dar sugestões. Como notamos nas diversas cartas dessa coletânea, agrupadas por temáticas, os jornais ultrapassam o caráter informativo no nível social, sendo inserido no cotidiano da população. Além disso, o meio jornalístico marca, incisivamente, o surgimento de escritores, notoriamente moçambicanos, trazendo suas publicações iniciais, as quais, posteriormente, foram editadas em coletâneas e antologias.

Pires Laranjeira adota a divisão em cinco períodos, sendo o primeiro deles o que denomina por *Incipiência*, que vai “das origens da permanência dos portugueses naquela região índica até 1924, ano que precede o da publicação de *O livro da dor*, de João Albasini”³⁸. O segundo período, indo da publicação de Albasini até o fim da Segunda Guerra Mundial, é denominada de *Prelúdio*, trazendo “os poemas dispersos, nos anos 1930, de Rui de Noronha, depois publicados em livro”.

³⁶*Ibidem*.

³⁷ CAPELA, José. *Moçambique pelo seu povo: cartas à “Voz Africana”*. Porto: Centro de Estudos Africanos da universidade do Porto, 2010, p. 12.

³⁸ LARANJEIRA, Pires. *Op. Cit.*,. Grifos do autor.

O terceiro período, por sua vez, seria o de *Formação*, que vai até 1963, quando “pela primeira vez, uma consciência grupal instala-se no seio dos (candidatos a) escritores, tocados pelo Neo-realismo e, a partir dos primeiros anos de 1950, pela *Négritude*”³⁹. Laranjeira destaca desse período os escritores: José Craveirinha, Noémia de Sousa, Rui Nogar, Rui Knopfli, Virgílio de Lemos, Rui Guerra, Fonseca Amaral, Orlando Mendes.

O penúltimo período, de 1964 até 1975, ano da independência, é o de *Desenvolvimento*, no qual a presença de poemas anticolonialistas e a temática da luta pela independência se sobressaem. Nesse período, “intensifica-se assim uma tendência própria da colônia, qual seja a de criar muitos intelectuais, escritores e artistas com uma identidade nacional indefinida, vacilante ou dupla, escritores que passam a sentir-se moçambicanos e/ou portugueses”⁴⁰.

No último período, há a *Consolidação*, por já não existir questionamentos quanto à capacidade de produção literária moçambicana. Além disso, “após a independência, durante algum tempo (1975-1982), assistiu-se sobretudo à divulgação de textos que tinham ficado nas gavetas ou se encontravam dispersos”⁴¹.

Entretanto, Dércio Braúna expõe que pesquisadores como Fátima Mendonça e João Paulo Borges Coelho, sugerem essa periodização em três principais momentos, sendo: o ciclo colonial tardio, nomeado de *a construção do nacionalismo*; o *socialismo real e erosão*, marcadamente socialista com a tomada do poder pela FRELIMO; e o *a procura de uma nova modernidade*, que é o *interciclo transitório atual*.

Diante do que vimos até aqui, podemos inferir que a narração da nação, dentro da captura social pela Literatura, permite com que se opere o *território simbólico da nação*, pois “é um dos meios através dos quais se realiza o duplo trabalho de *vazamento*

³⁹ “A *Négritude* lançou as suas raízes até aos movimentos culturais protagonizados por negros, brancos e mestiços que, desde as décadas de 1910, 20 e 30, vinham pugnando por um *Renascimento Negro* (busca e revalorização das raízes culturais africanas, crioulas e populares) principalmente em três países das Américas, Haiti, Cuba e Estados Unidos da América, mas também um pouco por todo o lado. Social e ideologicamente, a *Négritude* constituiu-se como o processo de busca de identidade, de conduta desalienatória e da defesa do património e do humanismo dos povos negros. Recusou a assimilação a modelos externos à história negro-africana, embora consciente dos contributos aculturativos, sobretudo nas cidades. A *Négritude* pretendia a criação de um estilo próprio, no desejo de se demarcar dos modelos e motivos históricos das literaturas ocidentais”.

Disponível em: http://lusofonia.x10.mx/LA.htm#LITERATURA_COLONIAL_E_P%C3%93S-COLONIAL. Acessado em 18 de maio de 2016.

⁴⁰ LARANJEIRA, Pires. *Op. Cit.* Grifos do autor.

⁴¹ *Ibidem*.

e repovoamento desse território simbólico, numa busca por construir um imaginário”⁴².

Nesse sentido, há a possibilidade de:

falar de um caráter instrumental da literatura: ao lidar com o passado, ao tomá-lo em sua oficina criadora para lê-lo e relê-lo, para despedaçá-lo e retramá-lo, a literatura atua como partícipe na fabricação do futuro. (...) Mesmo quando lida com o passado, quando o valoriza ou questiona, a criação literária não deixa de estar atrelada ao futuro⁴³.

Retornaremos a esse assunto mais adiante, na sessão 1.4, quando tratarmos acerca da produção literária de Mia Couto. Passemos agora para o delineamento da inserção das produções literárias de Mia Couto na Literatura Moçambicana, promovendo, para isso, um diálogo entre críticos sobre esse escritor.

1.4 Mia Couto e a Literatura Moçambicana

Nesta seção, apontaremos aspectos sobre a inserção de Mia Couto como autor significativo da literatura produzida em Moçambique. Utilizaremos as reflexões críticas de Rita Chaves, Tania Macedo, que prefaciam e organizam, juntamente com Fernanda Cavacas, o livro *Mia Couto: um convite à diferença* (2013), juntamente como trabalho realizado por Ana Cláudia Silva, em *O rio e a casa: imagens do tempo na ficção de Mia Couto* (2010). Assim, a obra de Dércio Braúna, *Nyumba-Kaya: Mia Couto e a delicada escrevência da nação moçambicana* (2014), aliada a artigos, especialmente os de Carmen Lucia Tindó Secco, e entrevistas concedidas por Mia, serão a base para tratarmos sobre a produção literária moçambicana atualmente, tendo como foco a escrita miacoutiana.

Mia Couto é o pseudônimo de Antônio Emílio Leite Couto, sua fascinação por gatos fez com que, ainda criança, decidisse adotar o nome “Mia”. Filho de imigrantes portugueses, nasceu na cidade de Beira, em Moçambique, no dia 05 de julho de 1955. Seu pai, Fernando Couto, sempre fora apaixonado pela poesia e foi quem apresentou-o

⁴²BRAÚNA, José Dércio. *Op. Cit.*, p. 97

⁴³*Ibidem*.

ao universo das letras. Tanto que, aos 14 anos de idade, Mia Couto teve seus primeiros poemas publicados no jornal “Notícias da Beira”.

Em 1971, mudou-se para a capital Lourenço Marques – hoje Maputo –, onde estudou Medicina, sem concluir o curso. Com a independência e o êxodo dos portugueses após a guerra colonial, sua família decide permanecer em Moçambique. Exerceu a função de jornalista na *Tribuna* e no *Jornal de Notícias*. Isso fez com que tivesse contato direto com a população moçambicana e atuasse diretamente no processo revolucionário. Foi diretor da Agência de Informações de Moçambique. Atualmente, trabalha como biólogo e escritor, sendo notável, em suas obras, sua relação e conhecimento sobre o meio ambiente, a terra mística dos antepassados africanos.

Em 1983, Mia Couto publica seu primeiro livro de poemas *Raiz de Orvalho*, no qual aborda as representações dos sonhos para refazer a memória do país e recuperar a identidade que o processo de colonização desmantelou. Em 1992, publicou *Terra Sonâmbula*, considerado um dos melhores livros africanos do século XX, a partir do qual recebeu o adjetivo de *poeta prosador*, sendo de suma importância para a consolidação da literatura em Moçambique – especialmente a de temática não militarista e mais subjetivista – valorizando a reflexão sobre a identidade moçambicana.

Recebeu diversos prêmios, dentre eles, o Camões (2013), o que alavancou sua receptividade internacional ainda mais. Afinal, de Moçambique, apenas José Craveirinha, importante figura política e literária, havia recebido esse prêmio antes de Mia. Outro ponto que se mostra relevante são as influências que nosso escritor recebeu em seu processo de formação. Sendo que, em suas diversas entrevistas, admite influências de José Craveirinha, Guimarães Rosa e de Manoel de Barros, demonstrando o seu encantamento pelas obras dos escritores brasileiros, estreitando a proximidade entre Moçambique e Brasil.

Uma atmosfera de incertezas perante o deflagrar de uma nova era e os conflitos decorrentes das mudanças históricas ocorridas em Moçambique tornaram-se presentes nas produções poéticas e literárias nos períodos de lutas, tanto contra o colonialismo, quanto o de guerras civis após a independência. Nas obras do escritor moçambicano Mia Couto, essas instabilidades e mudanças são perceptíveis. Assim, suas obras têm contribuído para divulgação da sociedade moçambicana e africana, de um modo geral, estando repletas de percepções sociais, culturais e psicológicas.

Sabendo que a Literatura pode ser desveladora e um recurso para a interpretação histórica, pois revela comportamentos culturais, políticos e sociais de uma comunidade

em certo momento, uma vez que os fatos históricos e a memória coletiva tornam-se referência para a escrita das narrativas literárias, constatamos que essas temáticas são perceptíveis dentro das produções literárias miacoutianas, aliando, para isso, nossa pesquisa aos conceitos da problemática da representação cultural e construções identitárias, tendo o romance enquanto fonte histórica e social. Afinal,

Escrever uma história literária, portanto, é uma tarefa ampla, ainda mais quando se trata de sistemas literários emergentes, porque o ponto de partida de seus pesquisadores é a constituição dos sistemas literários de outras nações. (...) No caso da literatura moçambicana, podemos pensar que as recentes contribuições para sua historiografia têm por base os processos de formação das literaturas brasileira e portuguesa, bem como aquelas outras nações de língua portuguesa, nomeadamente de Angola, cujo repertório literário destaca-se como um dos mais amplos no âmbito dessas literaturas.⁴⁴

Desse modo, a constituição de uma literatura nacional perpassa pela absorção de um fazer literário anterior, de outras nações, não se dissociando por completo, no caso de Moçambique, das Literaturas portuguesa e, também, brasileira. Nessa perspectiva, sobre o fazer literário miacoutiano dentro do universo moçambicano, Ana Claudia da Silva diz que:

Mia Couto tem também o mérito de levar a literatura moçambicana para além dos limites de sua nação, dando a conhecer ao mundo todo, pelas inúmeras traduções de suas obras, os modos moçambicanos de ser e de viver, de pensar a realidade e de dizê-la. (...) Entendemos ser Mia Couto, em Moçambique, o inaugurador de uma liberdade de criação literária que prima pela destreza do trato pelas palavras; pela postura singela que abarca as perplexidades de seu tempo; pela multiculturalidade que sobrepuja o exotismo com que o continente africano ainda é, muitas vezes, concebido; e pelo inusitado das situações, descritas sempre, parodiando Machado, com a pena da dedicação e a tinta da ironia.⁴⁵

Corroborando com esta afirmação, acreditamos que a literatura produzida por Mia Couto tem contribuído para divulgação da sociedade moçambicana, estando imbricada de percepções sociais, culturais, psicológicas, enfim, humanas. Afinal, nas palavras de Izabel A. Marson (2004), “pode-se considerar que, tendo a possibilidade de ser, ao mesmo tempo, entretenimento, alimento para o imaginário e veículo de

⁴⁴ SILVA, Ana Claudia da. *O rio e a casa: imagens do tempo na ficção de Mia Couto*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, p. 33.

⁴⁵ *Idem*, p. 72.

aprendizagem, a ficção é recurso que, num mesmo ato, preserva e transfigura a memória das comunidades”. É nessa perspectiva que buscamos ancorar este estudo, no qual analisaremos a problemática da representação e construção da memória na obra em questão, tendo a literatura enquanto forma crítica de representação social histórica, revelando comportamentos culturais, políticos e sociais de uma comunidade em um determinado período.

Ademais, a temática sobre construção da identidade, os embates ocorridos no seio familiar e o sentimento de pertencimento, encontra-se em suas narrativas, como afirma Mia Couto em entrevista:

Eu acho que desde o meu primeiro livro há um tema que nunca me abandonou que é o tema da procura de identidades. Estas identidades que nós pensamos como sendo puras, isoladas e estáticas, não são nada disso e pelo contrário são dinâmicas. Este livro [O Outro Pé da Sereia] fala um bocadinho sobre isso, sobre uma mestiçagem que não é apenas racial, mas uma mestiçagem de culturas. Evidentemente que a história é uma outra coisa, mas de uma forma indirecta falo também sobre isso.⁴⁶

Aqui, Mia Couto discorre sobre o livro *O Outro Pé da Sereia*, mas revela-nos que a construção de identidades – no plural, por não ser acabada e fechada –, essa busca pela autodescoberta, sempre está presente em suas obras. Características essas próprias do sujeito contemporâneo diante da globalização e liquidez identitária, e do próprio Mia, que encontra-se nas fronteiras entre mundo, culturas, estando:

Dividido entre duas disciplinas, a biologia e a literatura, Mia Couto reconhece na fronteira uma das matrizes de seu patrimônio cultural e de sua trajetória como cidadão de um tempo em construção. (...) E desse lugar em movimento, o escritor parece ver seu país, o continente africano, o planeta, tudo a requerer atenção e o cuidado com que também o seu olhar de biólogo espreita e examina. E assim se pode compreender a multiplicidade de procedimentos que os estudiosos observam em sua escrita, materializada em diferentes gêneros literários, borrando frequentemente os limites que deveriam distinguir os territórios.⁴⁷

Desse modo, nas palavras de Rita Chaves e Tania Macedo, verificamos que Mia Couto está captando as mudanças socioculturais e que esses fatores estão em sua formação e imbricados em suas escrita. Logo, nas obras miacoutianas, temos a captação

⁴⁶ Entrevista concedida a Gel Felipe para o *Jornal Notícias*, em 18/12/2008. Grifos nossos.

⁴⁷ CHAVES, Rita; MACÊDO, Tania. “Mia Couto e o convite à diferença”. In: *Mia Couto: um convite à diferença*. São Paulo: Humanitas, 2013, p. 13.

do universo permeado por conflitos, pelas mudanças sociopolíticas e, como vemos em suas personagens, o sentimento de pequenez diante dos fatos. Sua escrita irmanada com a poesia, aliada às problemáticas identitárias e sociais, permite com que mesmo escrevendo de Moçambique, e sobre esse país, “ele não parece preocupado em limitar sua obra a um país, ainda que seja o seu a estar tão presente nos textos. Sua obra convida, sobretudo, à reflexão sobre a literatura e sua perenidade em tempos e espaços”.⁴⁸

Prova disso são os vários os trabalhos acadêmicos sobre as obras de Mia Couto que, além de Moçambique, Portugal e Brasil, têm estudiosos na Itália, na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos da América, o que implica na diversificação de traduções de obras para várias línguas. Sendo sua popularidade, alavancada a partir da década de 90 do século passado, crescente entre os leitores não acadêmicos, provocando para nosso escritor uma maior popularidade.

Desse modo, tanto para uma leitura frutiva, quanto para a uma análise especializada, o escritor vem ganhando terreno e adeptos em diversos pontos do globo. Claro que esse fenômeno perpassa pela problemática da indústria editorial, seria muita ingenuidade de nossa parte considerarmos apenas o valor estético sem ponderar a questão mercadológica, entretanto, esse não é um dos objetivos de nosso estudo, portanto, apenas o mencionamos. Além disso, suas produções se mantêm, até o momento, receptivas às mais diversas áreas, tanto que partiremos das considerações acerca dos processos identitários, bem como as contribuições da construção da memória, para analisarmos o romance *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra* (2003).

⁴⁸*Idem*, p. 16.

2. ABORDAGENS TEÓRICAS: IDENTIDADE, MEMÓRIA E LITERATURA

Ambas, Literatura e História possuem um ônus discursivo comum: a transfiguração, sempre imperfeita e inacabada de um mundo “total”, no qual todo saber e todo fazer humano tem cabimento.

Gerson Roani, 2010

Pesquisas e estudos sobre a formação da identidade e seus processos de construção, crises, plasticidade e liquidez, dentre outras terminologias, têm ganhando espaço a partir do século XX, sobretudo no campo dos debates pós-coloniais, da formação de uma identidade e memória nacional. Isso deve-se ao fato de que o sujeito pós-colonial perpassa pelo campo fronteiriço para a construção identitária, nomeadamente problematizado pelas consequências da tradição cultural e da crescente globalização.

Neste capítulo, partimos dos conceitos teóricos de estudiosos como Homi Bhabha, Stuart Hall, Zygmunt Bauman e Mircea Eliade, que estão no centro das pesquisas pós-coloniais, para a compreendermos os processos pelos quais a formação identitária perpassa, aliando à perspectiva sobre memória coletiva, sua formação, a rememoração e o esquecimento, conceituados por Maurice Halbwachs, Paul Ricoeur, Jaques Le Goff e Peter Burke.

Ademais, para a compreensão da representatividade social moçambicana dentro do romance *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra* (2003), do escritor moçambicano Mia Couto, elaboramos uma reflexão sobre alguns pontos sobre Literatura e sua performatividade, compreendendo a Literatura como meio no qual estão inseridas as dinâmicas sociais, uma vez que esta passa a transfigurar o real. Para tanto, temos os conceitos de Eduard W. Said, sobre a composição do romance no contexto de nações que foram colonizadas por nações europeias; considerações de Antonie Compagnon sobre como a Literatura é compreendida contemporaneamente, e, também, de Nicolau Sevcenko e Antonio Candido, uma vez que mesmo tratando sobre a Literatura Brasileira, esses dois teóricos abordam os processos pelos quais perpassam a formação da Literatura de uma nação, sendo de extrema valia para o caso da Literatura Moçambicana, em que está inserido o *corpus* da nossa pesquisa.

2.1 Construção identitária

Ao abordar os estudos dos teóricos que tematizam sobre as construções identitárias, alia-se aos conceitos sobre o contexto da memória – tanto individual, quanto coletiva – e história para a formação da identidade. Visto que trata-se de um caminho de mão dupla, já que a *identidade* do sujeito não é estabelecida somente no reconhecimento das diferenças com o outro, pois essa questão é mais complexa e implica a representação do sujeito a partir da relação de alteridade.

O processo identitário ocorre, conforme Homi Bhabha, em *O local da cultura* (1998), no reconhecimento do sujeito em um determinado lugar, em um espaço de cisão, e na produção de uma imagem de identidade como sujeito para com o outro a partir desse lugar e espaço, o qual refere-se como *entre-lugar*, estando baseado na “inscrição e articulação do hibridismo da cultura”⁴⁹, sendo seu fio cortante.

Ao explorar o *Terceiro Espaço*, Bhabha questiona a noção de identidade que conhecemos, de como o Passado – assim grafado por Bhabha – não unifica e nem homogeneiza a história da cultura. Isso porque nas produções pós-independência o campo de representação é questionado, o estereótipo oriental “é confrontado por sua diferença, seu Outro”⁵⁰. Portanto, o que é questionado é o “lugar discursivo e disciplinar de onde as questões de identidade são estratégica e institucionalmente colocadas”⁵¹, pois não é apenas a imagem da pessoa, sua expressão concretizada, que fornece informações acerca do meio em que está inserida, já que todo um conjunto de fatores conflui para as manifestações individuais.

Dessa maneira, o hibridismo cultural ocupa esse terceiro espaço, contrapondo-se à perspectiva dicotômica entre colonizador e colonizado, passando a ser o signo recusa pela dominação, não havendo identidades puras, mas uma reavaliação dos pressupostos discriminatórios, “isto porque o híbrido colonial é a articulação do espaço ambivalente onde o rito do poder é encenado no espaço do desejo, tornando seus objetos ao mesmo tempo disciplinares e disseminatórios”⁵².

A crítica pós-colonial traz à tona essas desigualdades nas representações culturais, que estão no âmbito da dominação política e social do mundo moderno,

⁴⁹BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, p.69.

⁵⁰*Idem*, p. 79.

⁵¹*Idem*, p. 81.

⁵²*Idem*, p. 163.

intervindo perante os discursos ideológicos que “tentam dar uma ‘normalidade’ hegemônica ao desenvolvimento irregular e às histórias diferenciadas de nações, raças, comunidades, povos”. Isso implica com que as “revisões críticas em torno de questões de diferença cultural, autoridade social e discriminação política a fim de revelar os momentos antagônicos e ambivalentes no interior das ‘racionalizações’ da modernidade”⁵³, fazendo com que possam ganhar outras formas de análise, não permanecendo restritas a uma única visão e/ou fonte histórica, política e cultural, que, até então, tendia a ser a do colonizador europeu. Conseqüentemente, as fronteiras culturais e políticas são ultrapassadas.

De acordo com Bhabha, “é a partir desse lugar híbrido do valor cultural – o transnacional como o tradutório – que o intelectual pós-colonial tenta elaborar um projeto histórico e literário”⁵⁴. Tendo, para isso, o fato de que a *nação* complementa o vazio deixado pelo fim da organização social baseada nas comunidades de parentesco, recebendo a carga do sentimento de pertencimento. Logo, as fronteiras da nação estão mais ligadas ao discurso ideológico do que ao espaço geográfico, uma vez que forma-se pela historicidade pedagógica na construção da história da nação (oficial), a qual ao buscar a unicidade da identidade nacional, acaba por silenciar as especificidades das identidades das comunidades minoritárias e de seus sujeitos.

Outra perspectiva enfatizada por Bhabha é a da globalização cultural, estando em consonância com os estudos realizados por Stuart Hall, pois esse fenômeno figura-se nos *entre-lugares*, que possui “enquadramentos duplos: sua originalidade histórica, marcada por uma obscuridade cognitiva; seu ‘sujeito’ descentrado, significado na temporalidade nervosa do transicional ou na emergente provisoriidade do ‘presente’”⁵⁵.

Seguindo nessa linha, a abordagem que se dá ao tema da construção identitária propõe uma articulação das diferenças culturais, que busca a descoberta do eu ao descobrir o outro, sendo o hibridismo o meio. Assim, ganham novas dimensões os discursos proferidos a partir da margem do mundo globalizado e das culturas hegemônicas, adentrando no campo do contraponto ao domínio cultural imposto pelo processo colonizador, de acordo com a abordagem adotada.

Por sua vez, Stuart Hall explora, em *A identidade cultural na pós-modernidade* (2003), algumas questões sobre a identidade cultural na modernidade tardia,

⁵³ *Idem*, p. 239

⁵⁴ *Idem*, p.242

⁵⁵ *Idem*, p. 297. Grifos do autor.

apresentando a tese de que as identidades modernas estão sendo descentradas, transformando as identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós mesmos como sujeitos integrados e promovendo uma “crise de identidade”. Isso nos leva a pensar nas questões do conflito humano, do Eu perante o Outro, na busca de um lugar no qual nos enquadremos enquanto sujeitos, uma vez que o conceito de *identidade* “é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova”, fazendo com que não possa haver afirmações conclusivas⁵⁶.

O debate sobre identidade e suas definições não estão finalizados, uma vez que essa “construção” se dá pela crise do sujeito na pós-modernidade, a qual tem o processo de globalização como elemento agravante. Desse modo, “a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza”⁵⁷. Isso é perceptível no romance *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra* (2003, cujo enredo se desenvolve por meio da presença do limiar cultural, sob a ótica de Marianinho, sendo que a incerteza sobre o futuro permeiam os caminhos do jovem em busca do passado familiar.

A perda de um *sentido de si* provoca o deslocamento do indivíduo e a percepção do seu lugar na organização da estrutura social, gerando uma *crise de identidade*⁵⁸. Portanto, a constituição de um sujeito, com uma identidade formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais são representados nos sistemas culturais que o rodeiam, mostra a necessidade de adaptação deste sujeito em uma sociedade que influi e é influenciada pela globalização que vai de encontro aos seus apoios estáveis nas tradições e nas estruturas. Stuart Hall demonstra que o efeito da globalização nas identidades centradas e fechadas de uma cultura nacional gera um efeito pluralizante, alterando as identidades, tornando-as menos fixas.

Percebemos que é nesse movimento que emerge a concepção de culturas híbridas – entre a tradição e a tradução –, fazendo com que o sujeito torne-se fragmentado, “composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas”⁵⁹, pois suas identidades são definidas historicamente,

⁵⁶ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 8º ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 8.

⁵⁷ MERCER apud HALL, *Ibidem*, p. 9.

⁵⁸ *Idem*, p. 9.

⁵⁹ *Idem*, p. 12-13.

sendo queo “sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente”⁶⁰.

Assim, a sociedade e a família, como seu microcosmo, deixam de ter uma totalidade, não sendo, necessariamente, unificadas ou delimitadas, já que tornam-se resultado das mudanças e adaptações que são feitas a partir de si mesma, que, conseqüentemente, acabam sendo permeadas por diversas *posições de sujeito*. Sendo perceptível tais adaptações dentro da família dos Marianos, que adaptaram desde seu nome, Malilanes em banto, e deram à casa o nome de Nyumba-Kaya, satisfazendo aos parentes do norte e dos sul do país, como veremos na sessão 3.1, demonstrado adaptação às dinâmicas sociais externas ao seio familiar.

Ademais, para que compreendamos do que trata essas posições que o indivíduo assume, Hall expõe que:

Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela tornou-se politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidades (de classe) para uma política da *diferença*.

Abordagem que nos remete à *diferença* trabalhada por Homi Bhabha, ao citar a tese de Derrida. Desse modo, mesmo o sujeito estando em cisão, ele experiência sua identidade como se fosse uma, o que gera a origem contraditória da identidade. Assim, “a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato (...). Ela permanece sempre incompleta, está sempre ‘em processo’, sempre ‘sendo formada’”⁶¹. Assim, a identidade passa a formar-se diante de “*uma falta* de inteireza que é ‘preenchida’ a partir de nosso *exterior*, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por *outros*”⁶².

Ademais, as culturas nacionais também não devem ser vistas como unificadas, mas sim sendo a representação da diferença como unidade, gerando um *dispositivo discursivo* permeado por divisões e individualidades, o que faz com que pareçam ser unificadas apenas por meio do discurso pedagógico da nação, ou seja, “sendo

⁶⁰*Ibidem*.

⁶¹*Idem*, p. 38

⁶²*Idem*, p. 39

‘unificadas’ apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural”⁶³. Isso decorre do fato da nação passar a ser uma comunidade simbólica, já que as identidades nacionais não são livres dos jogos de poder. Assim, quando vamos tratar sobre o deslocamento das identidades nacionais, devemos ter em mente que elas contribuem para *costurar* as diferenças em prol do discurso da nação.

Stuart Hall, ao explicar acerca das culturais nacionais sob a ótica das comunidades imaginadas, traz que as identidades nacionais são firmadas, construídas, no interior da *representação* da nação, sendo esta um *sistema de representação cultural*. Torna-se, dessa maneira, simbólica, não importando o quanto sejam “diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional”⁶⁴. Portanto, o discurso da identidade nacional acaba por subjugar as individualidades e peculiaridades, mas não as extingue das práticas sociais.

Em *A questão multicultural* (2009), Hall inicia explorando o multiculturalismo, ressaltando que o conceito ainda é uma fórmula inacabada. “Na falta de conceitos menos complexos que nos possibilitem refletir sobre o problema, não resta alternativa senão continuar utilizando e interrogando esse termo”⁶⁵, assim o “multiculturalismo” apresenta algumas dificuldades específicas. Denomina várias articulações, ideais e práticas sociais. Uma vez reconhecido que o processo de construção identitária não é uníssono, é possível compreendermos que cada identidade é própria – ela se constitui na hibridização, no movimento de articulação, nunca, uma forma acabada, completa, sempre provisória tendo em vista os vários encontros que causam choque e entrechoques das culturas. “Na verdade, o ‘multiculturalismo’ não é uma doutrina (...). Assim como há distintas sociedades multiculturais, assim também há ‘multiculturalismos’ bastante diversos”⁶⁶.

Logo, esse descentramento faz com que haja uma *reconceitualização do sujeito*, desencadeando uma maneira deslocada, ou descentrada, em sua observação, pois, no senso comum, sabemos que a identificação se dá no reconhecimento, sendo condicional pois as identidades estão sujeitas aos processos de *historicização*, que, por sua vez,

⁶³ *Idem*, p. 62

⁶⁴ *Idem*, p. 59

⁶⁵ HALL, Stuart. “A Questão Multicultural”. In: SOVIK, Liv (org). *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Ed. UFMG; 2009, p. 51

⁶⁶ *Idem*, p. 53.

encontram-se em constante processo de formação. Isso porque parecem recorrer a uma origem histórica presente no passado, o que passa a dialogar com a “*invenção da tradição*”⁶⁷.

Além disso, Stuart Hall aponta que o termo *identidade* pode vir a ser mal compreendido, pois utiliza esse termo “para significar o ponto de encontro, o ponto de *sutura*, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos ‘interpelar’”, sendo resultado das diferentes posições que o sujeito é obrigado a assumir⁶⁸. Portanto, para a compreensão de toda a dinâmica da formação da identidade é importante que aliemos essas perspectivas ao fato de que as mudanças devem-se ao fato de que as identidades estão sujeitas ao contexto histórico, o que provoca constantes transformações e põe em evidência a fragmentação do sujeito.

Para Zygmunt Bauman, em *Identidade* (2005), ao buscar a identidade, as pessoas tentam alcançar o impossível, o que gera a crise identitária. Dessa maneira, nosso *líquido mundo moderno* as identidades sociais, culturais e sexuais se tornam incertas e transitórias, gerando uma tentativa de se solidificar por meio da identidade o que se tornou líquido seria um beco sem saída. As identidades individuais estão fragmentadas e desestabilizadas, apresentando-se incompletas, dinâmicas e abertas para novas transformações. O sujeito contemporâneo é composto por várias identidades, não possuindo uma identidade permanente, mas múltiplas identidades recorrendo àquela que precisa no momento em questão, já que:

as pessoas em busca de identidade se vêem invariavelmente diante da tarefa intimidadora de “alcançar o impossível”: essa expressão genérica implica, como se sabe, tarefas que não podem ser realizadas no “tempo real”, mas que podem ser realizadas na plenitude do tempo⁶⁹.

Assim, a temática da identidade é algo universal, no sentido de estar presente nas várias culturas, tradições e organizações sociais, pois esse termo contém múltiplos significados e, de tanto ser usado em diversos contextos e aplicações, acaba por contribuir para *minar a base do pensamento universalista*. Dessa maneira, ao construir-se uma identidade nacional – ou pedagógica – as batalhas identitárias “não podem realizar a sua tarefa de identificação sem dividir tanto quanto, ou mais do que, unir.

⁶⁷*Idem*, p. 109

⁶⁸*Idem*, p. 111-112

⁶⁹BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, p. 16

Suas intenções includentes se misturam com (ou melhor, são complementadas por) suas intenções de segregar, isentar e excluir”⁷⁰.

O processo de formação da identidade é algo inato ao ser humano, sendo construído ao longo das experiências sociais e estando passível de constantes transformações. Para uma compreensão de toda a dinâmica da formação identitária, é interessante aliarmos estas perspectivas ao fato de que, segundo Mircea Eliade, em *O Sagrado e o Profano*(1992), para compreendermos o universo do outro temos que nos colocar dentro dele, a fim de o apreendermos a partir do próprio centro.

Outro elemento importante para a compreensão das manifestações culturais e das dinâmicas sociais é o *lugar*, não apenas em seu espaço físico, mas também no que tange à natureza e à nação, pois segundo Eliade, nos instalarmos em um lugar equivale à fundação de um mundo “instalar-se num território, construir uma morada pede [...] uma decisão vital. [...] Trata-se de assumir a criação do ‘mundo’ que se quer habitar”⁷¹. Nessa perspectiva, a Ilha de Luar-do-Chão passa a ser esse *mundo*, contemplando as complexidades sociais pós-independência e de fragmentação familiar.

Além disso, as crenças, o mito, o sagrado tem seu espaço dentro do imaginário cultural e social. Cada elemento tem seu patamar dentro do limiar cultural, pois a temática dos ritos de passagem:

desempenham um papel importante na vida do homem religioso. É certo que o rito de passagem por excelência é representado pelo início da puberdade, a passagem de uma faixa de idade a outra (da infância ou adolescência à juventude). Mas há também ritos de passagem no nascimento, no casamento e na morte, e pode se dizer que, em cada um desses casos, se trata sempre de uma iniciação, pois envolve sempre uma mudança radical de regime ontológico e estatuto social.⁷²

Diante dos conceitos exposto, notamos que há uma grande distância entre o que é pregado através da identidade nacional– que se mantém por meio do discurso pedagógico homogeneizante, abordado por Bhabha – e o performatismo identitário, o qual, por sua vez, expõe a não estabilidade do universo cultural e que a tradição está sendo questionada pela tradução, especialmente neste momento de modernidade tardia em que vivemos. A volta de Marianinho para a Ilha constitui o marco de iniciação do

⁷⁰*Idem*, p. 85.

⁷¹ ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano*. Trad. Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 31.

⁷²*Idem*, p. 89.

rito de passagem à vida adulta, sendo, também, de transição para o Avô Dito ao mundo dos mortos, o quê, por sua vez, acaba remexendo na estrutura familiar.

E é nesse *híbrido* que a identidade cultural encontra espaço (o entre-lugar, conforme Bhabha) para conciliar passado e presente e, até mesmo, o pedagógico e performático, para não abrir mão da tradição diante do mundo globalizado em que constantemente se absorve a cultura do Outro. Ainda mais que, conforme Hall (2003), as culturas nacionais estão se tornando mais expostas às influências exteriores, fazendo com que seja difícil conservar *as identidades culturais intactas ou impelir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural*.

Contudo, isso não implica na negação de um passado, mas, sim, em seu reconhecimento, aceitação e reconstrução. Dessa maneira, ao reivindicá-lo, exercemos uma alteração sobre esse passado imaginado, fazendo com que o papel da memória ganhe ênfase na perspectiva do processo de construção identitária, desencadeando a busca pela memória coletiva do meio em que se está inserido, como veremos a seguir a partir do estudo de Maurice Halbwachs, em *Memória Coletiva* (1990).

2.2 Construção da memória coletiva

As lacunas da memória individual, conforme Maurice Halbwachs explicita em *A Memória Coletiva* (1990), são preenchidas pelas memórias familiares, coletivas, já que o *eu* faz parte de uma *comunidade afetiva*. Dessa maneira, a *consciência* não é vista como algo fechado em si, ainda mais que a memória jamais poderá alicerçá-la completamente em si mesma, pois apoia-se na participação da coletividade para efetivar-se, levando a dialética entre lembrar e esquecer. Tanto que se um determinado fato for lembrando por outras pessoas, que haja uma delimitação temporal e espacial de sua ocorrência, ainda assim podemos nos encontrar “em presença de um dado abstrato”, uma vez que não há qualquer lembrança⁷³.

A maneira em que vivemos está inserida socialmente, tanto que para um acontecimento fazer parte de nossa vida tomamos dele certo distanciamento temporal, “é então mais tarde que podemos relacionar os acontecimentos nacionais às diversas

⁷³HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Laurent Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990, p. 27.

fases de nossas vidas”⁷⁴. Assim, se a correlação não for estabelecida, o rol de fatos históricos que pertencem à memória coletiva se tornariam secundários na fixação das lembranças individuais.

Afinal, é a história vivida que melhor fixa-se na memória, e não a apreendida pedagogicamente. De qualquer maneira, para que as lembranças coletivas⁷⁵ sejam absorvidas pela individual, é preciso que já haja um escopo para referência, senão tornam-se vazias de significação. Mas muitas dessas (re)construções da memória têm origens duvidosas, conforme salienta Halb wachs, uma vez que acabam por serem forjadas a partir de falsos reconhecimentos com base nos relatos das pessoas que nos cercam, tornando-se simuladas⁷⁶. Por conseguinte,

O novo quadro, projetados sobre os fatos que já conhecíamos, ali nos revela mais de um traço que nele se posiciona, e que dele recebe um significado mais claro. É assim que a memória se enriquece de bens alheios que, desde que se tenham enraizado e encontrado seu lugar, não se distingue mais das outras lembranças.⁷⁷

Dessa maneira, a história nacional cruza a história local, mas sem com ela se confundir. Portanto, a vida familiar e sua história local, mesmo que entrecruzada com a nacional, não é por ela apercebida, considerada. Esse fato é incorporado pela literatura, tanto que diversos romances expõe o destino de uma família, ou de uma pessoa, de maneira que o desconhecimento da época de seus acontecimentos não altera a compreensão do enredo, do conteúdo psicológico, caso o transportemos para outro período histórico. Isso aplica-se aos romances miacoutiano, os quais trazem a temática das experiências de vida diante das constantes mudanças sociais.

Salientamos que, nas palavras de Le Goff,

a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória.⁷⁸

⁷⁴ *Idem*, p. 57.

⁷⁵ Segundo Le Goff, “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. LE GOFF. “Memória”. In: *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 424.

⁷⁶ *Idem*, p. 73.

⁷⁷ *Idem*, p. 88.

⁷⁸ Le Goff. *Op. Cit.*, p. 477

Logo, essa necessidade de registrar por escrito pode vir do fato de que os acontecimentos podem não terem mais o suporte do grupo, mas, também, pode transforma-se em um instrumento de imposição de uma vertente, visto que a escrita passaria a ser “o único meio de salvar tais lembranças, é fixa-las por escrito em uma narrativa seguida uma vez as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem”⁷⁹. Em *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*, esse processo de escrita da memória dá-se como meio de comunicação entre Dito e Marianinho, sem que haja sobreposição da escrita em relação à transmissão oral da memória familiar, tanto que esses escritos se desfazem no ar sem deixar vestígios.

Segundo Kwanme Appiah, em *Na casa de meu pai* (1997), a relação dos escritores africanos com o passado “é uma trama de ambiguidades delicadas”, pois:

O caráter central dessa questão – da inscrição do mundo social a partir do qual se escreve – é apenas um exemplo, é claro, do tipo de circunstância de que precisamos ter ciência, se quisermos escrever inteligentemente sobre a moderna literatura africana. (...) E isso depende essencialmente de vermos o escritor, o leitor e a obra num contexto cultural – e, portanto, histórico, político e social⁸⁰.

Associando o que foi apresentado até esse ponto à abordagem de Appiah, compreendemos que a rememoração e narração do passado, fazem-se peças fundamentais às identidades coletivas. Contudo, surge o problema de “que a identidade grupal só parece funcionar – ou, pelo menos, funciona melhor – quando é vista por seus membros como natural, como ‘real’⁸¹”, o que, por sua vez, é comprometido pelo discurso unificador da identidade nacional propagada para construção do imaginário de Nação, o que Bhabha denomina de discurso pedagógico, que acaba por negar espaço a peculiaridades.

Seria no esquecimento que “o avesso da sombra da região iluminada da memória, que nos liga ao que se passou antes que a transformássemos em memória”, assim, tratá-lo como uma disfunção patológica é um equívoco, conforme nos expõe Paul Ricoeur em *A memória, a história, o esquecimento* (2014). Desse modo, “se podemos acusar a memória de se mostrar pouco confiável, é precisamente porque ela é

⁷⁹ *Idem*, p. 80-81

⁸⁰ APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2015, p. 109.

⁸¹ *Idem*, p. 244.

o nosso único recurso para significar o caráter passado daquilo que declaramos nos lembrar”⁸². Diante disso, a *imaginação* torna-se eixo desencadeador de discussão, uma vez que põe em xeque a confiabilidade da memória.

Isso porque a procura por uma lembrança – pela rememoração – é uma das finalidades da memória, lutando, assim, contra o esquecimento, visto que o receio de não lembrar-se gera o esforço constante da busca pelo registro, para que amanhã se *preciso não esquecer de se lembrar*. O que é notório no discurso nacional, especialmente no caso das jovens nações, nas quais o passado ainda está em processo de estabelecimento na memória nação. No Brasil, por exemplo, esse *exercício* é altissonante no discurso midiático, em que, constantemente, diz-se que a história está sendo escrita, ou que algum fato ficará na memória do país.

Consequentemente, a memória coletiva constitui a identidade do grupo, tendo, para isso, recursos como as datas comemorativas, os fatos considerados marcantes para a comunidade, como a comemoração da independência do país, por exemplo, uma vez que lembrar é um ato, “é fazer algo: é declarar que se viu, fez, adquiriu isso ou aquilo. E esse fazer memória inscreve-se numa rede de exploração prática do mundo, de iniciativa corporal e mental que faz de nós sujeitos atuantes”⁸³. Ademais, a memória, a busca incessante pelo *não esquecer*, pelo *recordar*, também é algo necessário em relação às grandes tragédias traumatizantes, como salienta Ricoeur.

Outra perspectiva apresentada é a da familiarização com o passado histórico por meio da memória familiar, em que os círculos de amizades, camaradagens, relações sociais, enfim, interações humanas, proporciona uma “descoberta do passado histórico por intermédio da memória dos ancestrais”⁸⁴, sendo esta mais próxima e facilmente internalizada. Esse movimento faz com que:

A memória, tanto pessoal como coletiva, enriquece-se com o passado histórico, que se torna progressivamente o nosso (...) É assim que, pouco a pouco, a memória histórica se integra à memória viva (...) No horizonte, delinea-se o desejo de uma memória integral, reunindo memória individual, memória coletiva e memória histórica.⁸⁵

Dessa maneira, Ricoeur complementa a teoria desenvolvida por Halbwachs, enfatizando a complementação que as várias manifestações sobre memórias exercem

⁸²RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Ed. Unicamp, 2014, p. 40.

⁸³*Idem*, p. 134.

⁸⁴*Idem*, p. 405.

⁸⁵*Idem*, p. 406-407.

mutuamente. No entanto, faz a ressalva de que “a fidelidade ao passado não é um dado, mas um voto. Como todos os votos, pode ser frustrado, e até mesmo traído”, pois a *originalidade* desse voto está na “representação retomada numa sequência de atos de linguagem constitutivos da dimensão declarativa da memória. Como todos os atos de discurso, os da memória declarativa também podem ter êxito ou fracassar”⁸⁶.

Compreendemos que há informações/memórias/lembranças que devem ser questionadas, interrogadas, uma vez que transportam muito mais informações do que vemos superficialmente. Além disso, a proposta de *fidelidade ao passado* é uma representação, algo construído, não inato intrinsecamente à memória. Tal percepção de autoridade fidedigna é perpassada pela partilha da lembrança, fazendo com que a recordação obtenha êxito, pois “é no reconhecimento de si mesmo que culmina, no modo do desejo, o momento reflexivo da memória”⁸⁷, tal qual apontado Hall sobre o processo identitário. Assim, o trabalho empreendido pela memória alcança sua meta ao reconstruir o passado, ressuscitando-o.

Tradicionalmente, como nos explicita Peter Burke em *História como memória social* (2000), a escrita da história feita com o intuito de *guardar a memória*, especialmente dos acontecimentos públicos, como maneira de evitar o esquecimento, sendo “essa explicação tradicional da relação entre a memória e a história escrita, na qual a memória reflete o que aconteceu na verdade e a história reflete a memória, parece hoje demasiado simples”, uma vez que “lembrar o passado e escrever sobre ele não mais parecem as atividades inocentes que outrora se julgava que fossem”, isso por que sempre há uma seleção, interpretação e distorção por parte de quem faz o registro⁸⁸.

Burke destaca a importância dos conceitos de Halbwachs, visto que a memória é resultado de construções sociais. Assim, são os grupos sociais que determinam o que seja “memorável” para o indivíduo, determinando como estes devem lembrar. Depreende-se que podemos “descrever a memória como uma reconstrução do passado”, sendo não um processo biológico, mas resultado da tríade seleção, interpretação e distorção. Dessa maneira, o conceito de memória social passa a resumir “o complexo processo de seleção e interpretação em uma fórmula simples, e enfatiza a homologia entre os meios pelos quais se registra e se recorda o passado”⁸⁹.

⁸⁶ *Idem*, p. 502. Grifos nossos.

⁸⁷ *Idem* p 503

⁸⁸ BURKE, Peter. “História como memória social” *In: Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, pp. 69-70.

⁸⁹ *Idem*, p. 71.

A memória passa a ser vista como fonte (em que a confiabilidade precisa ser averiguada) e fenômeno (já que há variações entre grupos, passar do tempo ou de acordo com os lugares) histórico. Isso porque “as memórias são maleáveis, e é necessário compreender como são caracterizadas, e por quem, assim como os limites dessa maleabilidade”⁹⁰, ou seja, são voláteis ao modo como são transmitidas e aos meios empregados.

A resiliência e resistência cultural dos colonizados em face à dispersão de seus membros e à destruição das aldeias tradicionais, conforme Burke, faz com que, em certas circunstâncias, “um grupo social e parte de suas memórias às vezes resistem à destruição de sua casa. Um exemplo extremo de desarraigamento e transplantação é o caso dos escravos negros transportados para o Novo Mundo”⁹¹.

Dessa forma, outra maneira de trabalhar os usos da “memorial social” é pelo viés da lembrança do passado, como algumas culturas o fazem, o esquecem, sobretudo no discurso pedagógico da nação, uma vez que “o apelo a memórias desse tipo é um dos principais recursos ideológicos dos rebeldes, de qualquer modo, nas sociedades tradicionais”⁹². O que vai ao encontro da necessidade de se ter “raízes culturais”, sendo que as sociedades que não a tem uníssona, buscam-na por meio da construção do discurso da Nação, em que a memória do passado faz-se de base para a afirmação da identidade⁹³. Ainda mais que:

Em vista da multiplicidade de identidades sociais, e da existência de memórias concorrentes, as memórias alternativas (memórias de família, locais, nacionais e assim por diante), é proveitoso pensar em termos pluralistas sobre os usos das memórias, tal o qual propomos em nosso trabalho, visto que a Literatura mostra-se fonte abundante de “memórias alternativas”, pois, tendo a perspectiva de uma outra dimensão da realidade. Nas palavras de ARISTÓTELES “a literatura é o que poderia ter sido; a história é o que foi”.

Dessa maneira, a escrita mostra-se ferramenta para a perpetuação da memória, sobre tudo a coletiva, ponto em que Burke destaca a importância de pensar sobre *quem quer que lembre* e também *o quê e porquê* o registro é feito. Além disso, há a problemática sobre quem registra e qual versão é preservada. O registro escrito, juntamente com a imprensa, sob o pretexto de preservar *registros do passado*, acaba, por

⁹⁰*Idem*, p. 73.

⁹¹*Idem*, p. 76.

⁹²*Idem*, p. 81.

⁹³*Idem*, p. 83

sua vez, não possibilitando uma visão global irrestrita a uma vertente história, pois a partir da seleção do quê irá ser perpetuado pela escrita, acaba-se por excluir outras possibilidades de compreensão.

Afinal, ao recordarmos e/ou registrarmos o passado, acabamos por reconstruí-lo por meio de nossa subjetividade, lembrando o que consideramos importante, mesmo que recorramos à memória coletiva para essa construção. Dessa maneira, “o indivíduo ao recordar está utilizando toda uma série de aprendizados já incorporados, ele seleciona o que quer lembrar e esquecer, ele se recorda de forma ativa, reflexiva”⁹⁴. O que fundamenta a perspectiva por nós abordada no terceiro capítulo, uma vez que essa atitude de recordar dialoga concomitante com o esquecer, além de estar intimamente ligada ao que se quer lembrar – construção da memória – do passado familiar, coletivo.

2.3 Literatura transfiguradora

A literatura mostra-se ferramenta fecunda para análise dos processos políticos, históricos, sociais e identitários da construção de uma Nação, bem como sua cultura e sentimento de pertencimento, além, também, contrapondo à hegemônica colonizadora. Nessa perspectiva, partimos para o foco sobre a literatura, mesmo que sucintamente, utilizando, para isso, as abordagens de Edward Said, Antonie Compagnon, Nicolau Sevcenko e Antonio Candido. Esses autores não são os únicos a serem considerados, mas, sim, pelo fato de que os estudos por eles desenvolvidos mostram-se fundamentais para a análise que empreenderemos no próximo capítulo. Ademais, conforme Compagnon, “na pesquisa literária, ‘mais é menos’, motivo pelo qual devemos escolher”⁹⁵.

Desse modo, passemos à problemática cultural imperialista e o papel da literatura nesse contexto, sendo, para isso, fundamental a abordagem de Edward Said, em *Cultura e Imperialismo*. O estudioso, ao ponderar sobre os romances provenientes de regiões sob os domínios inglês, francês e americano aborda a problemática da literatura produzida a partir do contexto colonial, uma vez que ocorre certo embate de

⁹⁴ SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. “A Construção Social da Memória”. In: *Memória Coletiva & Teoria Social*. Coimbra: Annablume, 2012, p. 69

⁹⁵ COMPAGNON, Antonie. *O demônio da teoria: literatura e o senso comum*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. P. 26

discursos entre colonizadores e colonizados, o que estende-se aos demais territórios africanos, já que os processos de dominações europeus se deram, grosso modo, de forma análoga. Esclarece que isso ocorre a partir do fato de que:

Em quase todos os lugares do mundo não europeu a chegada do homem branco gerou algum tipo de resistência. (...) Além da resistência armada em locais tão diversos (...) houve também um empenho considerável na resistência cultural em quase todas as partes, com a afirmação de identidades nacionalistas e, no âmbito político, com a criação de associações e partidos com o objetivo comum da autodeterminação e da independência nacional. O contato imperial nunca consistiu na relação entre um ativo intruso ocidental contra um nativo não ocidental inerte ou passivo; sempre houve algum tipo de resistência ativa e, na maioria esmagadora dos casos, essa resistência acabou preponderando.⁹⁶

Dessa maneira, para um melhor esclarecimento de seu objetivo, esclarece que o que expõe como *cultura* são as práticas das artes, da comunicação e da representação, ou seja, “que têm relativa autonomia perante os campos econômico, social e político, e que amiúde existem sob formas estéticas, sendo o prazer um de seus principais objetivos”. Assim, para complementar a abordagem, faz-se necessário ponderar que, além disso, “em segundo lugar, e quase imperceptivelmente, a cultura é um conceito que inclui um elemento de elevação e refinamento, o reservatório do melhor de cada sociedade, no saber e no pensamento”⁹⁷.

Ademais, adentra no que se mostra fulcral para nosso estudo, passando a discorrer sobre o romance enquanto forma cultural de suma importância “na formação das atitudes, referências e experiências imperiais. Não digo que apenas o romance tenha sido importante, mas o considero como o objeto estético cujas ligações com as sociedades em expansão”⁹⁸. Isso se refere ao caso das *narrativas da nação*, em que o poder narrar, ou impedir o surgimento de outras narrativas, torna-se importante para a manutenção da e conexão entre a cultura e o imperialismo. Ponto esse em que compreendemos a ligação entre o percurso histórico, literário e social, tal que tivemos oportunidade de adentrar no capítulo anterior no tange ao caso moçambicano.

Sendo assim,

⁹⁶SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia da Letras, 1995. p. 12.

⁹⁷*Idem*, p. 12-13

⁹⁸*Idem*, p. 13.

Com o tempo, a cultura vem a ser associada, muitas vezes de forma agressiva, à nação ou ao Estado; isso “nos” diferencia “deles”, quase sempre com algum grau de xenofobia. A cultura, neste sentido, é uma fonte de identidade, e, aliás, bastante combativa, como vemos em recentes “retornos” à cultura e à tradição. Esses “retornos” acompanham códigos rigorosos de conduta intelectual e moral, que se opõem à permissividade associada a filosofias relativamente liberais como o multiculturalismo e o hibridismo.⁹⁹

Nessa perspectiva, Said salienta que as vozes dessas populações já ecoam há tempos, uma vez que o processo globalizado foi alavancado pelo *imperialismo moderno*. Portanto, reduzir ao argumento simplista de rivalidade entre colonizador e colonizado é perder sua essencialidade, pois, como argumenta desde o *Orientalismo*, há muito mais significação nessa *interpendência de terrenos culturais* para além do viés dicotômico entre ocidentais e orientais, entre *nós* e *eles*.

O que nos aproxima dessa argumentação é justamente o ciclo empreendido e, de certa maneira, repetido nos processos coloniais dos impérios europeus. Afinal, “a cultura do imperialismo não era invisível, nem ocultava seus vínculos e interesses mundanos”, imbricando no ponto de que:

Uma das realizações do imperialismo foi aproximar o mundo, e embora nesse processo a separação entre europeus e nativos tenha sido insidiosa e fundamentalmente injusta, a maioria de nós deveria agora considerar a experiência histórica do império como algo partilhado em comum. A tarefa, portanto, é descrevê-la enquanto relacionada com os indianos e os britânicos, os argelinos e os franceses, os ocidentais e os africanos, asiáticos, latino-americanos e australianos, apesar dos horrores, do derramamento de sangue, da amargura vingativa.¹⁰⁰

Dando seguimento aos exemplos dados, também percebemos uma aproximação entre os membros do PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) e o Brasil, uma vez que o fato de termos sido colonizados pelo império português e herdado a Língua Portuguesa, o que gera um processo de aproximação, havendo essa partilha da experiência histórica, ressalvadas as particularidades.

Contudo, em contraponto a essa identificação, há necessidade de construir-se a Nação, uma vez que “somos ainda os herdeiros desse estilo segundo o qual o indivíduo é definido pela nação, a qual, por sua vez, extrai sua autoridade de uma tradição supostamente contínua”. Por isso a ressalva, atentando para necessidades, especialmente

⁹⁹*Idem*, p. 14.

¹⁰⁰*Idem*, p. 23.

das jovens nações africanas com contexto adotado, em haver “a preocupação ideológica com a identidade está compreensivelmente entrelaçada com os interesses e programas de vários grupos — nem todos de minorias oprimidas — que desejam estabelecer prioridades que reflitam tais interesses”¹⁰¹. O que, por sua vez, adentra na dualidade de interesses diante da cultura nacional a ser construída, em que:

A ideia principal é que, mesmo que se deva compreender inteiramente aquilo no passado que de fato já passou, não há nenhuma maneira de isolar o passado do presente. Ambos se modelam mutuamente, um inclui o outro e, no sentido totalmente ideal pretendido por Eliot, um coexiste com o outro. O que Eliot propõe, em suma, é uma visão da tradição literária que, mesmo respeitando a sucessão temporal, não é de todo comandada por ela. Nem o passado, nem o presente, como tampouco qualquer poeta ou artista, tem pleno significado sozinho.¹⁰²

Sendo, para isso, a literatura, como explicitado por Said, o elemento cultural que engloba e problematiza esses pontos de confluência. Assim, passado e presente disputam espaço no campo político e social, sendo na literatura adotada a *sucessão temporal*, passando a estabelecer um terceiro caminho, o *entre-lugar*. Ainda mais visto que “cada texto tem seu gênio próprio, assim como cada região geográfica do mundo, com suas próprias experiências que se sobrepõem e suas histórias de conflitos que se entrelaçam”. Logo, devemos, ao ler e/ou analisar um texto, observar “tanto para o que está contido nele quanto para o que foi excluído pelo autor. Cada obra cultural é a visão de um momento, e devemos justapor essa visão às várias revisões que depois ela gerou”¹⁰³.

Outrossim, a apropriação que o autor faz da história, da sociedade na qual está inserido, dão bases para o romance, já que “incluem a acumulação e diferenciação do espaço social, espaço a ser usado para finalidades sociais”¹⁰⁴. Ou seja, mesmo que não seja a intenção de seu projeto literário, o escritor acaba por inserir elementos políticos sociais do meio em está inserido, que lhe é familiar. Isso torna-se mais salutar para nosso estudo, pois na experiência moçambicana literatura e política interseccionam-se como instrumento, especialmente no caráter de desvelo dos problemas sociais. Diante disso,

¹⁰¹ *Idem*, p. 27.

¹⁰² *Idem*, p. 34.

¹⁰³ *Idem*, p. 104.

¹⁰⁴ *Idem*, p. 118.

Os escritores pós-imperiais do Terceiro Mundo, portanto, trazem dentro de si o passado — como cicatrizes de feridas humilhantes, como uma instigação a práticas diferentes, como visões potencialmente revistas do passado que tendem para um futuro pós-colonial, como experiências urgentemente reinterpretáveis e revivíveis, em que o nativo outrora silencioso fala e age em território tomado do colonizador, como parte de um movimento geral de resistência.¹⁰⁵

Portanto, devemos ter explícito que o imperialismo simplesmente não acabou sem deixar sequelas e que esses movimentos de resistências também trouxeram marcas para as comunidades. Afinal, *a segurança nacional e uma identidade separatista são os lemas principais*, o que, pela estrutura macro, desconsidera as individualidades surgidas em prol do discurso de unificação nacional.

O que “junto com figuras autorizadas — o governante, os heróis e mártires nacionais, as autoridades religiosas estabelecidas —, os políticos agora vitoriosos pareciam querer, em primeiro lugar, fronteiras e passaportes”, incorrendo na desconsideração das antigas práticas de relacionamento social, sobretudo as ancestrais de características nômades, em detrimento do novo rearranjo geográfico¹⁰⁶. Além disso, apaga-se a figura do sujeito militante nas fronteiras de guerras, figurando apenas os nomes dos agentes políticos que, em sua grande maioria, não chegaram ao fronte. Ademais, Said reitera que não devemos esquecer a crítica ao nacionalismo para não repetirmos a experiência imperial, especialmente se ponderarmos que:

Assim como a luta pela independência gerou novos Estados e novas fronteiras, da mesma forma ela gerou andarilhos sem lar, nômades, errantes, que não entravam nas estruturas nascentes do poder institucional, rejeitados pela ordem estabelecida por sua intransigência e obstinada rebeldia. E na medida em que essas pessoas existem entre o velho e o novo, entre o velho império e o novo Estado, a condição delas expressa as tensões, irresoluções e contradições nos territórios sobrepostos mostrados no mapa cultural do imperialismo.¹⁰⁷

Outro ponto é que o imperialismo buscou produzir identidades fechadas, rotulantes, fazendo-se crer nas divisões por brancos, pretos, ocidentais ou orientais, perpetuando, assim, o preconceito e o medo como mecanismos de segregação. No entanto, conclui sua argumentação observando que a hierarquização cultural ou nacional

¹⁰⁵ *Idem*, p. 269.

¹⁰⁶ *Idem*, p. 378.

¹⁰⁷ *Idem*, p. 407.

torna-se prejudicial a partir do momento em que subjuga-se as demais, repetindo-se os moldes imperialistas de dominação cultural.

Na introdução e primeiro capítulo de *O demônio da teoria*, de Antonie Compagnon, fica-nos claro os problemas decorrentes das abordagens sobre teoria da literatura e teoria literária, uma vez que possuem focos diferentes e, além disso, o que tornar uma determinada teoria mais, digamos, forte é justamente seu engajamento, sua *vis polemica*. Isso ocorre “porque não é do lado teórico ou teológico, nem do lado prático ou pedagógico, que a teoria me parece principalmente interessante e autêntica”, ou que direciona para o fato de que “há teoria quando as premissas do discurso corrente sobre a literatura não são mais aceitas como evidentes, quando são questionadas, expostas como construções históricas, como convenções”¹⁰⁸. Ou seja, a crítica parte da leitura do texto e a análise histórica é vista no contexto.

Assim, vemos que:

É, pois, o discurso corrente sobre a literatura, designando os alvos da teoria, que permite colocar melhor a teoria à prova. Ora, todo discurso sobre a literatura, todo estudo literário está sujeito, na sua base, a algumas grandes questões, isto é, a um exame de seus pressupostos relativamente a um pequeno número de noções fundamentais¹⁰⁹.

Desse modo, cinco elementos são fundamentais para que haja literatura, são eles: autor; livro; leitor; uma língua; e referente. Afinal, “a teoria da literatura é uma lição de relativismo”¹¹⁰, sendo, para sua efetivação, indispensável esses elementos interdependentes.

Apesar da existência de opiniões divergentes, Compagnon pondera que somos levados a absorver o campo literário como um conjunto de crenças e pressupostos comuns a todos. Portanto, de maneira genérica,

literatura é tudo o que é impresso (ou mesmo manuscrito), são todos os livros que a biblioteca contém (incluindo-se aí o que se chama literatura oral, doravante consignada). Essa acepção corresponde à noção clássica de “belas-letas” (...). Contudo, assim entendida, como equivalente à cultura, no sentido que essa palavra adquiriu no século XIX, a literatura perde sua “especificidade” (...). No conjunto orgânico assim constituído, segundo a filologia, pela língua, pela literatura e pela cultura, unidade identificada a uma nação, ou a uma raça, no

¹⁰⁸ COMPAGNON, Antonie. *O demônio da teoria: literatura e o senso comum*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. Pp. 16-17.

¹⁰⁹ *Idem*, p. 25.

¹¹⁰ *Idem*, p. 26

sentido filológico, não biológico do termo, (...) o estudo da literatura era via régia para a compreensão de uma nação¹¹¹.

Portanto, o que é considerado, ou não, literatura varia de acordo com as culturas, sociedades e épocas, sendo concebida em suas relações com a nação e sua história, uma vez que “as literaturas são, antes de tudo, nacionais”. Outro ponto salutar é que o juízo de valor acerca do que seja literatura implica em um atestado de exclusão, pois “dizem que um texto é literário subentende sempre que um outro não é”¹¹², o que direciona para a consideração de que a literariedade está associada a esse juízo de valor.

Ademais, os textos literários são aqueles que a sociedade usa como sendo literatura, mesmo que esse não tenha sido seu contexto de origem. No Brasil, temos os celebres Sermões do Padre Vieira como exemplo dessa observação, de como o que se é considerado como literatura pode mudar de acordo o uso que se faz do texto. Assim, “tudo o que se pode dizer de um texto *literário* não pertence, pois, ao estudo *literário*. O contexto permite para o estudo *literário* de um texto *literário* não é o contexto de origem desse texto, mas a sociedade que faz dele um uso literário”¹¹³.

Afinal, conforme Nicolau Sevcenko, na conclusão de *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, ao fazer acerca do papel social da literatura, diz que:

A literatura não é uma ferramenta inerte com que se engendre ideias ou fantasias somente para a instrução ou deleite do público. É um ritual complexo que, se devidamente conduzido, tem o poder de construir e modelar simbolicamente o mundo, como os demiurgos da lenda grega o faziam¹¹⁴.

Destacamos o *construir* que, estando o verbo no infinitivo, denota um processo constante, que requer ação para exercê-lo, juntamente com “modelar simbolicamente”, retomando Aristóteles, o fazer literário expressa o poderia ter sido, bem como, para isso, perpassa pela didática do comportamento social, por mais ficcional que seja seu enredo.

Ao ponderar sobre as mudanças ocorridas na sociedade brasileira no período entre os séculos XIX e XX, Sevcenko diz que essas mudanças foram “registradas pela literatura”, no entanto essas mudanças também “se transformaram em literatura”, o

¹¹¹*Idem*, p. 32

¹¹²*Idem*, p. 33.

¹¹³*Idem*, p. 45.

¹¹⁴SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 233.

mesmo fato que ocorre, atualmente, com as jovens nações africanas, que assim como o Brasil, foram colonizadas por Portugal. Desse modo, “fruto das transformações, dedicada a refletir sobre elas e exprimi-las de todo modo, essa literatura pretendia ainda mais alcançar o seu controle, fosse racional, artística ou politicamente”, sendo que, para isso, o fazer literário, digamos, compromissado com social conta com “homens de ação, com predisposição para a liderança e a gerência político-social”¹¹⁵, estando o fazer literário indissociável do fazer político.

Além disso, como vimos com Compagnon, os valores éticos e sociais mudam, refletindo essas alterações de mentalidade e sensibilidade no plano literário. Assim, mesmo que tenhamos passado por processos históricos semelhantes, a maneira em que as situações, eventos e realidades são retratadas de forma diferente pelos escritores. Sendo, para isso, a literatura e história lidas simultaneamente, pois acaba se:

reproduzindo como que pelo avesso o movimento de quem faz história fazendo literatura. A forma diferenciada pela qual cada autor se sensibiliza e se comporta diante de um mesmo cenário, glosando um mesmo tema, testemunha uma mudança profunda de quadros mentais traduzida em linguagem literária¹¹⁶.

Portanto, o fazer literário acaba por ser, também, instrumento de rompimento com valores culturais dominantes, sobretudo quando rompe com discurso uníssono. Dessa maneira,

Sua missão [do escritor] era, pois, restaurar a solidariedade essencial ao nível da sociedade e das relações dessa com a natureza. Tantas e tais eram as dificuldades externas e internas que se opunham a esse desígnio, que a sua consecução deveria necessariamente sujeitar-se à adoção de uma forma política, transitória que fosse, apta para arregimentar a sociedade, restaurando as suas energias, aliviando-a das vicissitudes que a inibiam, a fim de capacitá-la para o futuro convívio da fraternidade universal. Essa forma política era o Estado-Nação, entrevisto numa versão bastante atualizada e de forte colorido local: democrática, neoliberal e multiétnica¹¹⁷.

A dimensão imaterial da experiência literária ultrapassa as fronteiras geográficas estabelecidas, adentrando nos veios sociais, uma vez que “todo discurso criativo assinala um ato fundador”. Assim, “produzir literatura criativa é por isso um gesto de

¹¹⁵*Idem*, p. 237.

¹¹⁶*Idem*, p. 241.

¹¹⁷*Idem*, p. 241.

inconformismo” com a realidade, sendo que “é nesse manancial que a literatura se nutre, aí sorvendo toda a sua significação e validade, pois só descobrindo os fantasmas comunitários ela pode aponta-los e esconjurá-los ritualisticamente”¹¹⁸.

Em concordância com isso, está o pensamento de Antonio Candido, em *Literatura e sociedade*, em que expõe que, como apresentado, antes havia uma busca pelo valor de uma obra literária mediante a proximidade ou distanciamento com a realidade. Mas isso tem mudado, uma vez que

Hoje sabemos que a integridade da obra não permite adotar nenhuma dessas visões dissociadas; e que só a podemos entender fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra, em que tanto o velho ponto de vista que explicava pelos fatores externos, quanto o outro, norteado pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinam como momentos necessários do processo interpretativo. Sabemos, ainda, que o externo (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno¹¹⁹.

Dessa maneira, a análise restrita aos elementos internos de uma obra literária acaba por mostrar-se reducionista, pois o fator social está presente no processo de criação do escritor, sendo o elemento de constituição da essencialidade na obra, visto que o interesse pelos fatores sociais e psíquicos permite a percepção dos fatores estéticos. Ou seja, “a análise crítica, de fato, pretende ir mais fundo, sendo basicamente a procura dos elementos responsáveis pelo aspecto e o significado da obra, unificados para formar um todo indissolúvel”¹²⁰, sem haver a sobreposição de um aspecto em detrimento dos demais. O que leva Candido a alertar que:

Portanto, falar hoje em ponto de vista sociológico nos estudos literários deveria significar coisa bastante diversa do que foi há cinquenta anos. (...)

O perigo, tanto na sociologia quanto na crítica, está em que o pendor pela análise oblitere a verdade básica, isto é, que a precedência lógica e empírica pertence ao todo, embora apreendido por uma referência constante à função das partes. Outro perigo é que a preocupação do estudioso com a integridade e a autonomia da obra exacerbe, além dos limites cabíveis, o senso da função interna dos elementos, em detrimento dos aspectos históricos, — dimensão essencial para apreender o sentido do objeto estudado¹²¹.

¹¹⁸*Idem*, p. 247.

¹¹⁹ CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006. P. 13

¹²⁰*Idem*, p. 14

¹²¹*Idem*, p. 18

Isso torna-se inerente ao estudo literário, afinal estamos abordando a obra como fenômeno de uma civilização, sendo dependente de vários fatores sociais – história com o contexto, como vimos anteriormente. Contudo, devemos ter “consciência da relação arbitrária e deformante que o trabalho artístico estabelece com a realidade, mesmo quando pretende observá-la e transpô-la rigorosamente”,¹²² para não incorremos no risco de uma leitura ingênua, ou, até mesmo, usarmos o texto de forma secundária para outras abordagens teóricas dentro das diversas áreas de conhecimento.

Afinal, reduzir a crítica ao simplismo de aproximação com a realidade exterior seria negligenciar a gama de significações por trás do texto impresso. Logo, “o primeiro cuidado em nossos dias é, portanto, delimitar os campos e fazer sentir que a sociologia não passa, neste caso, de disciplina auxiliar; não pretende explicar o fenômeno literário ou artístico, mas apenas esclarecer alguns dos seus aspectos”¹²³.

Sendo a investigação dos fatores socioculturais o primeiro passo, pois um texto torna-se literatura somente a partir do momento em que repercute, em que é lido, em que estabelece a interação humana. Nas palavras de Antonio Candido, “todo processo de comunicação pressupõe um comunicante, no caso o artista; um comunicado, ou seja, a obra; um comunicando, que é o público a que se dirige; graças a isso define-se o quarto elemento do processo, isto é, o seu efeito”¹²⁴. Tal afirmação baseia-se no sistema simbólico da comunicação, que pressupõe essa tríade, visto que o “público dá sentido e realidade à obra, e sem ele o autor não se realiza, pois ele é de certo modo o espelho que reflete a sua imagem enquanto criador”¹²⁵. Dessa maneira,

Considerada em si, a função social independe da vontade ou da consciência dos autores e consumidores de literatura. Decorre da própria natureza da obra, da sua inserção no universo de valores culturais e do seu caráter de expressão, coroada pela comunicação. Mas quase sempre, tanto os artistas quanto o público estabelecem certos desígnios conscientes, que passam a formar uma das camadas de significado da obra. O artista quer atingir determinado fim; o auditor ou leitor deseja que ele lhe mostre determinado aspecto da realidade. Todo este lado voluntário da criação e da recepção da obra concorre para uma função específica, menos importante que as outras duas e frequentemente englobada nelas, e que se poderia chamar de função ideológica, — tomado o termo no sentido amplo de um desígnio consciente, que pode ser formulado como ideia, mas que

¹²²*Idem*, p. 20-21

¹²³*Idem*, p. 28

¹²⁴*Idem*, p. 31

¹²⁵*Idem*, p. 47.

muitas vezes é uma ilusão do autor, desmentida pela estrutura objetiva do que escreveu. Ela se refere em geral a um sistema de ideias¹²⁶.

Com efeito a literatura está dentro do processo de evolução de uma comunidade, passando a ser compreendida como representação de seus impulsos íntimos. Essa dinâmica que a Literatura proporciona possibilita que, segundo Appiah, a escrita nas ex-colônias africanas fosse vista como um *discurso de resistência*, possibilitando com que encontrassem meios de *ensinar resistência*, pois “à medida que os próprios súditos descolonizados escrevem, agora, como sujeitos de uma literatura própria”, permitiu com que “o simples o gesto de escrever para e sobre si mesmo – há aqui paralelos fascinantes com a história da literatura afro-americana – tem uma profunda significação política”¹²⁷. Mesmo que o processo de escrita seja individual, a obra literária é coletiva, pois congrega a as pessoas de um determinado lugar e época para *comunicação*, de interação.

Logo, como Antonio Candido explicita acerca da formação da Literatura Brasileira, as literaturas das nações dos PALOP já possuíam um histórico de movimentação desde o período colonial. Assim, com a independência política, as produções literárias moçambicanas emancipam-se também, consolidando sua autonomia em relação à Portugal e ao discurso homogeneizador da lusofonia.

¹²⁶ *Idem*, p. 56

¹²⁷ APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 88.

3. MEMÓRIA MALILANE: CURSOS E PERCURSOS DA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE MARIANO

Shakespeare proclamou a existencial dúvida do “ser ou não ser” porque, certamente, não estava avisado desta categoria do “quase ser”.

Mia Couto, 2009.

No campo da prosa, Mia Couto ganhou notoriedade com sua primeira coletânea de contos, *Vozes Anoitecidas* (1986), principalmente pelo lirismo em sua escrita, uma vez que iniciou a carreira literária através da poesia, sendo sua primeira coletânea de poemas intitulada *Raiz do Orvalho* (1983). Seu primeiro romance, *Terra Sonâmbula* (1992), considerado um dos dez melhores romances africanos do século XX, obteve grande receptividade internacional.

O romance *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*, publicado em 2002 em Lisboa – Portugal, foi lançado no ano seguinte no Brasil, pela editora Companhia das Letras. No período de escrita de *Um rio...*, Mia Couto já atuava como biólogo, tendo deixado a carreira jornalística há alguns anos, e as guerras civis moçambicanas haviam cessado na década anterior. Além disso, nesse período, a Literatura Moçambicana demarcava autonomia e nuances próprias, indo além da militância política já que, como vimos no primeiro capítulo, a Literatura e a política desenvolveram-se interligadamente em prol das campanhas independentistas e de formação da identidade nacional, o que, especialmente no tocante a FRELIMO, mostrou-se como instrumento de consolidação da emancipação literária nas décadas posteriores à independência moçambicana.

As prosas miacoutianas trazem uma cadência poética, que transpassa suas experiências adquiridas a partir da convivência com o povo, tanto que, nas palavras de Carlos Lopes, o que define Mia Couto “são as suas escolhas. As lutas, as suas opções e desejos. Mia é qualquer outros. Por isso Mia faz sucesso. Porque ele multiplica por muitos atores este debate tão importante de nosso tempo: ‘sermos mundo, à procura de uma família’”¹²⁸.

¹²⁸LOPES, Carlos. “Nem aspas nem raspas”. In: CAVACAS, Fernanda; CHAVES, Rita; MACÊDO, Tania (org.) *Mia Couto: um convite à diferença*. São Paulo: Humanitas, 2013, p. 25.

A sistemática da memória transmitida pela coletividade e essas vozes coletivas que transitam por sua escrita, como Mia Couto menciona em entrevistas e palestras¹²⁹, faz com que seus textos tornem-se, de certa maneira, algo apreendido como símbolo de uma cultura, especialmente para o público externo a Moçambique. Tal viés implica, diretamente, na absorção da escrita miacoutiana como *alegorias nacionais*, como expressa Ana Malfada Leite, uma vez que “formula uma co-enunciação: um *público geral* (com a intenção de o fazer descobrir uma cultura) e um *público moçambicano* (a quem se devolve, recriada, a Memória e a Voz)”¹³⁰.

Isso nos é perceptível em *Um rio...*, em que o autor (re)inventa o universo moçambicano, tanto para os leitores estrangeiros, quanto para os próprios moçambicanos, já que os livros de Mia Couto são, também, os mais comercializados e estudados nas escolas¹³¹. Portanto, a representatividade da sociedade moçambicana encontra-se diluída nesse romance, indo ao encontro da veia criativa do autor, perpassando por sua transfiguração a partir de suas experiências e do meio no qual está inserido, mesmo que essas experiências se deem de maneira indireta. Tal compreensão alia-se ao fato que a “articulação com a antropologia (quase com o aspecto de uma arqueologia) transforma as obras literárias num dispositivo poético de mistura da Memória, situada entre Mito e História que tem por horizonte a fundação de uma comunidade”¹³².

Corroborando com Ana Malfada Leite, compreendemos que a análise literária que empreendemos nas próximas páginas adentra por esse imbricamento entre *Literatura, Mito e História*, já que a escrita da obra, sua receptividade e análise estão diretamente relacionadas com o contexto social em que são executadas. Isso permite com que a relação, a *articulação antropológica*, dê mobilidade analítica pelas diversas áreas do conhecimento à Literatura, tal qual a cosmogonia do mito fundador, nesse processo de reinvenção social, perpassando, para isso, pela construção da memória e da história sem que, necessariamente, haja uma, digamos, obrigação com o real, com os *fatos* dos quais o historiador não pode, ou não deve, distanciar-se.

¹²⁹Citamos como exemplo, dentre tantos disponíveis em vídeos on-line, a fala exposta no encontro promovido pelo Fronteiras do Pensamento, com o título “Mia Couto - Pelo reencantamento do mundo. Disponível em: <https://goo.gl/zEFGbb>, acessado em 15 de janeiro de 2017.

¹³⁰LEITE, Ana Mafalda. “A narrativa como invenção da personagem”. In: CAVACAS, Fernanda; CHAVES, Rita; MACÊDO, Tania (org.) *Mia Couto: um convite à diferença*. São Paulo: Humanitas, 2013, p. 183. Grifos da autora.

¹³¹Conforme expresso pelo próprio Mia Couto em entrevista concedida ao programa Roda Viva. Disponível em: <https://goo.gl/EVbnop>, acessado em 14 de dezembro de 2016.

¹³²LEITE, Ana Mafalda. *Op. Cit.*, p. 183-184.

Com um viés mais intimista, subjetivo, sem deixar, no entanto, de adentrar na problemática da coletividade, bem como a formação de sua memória¹³³, enquanto instauradora da ação e formação do indivíduo, *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra* narra o processo de autodescoberta de Marianinho, por meio das reminiscências do passado familiar, que inicia com o seu retorno à Ilha de Luar-do-Chão.

Incumbido de comandar as cerimônias fúnebres do avô Dito Mariano – de quem recebeu o nome –, o jovem se vê como um estranho entre os seus familiares e entre as pessoas de sua terra, pois viveu e estudou na cidade nos últimos anos. Aos poucos, Marianinho percebe que voltou à ilha para um renascimento.

A temática das *renascenças* na Literatura Moçambicana não é algo novo ou exclusivo de Mia Couto, estando presente na formação dessa literatura desde seus primeiros passos, como vemos no depoimento autobiográfico de José Craveirinha:

Nasci a primeira vez em 28 de Maio de 1922. Isto num domingo. Chamaram-me Sontinho, diminutivo de Sonto [que significa domingo em ronga, língua da capital]. Pela parte de minha mãe, claro. Por parte do meu pai fiquei José. (...)

Nasci a segunda vez quando me fizeram descobrir que era mulato... A seguir fui nascendo à medida das circunstâncias impostas pelos outros. (...) E a partir de cada nascimento eu tinha a felicidade de ver um problema a menos e um dilema a mais.¹³⁴

A cada nova dinâmica social, o indivíduo redescobre-se, renasce, adquire e/ou utiliza identidades diferentes, algumas impostas pelo contexto em que o sujeito está inserido, outras adaptadas, como expressa o Eu lírico desse poema e como expusemos no segundo capítulo desta dissertação, de acordo com o estudos empreendidos por Stuart Hall. Desse modo, muitas são as identidades em formação, adotadas ao longo das experiências humanas que fazem com o sujeito *renasça* a cada nova circunstância.

Quando publicou *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*, já havia transcorrido quase duas décadas desde sua estreia como escritor e, também, a receptividade de suas obras já enfrentava menos resistência pela crítica e pelo público, ao que mostrou-se notório sua consolidação na prosa. Logo, vemos que a firmação de Mia Couto enquanto prosador não foi algo repentino ou livre de embates acerca do

¹³³ Isso em um contexto de um país no qual história oficial e a identidade nacional estão em formação, pois possui apenas quarenta e um anos de independência.

¹³⁴ ALVES, Ruane Maciel Kamunski. *Literatura e resistência na poética de Craveirinha*. Disponível em: <https://goo.gl/8Rs158>. Acessado em 23 de janeiro de 2017.

conteúdo de seus textos. Além disso, mesmo que *Terra Sonâmbula* seja a obra miacoutiana mais conhecida pelo público brasileiro, a qual traz as mazelas decorrentes das guerras de independência e civis, *Um rio...* já expõe essa temática de forma, digamos, sutil, ainda mais considerando seu período lançamento. Contudo, este romance está impregnado pelo passado moçambicano, de suas memórias, tradição e dilemas mediante as dinâmicas sociais, como veremos a seguir a partir da personagem Marianinho, seu narrador-protagonista.

3.1 Personagens na fluidez de *Um rio*

Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra é narrado em primeira pessoa por Mariano, ou, no diminutivo adotado por seus familiares, Marianinho. Seu enredo traz uma série de intrigas e segredos familiares que envolvem Fulano Malta (pai de Marianinho), sua avó Dulcineusa, os tios Abstinência e Último, sua tia-avó Admirança e a velha Miserinha, dentre outras personagens presentes no romance. As nebulosas circunstâncias em torno da morte de sua mãe, Mariavilhosa, ressurgem. O rapaz descobre que o falecimento do avô permanece estranhamente incompleto e, por meio de cartas de origem obscura, recebe orientações para descobrir o que está acontecendo com a família e a Ilha, o que, de acordo com Francisco Noa, permite dinâmica na “forma misteriosa como essas cartas vão surgindo serve, para todos os efeitos, para conciliar o Avô Mariano (a tradição/ o passado/ a estabilidade) e o mundo de Marianinho (a modernidade/ a instabilidade/ a alienação)”¹³⁵.

O enredo é direcionado pelas vivências e lembranças de Marianinho e, também, pelas cartas do Avô Dito Mariano. Dessa maneira, são essas duas vozes as responsáveis por conduzir a trama, uma vez que o mais velho, como ancestral, é o responsável por transmitir a tradição. Por meio do diálogo empreendido entre o Avô e o neto através das cartas, Dito Mariano encontra uma forma de estabelecer diálogo e transmitir o que sabe. Assim, a polifonia cultural perpassa do coletivo para o individual, dos Malilanes para Mariano; uma vez que o Avô não pode completar a travessia para o plano dos

¹³⁵NOA, Francisco. “Em busca da terra e do tempo perdido: Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra”. In: CAVACAS, Fernanda; CHAVES, Rita; MACÊDO, Tania (org.) *Mia Couto: um convite à diferença*. São Paulo: Humanitas, 2013, p. 125.

mortos e ser incorporado aos ancestrais da família sem antes dar as devidas instruções e revelar os segredos que seriam enterrados com ele, tendo em vista que, como mais velho e chefe familiar, tem esse papel a cumprir para a manutenção da tradição da Ilha de Luar-do-Chão, como justificam os avós, a união da família dos Malilanes/Marianos e para o rito de iniciação de Marininho na vida adulta.

Decorrente disso, a terra se fecha, não aceitando receber as memórias que se perderiam com o falecimento de Dito, bem como a não resolução dos problemas existentes na Ilha e na família, tanto que o Avô revela em sua segunda carta:

Estas cartas, Mariano, não são escritos. São falas. Sente-se, se deixe em bastante sossego e escute. Você não veio a esta Ilha para comparecer perante um funeral. Muito ao contrário, Mariano. Você cruzou essas águas por motivo de um nascimento. Para colocar o nosso mundo no devido lugar. Não veio salvar o morto. Veio salvar a vida, a nossa vida. Todos aqui estão morrendo não por doença, mas por desmérito do viver.

É por isso que visitará estas cartas e encontrará não a folha escrita, mas um vazio que você mesmo irá preencher, com suas caligrafias. Como se diz aqui: feridas da boca se curam com a própria saliva. Esse é o serviço que vamos cumprir aqui, você e eu, de um e outro lado das palavras. Eu dou as vozes, você dá a escritura. Para salvarmos Luar-do-Chão, o lugar onde ainda vamos nascendo. E salvarmos nossa família, que é o lugar onde somos eternos¹³⁶.

São essas *falas* por meio da escrita que ressaltam a oralidade e dão pluralidade a esse ato que seria solitário, transmitindo os saberes tradicionais e as memórias familiares nessas conversas. O Avô esclarece ao neto que o seu retorno ao lar é por *motivo de um nascimento*, que compreendemos como sendo o renascimento do próprio Marianinho e, a partir disso, da Ilha e seus habitantes, uma vez que o neto é o que cumpre o papel de mediador cultural entre a ancestralidade e modernidade, o passado e presente.

Tanto que, mesmo contrariando a tradição, Dito escolheu o jovem, o mais novo da família, para conduzir os ritos fúnebres, pois esse papel caberia ao tio Abstinência, filho mais velho de Dito e Dulcineusa. Retornando às cartas, trata-se de um *vazio* nos papeis, que são preenchidos de próprio punho, como se a caligrafia fosse *hereditária como o sangue*¹³⁷, como reflete o narrador ao deparar-se com a primeira carta.

¹³⁶ COUTO, Mia. *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp. 64-65.

¹³⁷ *Idem*, p. 56.

Afinal, trata-se de um momento de passagem, crucial para Marianinho e para Luar-do-Chão, uma vez que o *desmérito de viver* ronda seus moradores e a terra está num estado de abandono, decadência e miséria. Luar-do-Chão e seus habitantes estão, na perspectiva apresentada pelo narrador, encarecidos de auxílio, mesmo que haja apenas a Ilha e a cidade, o que implícita a pequenez territorial do país, há uma grande separação entre esses lugares, como é descrito no romance:

Nenhum país é tão pequeno quanto o nosso. Nele só existem dois lugares: a cidade e a Ilha. A separá-los apenas um rio. Aquelas águas, porém, afastam mais que a própria distância. Entre um e outro lado reside um infinito. São duas nações, mais longínquas que planetas. Somos um povo, sim, mas de duas gentes, duas almas¹³⁸.

Nesse exceto, percebemos a separação cultural existente em um país *tão pequeno*, entre o universo tradicional presente na Ilha e a modernidade da cidade. Marianinho transpõe essa barreira, nasce na Ilha, mas, ainda criança, vai morar na cidade, rompendo com essa segregação social herdada do período colonial, no qual era proibido aos nativos viajarem no barco que fazia a travessia entre a cidade e Luar-do-Chão¹³⁹.

Podemos depreender, no tocante às cartas, que Marianinho vai psicografando as conversas e instruções do Avô. No entanto, ponderamos que trata-se de um narrador autodiegético, não confiável, tanto por usar a primeira pessoa, quanto por estar próximo dos fatos narrados. Além disso, a narrativa seduz, já que quando o narrador mergulha no enredo, tenta mostrar-se impessoal e objetivo diante da coisa narrada, como se tivesse extraído a sua vivência e o filtro informativo¹⁴⁰. Dessa maneira, Marianinho evita maiores explicações, misturando e apropriando-se das memórias de seus familiares e dos moradores de Luar-do-Chão.

A apropriação das memórias das outras personagens já é justificada no início do romance, quando recebe a instrução de procurar os demais moradores da Ilha para situar-se, sem que, para isso, faça uma delimitação entre o que seria sua memória e a dos outros, como no episódio em que a Avó Dulcineusa conta-lhe sobre o Padre Nunes,

¹³⁸ *Idem*, p. 18.

¹³⁹ Isso fica evidente no capítulo 7: *Um burro enigmático*, o qual expõe que, quando jovem, Mariavilhosa teve que disfarçar-se de marinheiro para conseguir ir no barco *Vasco da Gama* para a capital, tratar-se de um aborto, consequência de um estupro realizado por Lopes, português que veio a ser padrinho de Marianinho.

¹⁴⁰ SANTIAGO, Silvano. "O narrador pós-moderno". In: *Nas malhas da letra: ensaios*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002, pp. 44-60, p. 46.

de uma maneira que as vozes narrativas se misturam a ponto de o narrador ter que alertar, ao fim do capítulo 7: *Um burro enigmático*, que tudo aquilo fora a Avó que lhe confidenciaram.

Nesse sétimo capítulo, Marianinho insiste que Dulcineusa lhe conte como o burro fez da igreja moradia, após o naufrágio do *Vasco da Gama* devido à superlotação de passageiros e mercadorias, sendo o burro o único sobrevivente. Avó diz que “recordava-se de tudo o que ocorrera no dia da tragédia do barco”.¹⁴¹ A partir desse ponto, o narrador apropria-se das memórias, pelas próximas dez páginas, de maneira que leva-nos a crer que o próprio Marianinho atesta a veracidade de tudo o que está sendo revelado.

Portanto, ao retornar ao tempo atual – uma vez que o enredo não é totalmente linear, contendo digressões –, ou seja, à conversa com a Avó, sutilmente, informa que “o suspiro de Dulcineusa é como um ponto de final no longo relato. Ela esfrega os dedos uns nos outros como se mostrasse que acabara de folhear uma última página”.¹⁴² A confirmação da apropriação das memórias da Avó vem do fato de que Marianinho não presenciou a tragédia, já que estava na cidade nesse período, logo não teria como dar tantos detalhes. Compreendemos isso como uma forma de sustentação da fidedignidade das memórias narradas, apresentando, até mesmo, falas diretas do Padre Nunes, do João Loucomotiva, de Fulano, mesclando revelações desses personagens e reflexões do narrador¹⁴³, como se realmente tivesse presenciado o acontecido.

O gesto da Avó ao terminar a narrativa e a invocação das lembranças da tragédia que ocorrera com o barco remete ao ato de finalização de um livro, o que encerraria definitivamente a leitura, por não haver mais o que ler – ou o que contar, nesse caso. Esse recurso empregado faz com que haja a impressão de fidedignidade ao fato narrado para o leitor, aparentando ser algo pontual e objetivo aos seus intentos investigativos. Essa estratégia em uma leitura feita de maneira não tão esmiuçada pode convencer o interlocutor pela apropriação aparente entre a narrativa e o narrador, tal qual vemos nos estudos sobre a apropriação da memória.

¹⁴¹ COUTO, Mia. *Op. Cit.*, p. 96

¹⁴² *Idem*, p. 106

¹⁴³ Conferir em *Um rio chamado tempo, uma casa chamada* (2003), p. 105-106. Não transcrevemos a citação completada pelo fato de ser um trecho muito extenso. No entanto, a compreensão não fica comprometida, pois as demais citações que fazemos ao longo deste capítulo complementam esta reflexão.

Ademais, além dos relatos colhidos, o jovem conta com o auxílio das cartas do Avô Dito Mariano, já que sozinho ele não tem capacidade de construir uma memória que não é sua, individual, mas coletiva, pois:

a significação de sua própria vida dependerá muito em parte dessas cartas, para identificação do que se tornou a experiência e o mundo para ele. É no dizer (do narrador) e no dito (do avô) que contar passa a ser não exatamente alguma coisa vivida e acabada, mas o próprio acontecimento de viver, de experimentar temporalidades diversas se misturando na memória, em que verdade histórica e mitos coletivos formulam novos sentidos.¹⁴⁴

Nessa citação de Mâquea, além da inferência entre o nome do Avô – Dito – e seu papel na narrativa – dizer –, notamos que a rememoração passa a ser a própria experiência de vida, mesclando tempos e memórias para a composição de novas formas de sentir-se. Isso se justifica devido a responsabilidade imputada ao jovem, o qual deve assumir o papel de elo transmissor da tradição e cultura familiar; afinal, será ele que irá continuar a família, como Marianinho relata nas primeiras páginas do romance: “não apenas eu continuava a vida do falecido. Eu era a vida dele”¹⁴⁵; e mais adiante: “eu sou aquele que vai continuar-vos, Avô”¹⁴⁶. Esses trechos reiteram a imputação e aceitação da responsabilidade de continuação, devendo conhecer o passado familiar e da Ilha, para ser o guardião da memória dos Malilanes/Marianos, mesmo sem ser o mais velho, mas possui a legitimidade de ser o fruto do relacionamento entre Admirança e Dito, sendo que este reconhece ser aquela seu verdadeiro amor.

O investimento na imagem de construção, ou seja, de algo que está em elaboração, em formação, vem desde o título do romance, *Um rio chamado tempo / uma casa chamada terra*. Constituído de duas partes com a repetição de *chamado*, o que sugere algo não imbricado naturalmente, mas construído e atribuído, estando o masculino ligado à fluidez do tempo pela metáfora do rio. O feminino, por sua vez, está ligado, semanticamente, à terra, ao ventre que tudo gera e absorve, o qual é retratado e tratado associado à mulher, sendo não apenas o espaço físico ou fictício dentro do romance, mas, também, ao qual é direcionado o sentido de pertencimento, o que nos é confirmado e reforçado ao longo da formação identitária de Marianinho e sua aproximação emocional com a Ilha e com as mulheres que a habitam.

¹⁴⁴ MAQUÊA, Vera. “A palavra habitada de Mía Couto”. In: CAVACAS, Fernanda; CHAVES, Rita; MACÊDO, Tania (org.) *Mia Couto: um convite à diferença*. São Paulo: Humanitas, 2013, p. 172.

¹⁴⁵ COUTO, Mía. *Op. Cit.*, p. 22

¹⁴⁶ *Idem*, p. 106.

Assim, nas palavras de Mâquea:

O rio é “chamado”, nomeado, invocado; corre com e como o tempo e não se repete em seus infinitos e diversos movimentos, engendrando a capacidade da lembrança, do esquecimento, da mudança e da história. A casa é o lugar onde se mora, estendida à realidade da Terra, da África, de Moçambique, estendendo-se à universalidade da condição humana.

Quando “chamada” Terra, não se trata apenas de uma geografia física, mas também uma fala que se refere aos vivos e aos mortos. A palavra criadora, de fonte divina (...). Assim, a oralidade inscreve-se como lugar de poesia e aproximação do homem com o seu cosmos.¹⁴⁷

Desse modo, o que é *chamado*, no sentido de algo que é nomeado, nos é compreendido como a invocação para a concretização, dentro da dicotomia do lembrar e esquecer, pois a oralidade é apresentada como o principal meio de transmissão da tradição. Tanto que, por diversas vezes, quando o narrador se refere ao espaço em que está inserido, usa *África* para expressar a ancestralidade presente na obra, justificando certas atitudes tomadas com base nos costumes¹⁴⁸.

De acordo com Laura Padilha,

A milenar arte da oralidade difunde as vozes ancestrais, procura manter a lei do grupo, fazendo-se por isso, um exercício de sabedoria. O contador e seus ouvintes são seres em interação para quem o dito cria a necessária cumplicidade e reitera que é preciso ser, na força da diferença, preservando-se, com isso, o vasto manancial do saber autóctone. Do ponto de vista da produção cultural, a arte de contar é uma prática ritualística, um ato de iniciação ao universo da africanidade, e tal prática e ato são, sobretudo, um gesto de prazer pelo qual o mundo real dá lugar ao momento meramente possível que, feito voz, desengrena a realidade e desata a fantasia.¹⁴⁹

Dessa forma, a oralidade ganha espaço dentro de *Um rio...*, é um dos recursos para a constituição da poeticidade na prosa miacoutiana, sendo bem quista como meio para transmissão da tradição e como *remédio* contra a amnésia social que a morte de Dito provocaria. Essa reflexão nos remete ao *phármakon*, com todos os emblemas trazidos acerca da escrita por Platão, e esmiuçados por Jacques Derrida, em *A farmácia*

¹⁴⁷ MAQUÊA, Vera. *Op. Cit.* pp. 168-169. Grifos nossos.

¹⁴⁸ Sugerimos conferir páginas 26, 30 e 56 do romance.

¹⁴⁹ PADILHA, Laura Cavalcante. *Entre voz e letra: o lugar da ancestralidade na ficção angolana do século XX*. Niterói: EDUFF, 1995.

de Platão, uma vez que “a escritura não é melhor, segundo Platão, como remédio do que como veneno. (...) O *phármakon* não pode jamais ser simplesmente benéfico”¹⁵⁰.

Como vemos no diálogo entre Fedro e Sócrates¹⁵¹, a palavra *phármakon* é a que mais se próxima de um adjetivo adequado para a escritura, por ser compreendida tanto como remédio como por veneno para memória, já que a pretexto de complementar a memória, “a escritura faz esquecer ainda mais; longe de ampliar o saber, ela o reduz. Ela não responde à necessidade da memória, aponta para o outro lado, não consolida a *mnéme*, somente a *hupómnésis*. Ela age, pois, como todo *phármakon*”¹⁵². Dessa maneira, a *escrita* apresentada como algo benéfico contra o esquecimento por Theuth, pode ser vista também como algo maléfico e que direciona, restringe e seleciona o que não deve ser esquecido.

Notamos essa dialética no romance em análise, no qual o Avô Dito expressa, em uma das cartas, que esses escritos dão *as falas*, são ponte entre os mundos que o separa do neto. Tanto que, ao finalizar sua missão, tendo como culminância o enterro do Avô, as folhas são visíveis apenas para Marianinho, e os escritos se apagam, uma vez que a intencionalidade da escrita das cartas póstumas, enquanto recurso de comunicação, fora alcançado, não usurpando o lugar da memória e da oralidade dentro desse universo cultural. Assim, as cartas passam pelo filtro da leitura e são internalizadas pelo neto, desaparecendo no vento, pois as informações que o ancião almeja transmitir já foram incorporadas na memória do jovem, podendo vir a compor o repertório das narrativas familiares, que serão (re)contadas a partir das experiências de Marianinho.

Além disso, no próprio nome da família, vemos a adaptação aos embates históricos ocorridos, os quais estão presentes neste romance, em que o jovem diz que: “a Ilha era a nossa origem, o lugar primeiro do nosso clã, os Malilanes. Ou, no apertuguesamento: os Marianos”¹⁵³. Reiterando a observação de pertencimento a um lugar para performance identitária, vemos que o nome dá mais uma estrutura a quem se é – ou virá a ser –, estabelecendo alicerce, pois em *Um rio...*, a nomeação traz uma riqueza de significação das características das personagens.

¹⁵⁰ DERRIDA, Jacques. *A farmácia de Platão*. Tradução de Rogério Costa. São Paulo: Iluminuras LTDA, 1997, p. 46.

¹⁵¹ Citamos o trecho usado por Derrida, que manteve a dialética reflexiva na tradução feita por Rogério Costa para o português: “Eis aqui, oh, Rei”, diz Theuth, “um conhecimento (*máthema*) que terá por efeito tornar os egípcios mais instruídos (*sophoterous*) e mais aptos para se recordar (*mnemenikotérous*): memória (*mnéme*) e instrução (*sophía*) encontram seu remédio (*phármakon*)”. *Ibidem*, p.44.

¹⁵² *Idem*, p. 47.

¹⁵³ COUTO, Mía. *Op. Cit.*, p. 18.

Como citado, a Ilha é o lugar primeiro do clã Malilanes, não havendo, para o narrador-protagonista, anterioridade desassociada entre o lugar e a família. O que direciona nossa leitura para o aportuguesamento do nome: Marianos, que significa descendente de homem viril¹⁵⁴; remetendo, na cultura cristã – que também assume uma força inegável na composição do romance –, à Maria e aos seus professores, frades conhecidos como marianos. Fizemos essa inferência para retornar a análise sobre a *terra*, pois podemos entender os Marianos como defensores da Ilha, sendo esta, por sua vez, a representação da terra mãe, que é tida como elemento feminino sagrado, que como mãe geradora, nada poderá vir a nascer/existir sem ela.

Além disso, Malilanes também remete à Malelane, região de parque ecológico situado na África do Sul¹⁵⁵, o que reforça a leitura de imbricamento entre os nomes e a significação narrativa, afinal, como diz Cavacas, o batismo das personagens de Mia Couto não é por acaso, somos direcionados a crer que o nome de uma pessoa agrega sua alma, “havendo de fato correspondência entre o caráter dela e aquilo que o autor lhe chama”¹⁵⁶. E a Ilha, como os espaços em outros romances miacoutianos, recebe características de personagens, tal qual as mulheres de sua ficção¹⁵⁷.

Outro ponto que destacamos é a ausência da apresentação de significado do nome familiar, tal qual feito no episódio da casa Nymba-Kaya, em que explica que ambos significam *casa*, Nyumba, na língua falada ao norte, e Kaya, na língua falada ao sul do país. Assim, a casa ganha a globalidade aconchegante e protetora para toda a família, para todos os Malilanes/Marianos, do norte ao sul, ao fazer de seu nome a confluência para a existência diversificada de seus membros. Nessa perspectiva, como a força criadora da cosmogonia a partir da casa, esse espaço familiar torna-se o centro unificador da existência humana, seu centro de ancoragem como símbolo do cosmos. Por ser um lugar sagrado, é onde o morto habita, nas comunidades tradicionais, para

¹⁵⁴ Disponível em: <https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/mariano/>. Acessado em 23 de janeiro de 2017.

¹⁵⁵ Moçambique faz divisa com a África do Sul, sendo este país importante para a compreensão das dinâmicas econômicas e políticas moçambicana. Além disso, Maputo, capital moçambicana, está geograficamente próxima à fronteira com a África do Sul, o que gera maior influência do país vizinho e seu cotidiano cidadão.

¹⁵⁶ CAVACAS, Fernanda. “O desejo de esquecer”. In: CAVACAS, Fernanda; CHAVES, Rita; MACÊDO, Tania (org.). *Mia Couto: um convite à diferença*. São Paulo: Humanitas, 2013, p. 81.

¹⁵⁷ Por exemplo, a Nação em Terra Sonâmbula (1992), que anda *sonhambulante* pelo país costurando sonhos.

fazer sua passagem, pois esse a *casa* é tanto o lugar de proteção, quanto o lar em que os sentimentos e os laços emocionais habitam, um ponto para onde retornar¹⁵⁸.

Essa antecipação e exposição psicológica das personagens por meio de seus nomes também ocorrem com as demais, que, além de termos a antecipação de suas características formando, de certo modo, tipos sociais, tendem a serem retratadas subjetivamente pelo narrador-personagem. Isso não implica em um empobrecimento da ação narrativa, pois:

Os Nomes próprios das personagens são em muitos casos, mas nem sempre, complexificadores, acrescentando aos actos da personagem, uma mais valia de sentidos, que ela preenche através do Nome, ao carregar em si a narração implícita e, por vezes elíptica, que este proporciona. O Nome, por outro lado, pode designar uma parte do papel a preencher na acção narrativa¹⁵⁹.

Contudo, não necessariamente a personagem fica presa às expectativas geradas a partir de seu nome, mas o nome recebido passa a complementar o desenvolvimento de suas ações e atitudes dentro do enredo. Citamos, como exemplo, a velha Miserinha, que vem a representar tantas viúvas que ficaram desamparadas pela família, já que em Luardo-Chão, como expõe o narrador, não há palavra para denominar *pobre*, diz-se *órfão*, afinal essa é a verdadeira miséria: não ter família¹⁶⁰.

Nas primeiras informações sobre a família, por meio das reminiscências de Marianinho ainda no barco ao atravessar o rio Madzimi, Abstinêncio é apresentado como alguém desagarrado da vida, personagem, digamos, deprimida e desgostosa com o viver, quase que como uma sombra de gente, extremamente magro. A seguir o narrador rememora suas impressões acerca das diferenças entre os três irmãos:

Os outros familiares eram muito diferentes. Meu pai, por exemplo, tinha a alma à flor da pele. Já fora guerrilheiro, revolucionário, oposto à injustiça colonial. Mesmo internado na Ilha, nos meandros do rio Madzimi, meu velho Fulano Malta transpirava o coração em cada gesto. Já meu Tio Último, o mais novo dos três, muito se dava a exibir, alteado e sonoro, pelas ruas da capital. Não frequentava mais a sua ilha natal, ocupado entre os poderes e seus corredores. Nenhum dos irmãos se dava, cada um em individual conformidade. O Tio Abstinêncio, este que cruza o rio comigo, sempre assim se apresentou: magro e engomado, ocupado a trançar lembranças. Um

¹⁵⁸ LURKER, Manfred. *Dicionário de simbologia*. Tradução de Mario Krauss & Vera Barkow. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

¹⁵⁹ LEITE, Ana Mafalda. *Op. Cit.*, p. 189.

¹⁶⁰ COUTO, Mia. *Op. Cit.*, 136.

dia se exilou dentro de casa. Acreditaram ser arremesso de humores, coisa passatemporária. Mas era definitivo. Com o tempo acabaram estranhando a ausência¹⁶¹.

Os nomes dos personagens, como já pudemos perceber nos trechos acima, mostram-se primordiais para compreensão das ações, de seus comportamentos. Os três filhos de Dito Mariano e Dulcineusa são bem diferentes entre si, chegando a comporem tipos, o que traz a representatividade das diversas facetas dos moradores de Luar-do-Chão – imbricando, para isso, também na problemática da representatividade social que podemos captar dentro desta obra literária.

Como Mia Couto expõe em uma entrevista concedida ao programa Roda Viva¹⁶², a Língua Portuguesa permite essa plasticidade das palavras, como se o que fizesse, enquanto escritor, seria desvelar a outra possibilidade da palavra, afinal “a verdade, meus amigos, é que nenhum escritor tem ao seu dispor uma língua já feita. Todos nós temos de encontrar uma língua própria que nos revele como seres únicos e irrepetíveis”¹⁶³, sendo que esse movimento criador permite a captação do uso da hibridação da linguagem pelo estilo do autor, aliando, dessa maneira, a tradição formal com o simbolismo semântico para (re)criar as personagens em uma narrativa polifônica, permeada pelas vozes da ancestralidade africana e da cultura ocidental.

3.2 A forma de *Uma casa*: epígrafes, capítulos e cartas

O romance *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra* está dividido em 22 capítulos. Os títulos dados a esses capítulos, juntamente com as epígrafes, já sinalizam e dão significado ao conteúdo que será lido. Em seu primeiro capítulo, *Na véspera do tempo*, perpassa a ideia de adiamento da história que será narrada, demonstrando que se faz necessário uma apresentação, uma introdução, antes de adentrarmos o romance. Dessa maneira, inicia o enredo com os pensamentos e percepções de Marianinho:

¹⁶¹ *Idem*, pp. 16-17.

¹⁶² COUTO, Mia. Entrevista concedida ao programa Roda Viva. Disponível em: <https://goo.gl/EVbnop>. Acessado em 14 de dezembro de 2016.

¹⁶³ COUTO, Mia. “Línguas que não sabemos falar”. In: *Se Obama fosse africano?* São Paulo, Companhia das Letras. Versão eBook, p. 20.

A morte é como um umbigo: o quanto nela existe é sua cicatriz, a lembrança de uma anterior existência. A bordo do barco que me leva à Ilha de Luar-do-Chão não é senão a morte que me vai ditando suas ordens. Por motivo de falecimento, abandono a cidade e faço a viagem: vou ao enterro de meu Avô Dito Mariano¹⁶⁴.

Nesse capítulo o narrador explicita que sua viagem é desencadeada pela morte: o estranho e não finalizado falecimento do Avô. Apresenta-nos os primeiros personagens, com as quais irá confluír para o desenvolvimento do enredo. O tio Abstinência é quem vai buscá-lo na cidade, pois é o filho mais velho de Dito Mariano, sendo, portanto, o responsável por anunciar o falecimento.

As epígrafes em *Um rio...*, tanto a que prefacia o romance: “*No princípio / a casa foi sagrada / isto é, habitada / não só por homens e vivos / como também por mortos e deuses*”, de autoria de Sophia de Mello Breyner, poetisa portuguesa, quanto as que antecedem os capítulos, dão pistas acerca da temática do enredo, sendo Nyumba-Kaya o espaço para onde a família volta-se, pois é a receptora do corpo de Dito Mariano, tendo seu telhado da sala retirado para que o céu possa tocar e receber o morto.

Essas epígrafes, em sua maioria, são atribuídas aos próprios personagens¹⁶⁵, o que, ao nosso ver, é um recurso que atribui verossimilhança à narrativa, como elo para o desenvolvimento do enredo e que traz vida às personagens. Por exemplo, a epígrafe do primeiro capítulo, *Na véspera do tempo*, traz uma fala atribuída a Juca Sabão: “*Encheram a terra de fronteiras, carregaram / o céu de bandeiras. Mas só há duas nações / – a dos vivos e dos mortos*”; e a do capítulo 10, intitulado *Sombras de um mundo sem luz* – no qual Marianinho procura Miserinha e passa a conhecer um pouco mais de sua história – traz como epígrafe: “*Solteira, chorei. / Casada, já nem pranto tive. / Viúva, a lágrima teve saudade de mim*”, cuja autoria é atribuída à própria Miserinha.

A epígrafe do capítulo inicial *estreia o tempo*, sendo sua *véspera*, já dando pistas de que a relação entre os vivos e os mortos é a que permeia a vivência na Nação, não podendo ser restringida às divisões geopolíticas dos territórios, pois as experiências de vida, cultura e tradição de seus habitantes vão além dessas delimitações demarcadas pelas bandeiras dos países. Além disso, Juca Sabão já está morto quando a narrativa

¹⁶⁴ COUTO, Mia. *Op. Cit.*, p. 15.

¹⁶⁵ Das vinte e três epígrafes que o romance possuiu, apenas a que prefacia o romance, de Breyner, a do capítulo 3, de João Cabral de Melo Neto, e as dos capítulos 13 e 14, trazidas como provérbios africanos, não são atribuídas a alguma personagem do romance.

inicia-se, fora assassinado por arma de fogo antes que o incompleto falecimento de Dito Mariano ocorresse, atribuindo, assim, autoridade discursiva para afirmar que no fim apenas a separação entre os vivos e os mortos é a que realmente existe, pois trata-se uma personagem que está no limiar da fronteira dos mundo dos mortos.

No segundo exemplo, a fala atribuída à velha Miserinha traz as marcas do que acontecera em sua vida. Quando jovem e solteira, coube a mulher buscar casar-se, adentrar para a família do marido e constituir sua própria linhagem; mas isso não ocorreu com Miserinha. Seu marido, irmão de Dulcineusa, faleceu há muito tempo, como revela posteriormente a Avó. A velha não foi amparada pela família do cônjuge, a não ser o período em que Dito Mariano abrigou-a e fora seu amante, sendo logo descoberto por Dulcineusa, como revela Marianinho ao ir em busca do passado e mistérios que envolvem a velha cega, instruído por uma carta do Avô. Cuidar de Miserinha é mais uma das responsabilidades da família Malilane/Mariano. Logo, o neto é incumbido também dessa tarefa para que Dito possa completar sua travessia, afinal, eles são família.

Como forma de citações das personagens de falas indo além do que está no enredo, as epígrafes, por sua vez, acabam por guiar a leitura. Tanto que, em caso de dúvida sobre a intencionalidade do capítulo, é possível ao leitor retornar ao título e epígrafes dos capítulos, que intuem sobre qual(is) personagem(ns) o narrador irá abordar.

Desse modo, como analisa Vera Mâquea sobre as epígrafes do enredo *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*, nesse romance:

as epígrafes saltam dos capítulos como grifos excedentes da matéria narrada, como a comunicação com várias literaturas e culturas. A crença no poder da literatura é investida pela alquimia da palavra, realizada com maestria pelo escritor ao percorrer o trânsito entre a ancestralidade africanas e os comportamentos movediços da modernidade. Ao orquestrar a pluralidade de vozes que compõem o romance, o autor – como consciência organizadora do texto – amplia o espaço narrativo nas sintéticas e poéticas epígrafes, reais ou inventadas.¹⁶⁶

Por sua vez, essas epígrafes ganham espaço para a leitura e compreensão do romance, sendo esses *excedentes* dos capítulos elementos importantes na composição da obra, tanto que a ancestralidade africana faz-se presente nas que antecedem os capítulos

¹⁶⁶ MAQUÊA, Vera. *Op. Cit.*, p.167. Grifos nossos.

13 e 14, respectivamente: *Foi na água mais calma que o homem se afogou*; e *A lua anda devagar mas atravessa o mundo*. Isso pode ser interpretado como uma ligação entre a Ilha de Luar-do-Chão e a África, já que as epígrafes dos capítulos 5 e 19 trazem lendas atribuídas à Ilha, colocando-as no mesmo espaço geográfico, como recurso para o estabelecimento da verossimilhança, permitindo com que compreendamos que Luar-do-Chão situa-se no continente africano.

Outra informação que nos é salutar mencionarsobre a forma do romance é a *orelha* da edição brasileira de *Um rio...*, de 2003, na qual há uma breve apresentação do enredo para o leitor, dando pistas do que encontrará na trama. Optamos por usá-la em nossa análise, como método para um estudo mais incisivo, além de complementar a apresentação inicial que fizemos desse romance. Sendo assim, aqui expomos:

A viagem do jovem Mariano a Luar-do-Chão é só em aparência um retorno à sua terra natal. Depois de anos longe da ilha, ele é um estranho em sua casa e entre os de sua raça. Na cidade, adquiriu hábitos de um branco - ou, na língua da ilha, de um *mulungo*. Aos poucos, ele descobre que voltou à ilha não para presenciar e dirigir o cerimonial da morte do avô, mas para um renascimento que é tanto pessoal quanto familiar.

São de lembranças e revelações os dias que antecedem o enterro de Dito Mariano – o *munumuzana*, ou o homem mais velho da família. Ao mesmo tempo que se vê impelido a reconstituir uma história que se fez sem sua participação, Marianinho precisa zelar pela memória da família e pelas tradições da ilha – como a de remover o telhado da Nyumba-Kaya, a casa da família, durante os dias de velório.

À medida que vai refazendo a história familiar dos Malilanes – ou Marianos, na língua dos brancos –, Marianinho recebe uma série de cartas anônimas que o conduzem na investigação da morte inacabada do avô e de um crime que envolve toda a ilha. O rapaz percebe que cada habitante do lugar, como o coveiro Curozero Muando, o doutor Marcarenha, o Padre Nunes e a cega Miserinha, tem algo a lhe revelar. Cabe ao rapaz resistir à velocidade do tempo, fazendo com que emerjam os espíritos que habitam o rio Madzimi.

Luar-do-Chão encontra-se num estado de abandono, decadência e miséria. Não se trata apenas de destroços materiais, mas do próprio tempo desmoronando, esse tempo mágico e oracular das tradições africanas arcaicas. A tarefa de Marianinho, então, é encontrar a nova forma de salvar a terra, que também é sua casa, e levar adiante uma história que, além de pessoal e familiar, como se apresentava à primeira vista, na África pós-colonial é também política e de destino humano.

Vemos que a tendência em captar, em um primeiro plano, a temática da viagem geográfica e interior empreendida pelo jovem protagonista predomina, tanto que já há esse direcionamento também na contracapa, locais em que comumente buscamos as

primeiras informações sobre o livro, sobretudo para decidirmos se iremos adquiri-lo, ou não. Logo, podemos inferir que o perfil do leitor é visto como receptivo aos temas já apresentados pela editora¹⁶⁷. Nela, encontramos informações básicas sobre Marianinho, apresentado como estudante universitário, seu retorno à ilha de Luar-do-Chão para comandar as cerimônias fúnebres do Avô, citando as principais personagens da obra, bem como um adendo sobre Mia Couto, destacando que é *um dos mais importantes autores africanos de hoje* e que no romance há a presença do conflito entre o pós-independência e manutenção das tradições.

Diferentemente de seu primeiro romance, *Terra Sonâmbula*, em que o autor intercalou os dez capítulos do romance com os dez cadernos de Kindzu – uma espécie de diário –, em *Um rio...* seus vinte e dois capítulos são contínuos, sendo as nove cartas de Dito Mariano contidas dentro dos capítulos. Somente o capítulo 16: *Ideias de bicho* é todo uma carta e, além desse, o último capítulo: *A última carta*, inicia com as impressões de Marianinho durante o enterro do Avô às margens do rio para, posteriormente, finalizar a narrativa com a última carta do Avô, *posteriori* o enterro.

As nove cartas estão distribuídas ao longo enredo de acordo com desenvolvimento e averiguações empreendidos pelo narrador-protagonista, sendo que a primeira, que estaria mais para um bilhete devido a curta extensão, e a segunda carta contidas no capítulo 4: *As primeiras cartas*. A terceira está no capítulo 9: *O beijo do morto adormecido*; a quarta no capítulo 10: *Sombras de um mundo sem luz*; a quinta no capítulo 11: *Acidulantes dúvidas, redundantes mulheres*; a sexta no capítulo 13: *Uns pós muito brancos*, na qual Dito Mariano revela o segredo e suas suspeitas acerca do assassinado de seu amigo Juca Sabão, em que relata a presença do tráfico de drogas na Ilha; a sétima está no capítulo 16: *Ideias de bicho*.

A nona carta está no capítulo 20: *A revelação*; em que revela a Marianinho ser seu pai biológico:

Mas eu careço de lhe fazer uma revelação: Admirança foi a mulher em minha vida. Não foi Dulcineusa, nem Miserinha, nem nenhuma. Foi ela, minha Admirança.

(...)

¹⁶⁷ Apenas mencionamos a questão editorial, já que não é objetivo dessa dissertação discorrer sobre esse assunto. Mas isso se mostra salutar para compreender a receptividade das obras de Mia Couto, tanto que, atualmente, as capas das reimpressões e novas publicações trazem o nome de Mia em maior destaque, como é possível conferir na página da editora Caminho das Letras: <http://www.companhiadasletras.com.br/autor.php?codigo=01846>.

Admirança, entretanto, foi mandada para Lua-lua, onde havia uma missão católica. Nós nos encontramos lá, não havia mês que não o fizéssemos. Foi assim que engravidou. (...)

E o menino foi mandado para a cidade. Lá se fez homem acertado no sentimento. Esse homem é você, Mariano. Admirança é sua mãe.

Foi essa mentira que fechou a terra, fazendo com que o chão negasse receber-me.¹⁶⁸

Assim, descobre que é fruto do amor entre o patriarca e a irmã mais nova de Dulcineusa, sua cunhada Admirança. A última carta finaliza o romance no capítulo 22: *A última carta*, se despedindo do jovem, expondo que este o sucedera, ocupando o seu posto familiar.

Como as cartas são *falas*, o meio que Dito encontrou para comunicar-se com Marianinho, elas surgem seguindo as dúvidas e necessidades de esclarecimentos, para que o narrador encontre as respostas para os problemas da família e de Luar-do-Chão. Dessa maneira, a forma como o romance está composto demonstra o percurso para a conclusão, sendo seus elementos narrativos, como as epígrafes e o título, juntamente com a organização dos capítulos e das cartas, recursos estilísticos utilizados pelo autor que atribuem significação para a leitura e compreensão de *Um rio...*

Além dos pontos elencados, a ideia de ciclicidade no romance é exposta, também, na maneira em que o enredo começa e termina. Já na primeira linha que inicia a narrativa, Marianinho reflete que “a morte é como o umbigo: o quanto nela existe é a sua cicatriz, a lembrança de uma anterior existência”¹⁶⁹. O Avô Dito Mariano, por sua vez, expõe no penúltimo parágrafo da carta que finaliza o romance que “você, meu filho, você disse o certo: a morte é a cicatriz de uma ferida nunca havida, a lembrança de uma nossa já apagada existência”¹⁷⁰. Nessa perspectiva, vemos que vida e morte não distanciam-se, pois são o ciclo da existência, passando o morto a habitar a ancestralidade, o que faz com que este não desapareça, permanecendo um *pai imortal*, como no caso de Dito.

Todavia, a fala do Avô parece pessimista, pois a existência já está apagada com a morte, diferentemente da perspectiva de Marianinho, em que a cicatriz traz, tal qual o umbigo, uma marca de um tempo que não lembramos, período do qual obtemos

¹⁶⁸COUTO, *Op. Cit.* p.235.

¹⁶⁹ COUTO, *Mia. Op. Cit.*, p. 15.

¹⁷⁰*Idem*, p. 260.

informações apenas dos que acompanharam nossos primeiros dias de vida. Portanto, após o falecimento, o morto torna-se narrável, uma memória, pois a lembrança é também como uma cicatriz.

Compreendemos que o romance possui diversificadas perspectivas de leituras e análises, podendo ser desde uma apreensão mais subjetiva de ensimesmamento, uma leitura sociopolítica, ou, até mesmo, observando a proposta de apropriação da língua, em que pode abordar a poeticidade na prosa miacoutiana, como fica exposto na quantidade de estudos realizados sobre essa obra apenas no Brasil, fato esse que demonstra também a receptividade acadêmica das obras miacoutiana¹⁷¹.

3.3 A Ilha de Luar-chão: representatividade social e histórica no romance

Mia Couto salienta em *E se Obama fosse africano?* que mesmo seus textos tendo sido escritos para e no contexto de Moçambique, o que pode vir a ser dificultoso para um leitor estrangeiro, os rios que percorrem o imaginário de seu país “cruzam territórios universais e desembocam na alma do mundo. E nas margens de todos esses rios há gente teimosamente inscrevendo na pedra os minúsculos sinais da esperança”¹⁷². Dessa forma, a literatura transpõe os limites geopolíticos e culturais. Em *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra* há a presença de conflitos políticos, culturais e religiosos, que possuem semelhanças com a situação social de Moçambique.

Na enigmática Ilha de Luar-do-Chão, lar dos Malilanes/Marianos, onde o rio armazena a memória dos espíritos e a terra sofre com obscuros feitiços, a tarefa de Marianinho é encontrar uma forma de levar adiante uma história que ultrapassa o ambiente familiar, ganhando o espaço público e social. Assim, encontramos, nessa obra, uma representação literária do real, das experiências cotidianas, transfiguradas, para levar à reflexão sobre a existência e o sentido das dinâmicas nas relações sociais, sendo que, “em relação aos lugares, a ilha parece claramente representar o país”¹⁷³.

¹⁷¹ Sugerimos conferir SILVA, Ana Cláudia da. “A fortuna crítica de Mia Couto no Brasil”. In: *O rio e a casa: imagens do tempo na ficção de Mia Couto*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, p. 73-136.

¹⁷² COUTO, Mia. “Nota introdutória: o guardador de rios”. In: *E se Obama fosse africano?* Ensaios. São Paulo: Companhia das Letras. Versão eBook, p. 7.

¹⁷³ NOA, Francisco. “Em busca da terra em tempo perdidos: Um rios chamado tempo, uma casa chamada terra”. In: CAVACAS, Fernanda; CHAVES, Rita; MACÊDO, Tania (org.) *Mia Couto: um convite à diferença*. São Paulo: Humanitas, 2013, p. 123

A terra recebe atributos de personagem feminina, tornando-se elemento atuante para o desenvolvimento da narrativa, afinal, recusa-se a receber o corpo do interdito morto Dito Mariano, demonstrando não ser passiva, não sendo apenas um espaço neutro na trama. Tanto que para o Marianinho, no capítulo 21: *A chave da chuva*, ao confessar seu desejo por Nyembeti, – jovem vista como portadora de transtornos mentais por ter sido picada por cobra ao nascer, filha de Juca Sabão e irmã mais nova do coveiro Curozero Muando –, não poderia tê-la enquanto não tomasse posse da terra, enquanto não a entendesse completamente, já que “Nyembeti era Luar-do-Chão”¹⁷⁴.

Em *Um rio...*, percebemos a representação de Moçambique por meio de Luar-do-Chão e da cidade (que não é nominada), estando situada nesse universo conturbado pós-independência e globalizado, onde modernidade e tradição disputam espaço. Tanto que a menção a apenas dois espaços que compõe o país no romance, a cidade e a Ilha, marca, em si, o comportamento social moçambicano, como expõe José Luiz Cabaço:

Não é por acaso que, na linguagem corrente em Moçambique, se diz “Fulano foi à Nação” ou “este problema só se resolve no nível da Nação” quando se pretende informar que alguém se deslocou à capital do país ou que tal questão requer uma decisão da sede do poder central¹⁷⁵.

Essa perspectiva é perceptível no romance, pois mesmo em um país tão pequeno, como reflete o narrador-protagonista, a separação social toma forma no rio Madzimi, que, em vez de ligá-los, distancia a Ilha e a cidade a ponto de conceber *duas nações mais longínquas que planetas*, podendo ser *um povo* no discurso pedagógico da nação, mas duas gentes distintas, segregadas, que não se reconhecem igualmente pertencentes à Nação.

Sobre a atual situação política de Moçambique, Mia Couto revela que:

O país mudou completamente. Mudou o regime político, mudou o regime de ser. Uma das razões da guerra foi o assalto contra um projeto socialista. Esse projeto nem precisava de tanto inimigo. Ele estava corrompido a partir de dentro. Hoje, não temos saudade do regime que foi deposto. Mas o que veio a seguir foi um capitalismo sem capitalistas, um mercado selvagem em que vale tudo. Dissolveram-se os laços solidários que antes dominaram as sociedades rurais e urbanas. Há uma enorme saudade do que fomos, mesmo que

¹⁷⁴ COUTO, Mia. *Op. Cit.*, p. 253.

¹⁷⁵ CABAÇO, José Luís. “Moçambique: identidade, colonialismo e libertação”. *Apud*: BRAÚNA, Dércio. *Op. Cit.*, p. 215.

essa identidade do passado nunca tenha realmente existido. A literatura procura hoje denunciar esse universo de competição e de desrespeito pelos que não têm dinheiro nem poder. A literatura moçambicana cresceu, tornou-se uma literatura plural, tornou-se literaturas.¹⁷⁶

Dessa maneira, Luar-do-Chão, enquanto espaço existente apenas dentro do romance, recebe tons referentes ao que se passa em Moçambique, uma vez que a Literatura constitui-se ilusão de uma “permanência, mas também reafirma possibilidades de retomada do passado e de tradições que se vão desmanchando, motivadas pelas alterações que, cada vez mais, transformam (e transtornam) as paisagens do mundo”¹⁷⁷. Assim, traz essas marcas sociais dentro das interações ocorrentes na Ilha por meio de suas personagens.

A Ilha é vista como um lugar que concebe as possibilidades de (re)criação, ganhando nuances do país. O rio, que outrora separava, somatiza a mudança de perspectiva a partir de atitudes críticas não excludentes. Dessa forma, “Luar-do-Chão é um imagem metonímica, a África na sua pluralidade”¹⁷⁸. Isso nos permite considerar que:

Neste sentido, todas as potencialidades significativas do romance decorrem do jogo incessante entre os espaços (físicos, psicológicos, individuais, colectivos) e os tempos (subjectivos, privados, históricos, míticos). É, assim, que temos, por exemplo, a concentração da narrativa num espaço físico, quase cósmico, a Ilha de Luar-do-Chão, afinal, aquele que universalmente projecta as múltiplas temporalidades que a atravessam e, de certo modo, cinzela cada uma das personagens que por lá desfilam. No que elas são e no que elas fazem.¹⁷⁹

Nessa perspectiva, quando Marianinho retoma a lembrança de sua mãe, Mariavilhosa, no momento em que ela pariu um bebê natimorto, na noite da Independência, rememorando que “naquela noite, enquanto se celebrava o deflagrar de todo o futuro, minha mãe morria de um passado: o corpo frio daquele que seria seu último filho”¹⁸⁰, vemos que o romance torna as referências temporais salutares para sua

¹⁷⁶ COUTO, Mía. Entrevista. Disponível em: <http://www.saraivaconteudo.com.br/Entrevistas/Post/45036>. Acessado em 02 de fevereiro de 2017.

¹⁷⁷ FONSECA, Maria Nazareth S. “Percurso da memória em textos das literaturas africanas de língua portuguesa”. In: Gragotá. UFF, Niterói, v. 17, 2006, p. 45-64, p. 61.

¹⁷⁸ MAQUÊA, Vera. *Op. Cit.*, p. 177.

¹⁷⁹ NOA, Francisco. *Op. Cit.*, p. 121.

¹⁸⁰ COUTO, Mía, *Op. Cit.*, p. 191

linearidade, já que não há menção de datas ao longo da narrativa, fazendo com que o tempo cronológico seja marcado pelos fatos históricos.

Outrossim, as mediações do reflexo social presente em *Um rio...* traz os estereótipos do que podemos encontrar na Moçambique do séc. XXI, tanto em centros urbanos, quanto em áreas rurais – cidade e Ilha – que constituem a pluralidade sociocultural.

A Literatura pode ter o real como referente, mas isso não a obriga a manter fidelidade com os fatos históricos; como transfiguradora, proporciona ao leitor a possibilidade de trilhar o que poderia acontecer. Afinal, “o ofício de escrever não está apartado da realidade em que o autor está inserido”¹⁸¹.

Além disso, podemos captar a universalidade das temáticas presentes em *Um rio...*, uma vez que nele encontramos a modernidade africana, os embates existenciais contemporâneos, os dilemas humanos, especialmente o conflito com os saberes tradicionais que, por sua vez, trazem o simbolismo do realismo mágico da escrita miacoutiana, pois:

Uma compreensão sobre o espaço literário moçambicano passa pela consideração dessas questões, que apontam para as implicações da literatura além dos limites das linhas impressas no papel; apontam para todo o complexo *campo* em que esta se produz, circula e é valorada – tornada um patrimônio de uma nação¹⁸².

No romance, as marcas históricas vão além da sobreposição reducionista entre colonizador e colonizado, visto que o enredo traz as relações sociais dentro da dinâmica neocolonista, desde o português desonrado – como Frederico Lopes, padrinho de Marianinho que, em um primeiro momento, o abriga na cidade –, o nativo corrupto – tal qual o Tio Último, que não mede esforços para explorar e lucrar, desligando-se por completo da tradição em prol do lucro –, além dos demais personagens que, de certo modo, trazem os tipos sociais que transitam entre a diversidade identitária contemporânea.

Desse modo, a Literatura, como transfiguradora das dinâmicas sociais, traz personagens que são adaptáveis às variadas situações que vão surgindo, assim, “negros

¹⁸¹ GORDIMER, Nadine. Fala da entrevista concedida ao documentário *A Literatura Africana - Nova África*. Disponível em: <https://goo.gl/rnHRHr>. Acessado em 09 de novembro de 2015. Gordimer, Nobel (1991) é uma escritora sul-africana.

¹⁸² BRAÚNA, Dércio. *Nyumba-Kaya: Mia Couto e a delicada escrivência da nação moçambicana*. São Paulo: Alameda, 2014, p. 136.

e brancos, homens e mulheres, adultos e crianças são caracterizados pelas oscilações que demarcaram seu processo de adaptação a um mundo em constante mudança¹⁸³, afirmando o deslocamento identitário diante às dinâmicas culturais, sócias, nacionais e étnicas.

Como, por exemplo, a aparente confusão que a Avó Dulcineusa faz entre o administrador da Ilha com o administrador colonial:

Passamos pelo administrador da Ilha. A Avó pára, suspende-se sobre uma perna como se fosse ajoelhar. Embaraçado, o administrador diz:
 – *Dona Dulcineusa, eu já disse para não fazer isso!*
 – *Sim, senhor administrador. Por favor, não me bata, eu não tenho idade para palmatória!*
 O administrador sacode a cabeça. Ele não acredita que se trate de demência. Pensa que se trata de chacota com intenção política bem determinada: Dulcineusa faz de conta que o confunde com o administrador colonial. Apressadamente o governante atravessa a rua, antes que se juntem os curiosos¹⁸⁴.

A ironia no comportamento de Dulcineusa reitera a desconfiança de que seus lapsos sejam simulados, pois, assim, traz uma crítica velada ao sistema administrativo adotado; pois, mesmo havendo a mudança de regime, há a manutenção dos mecanismos de opressão e privilégios.

O tio Últmio mostra-se uma personagem bem emblemática nesse sentido, traz o autoritarismo que, em tempos de colonização e lutas em prol independência, via-se na figura do português opressor; agora é o *irmão* quem assume essa posição. A amnésia cultural, como tematiza Bhabha (1998), faz com que haja uma reprodução do sistema colonial na dinâmica social, sintetizando a máxima de *quetodo colonizado tem um colonizador dentro de si*. Esse comportamento, perceptível em diversas sociedades, faz com que o tio caçula sinta-se deslocado na Ilha, não permitindo que Últmio retorne ao universo tradicional familiar. Citamos:

Últmio não se recorda. Era ele ainda criança quando sofreu um acidente grave e a família passou a noite em claro, vigiando o seu estado.
 (...)

¹⁸³ MOREIRA, Terezinha Taborda. “A identidade moçambicana no ilusório espelho da raça”. In: CAVACAS, Fernanda; CHAVES, Rita; MACÊDO, Tania (org.) *Mia Couto: um convite à diferença*. São Paulo: Humanitas, 2013, p. 284-285.

¹⁸⁴ COUTO, Mia. *Op. Cit.*, p. 86.

Ultímio tombara sobre ferros pontudos enquanto pescava na plataforma, junto ao cais. Quase se esvaíra, tanto o sangue que perdera antes de ser recolhido.

(...)

Quem o salvou foi um indivíduo de raça branca, um anónimo que passava pela Ilha. Foi ele quem lhe deu sangue, sangue em quantidade para reabastecer o inteiro corpo, como se fosse um segundo nascimento.

(...)

Já me amolento, meio emborcado em sono, quando as palavras de Ultímio me surpreendem:

– *Gostava que você fosse meu filho, Mariano.*

Até as pernas me tombaram. Nunca esperei que tal frase pudesse provir daquele meu tio. Não me acode palavra nem pensamento. É o Tio que regressa às falas:

– *Não sou pessoa feliz, sobrinho. Meus filhos, eu nem sei onde eles foram buscar aquelas maneiras...*

– *Eles não costumam vir aqui, pois não?*

– *Meus filhos não podem voltar a Luar-do-Chão. Nunca mais podem voltar.*

– *Não podem, porquê?*

– *Lembra Juca Sabão? Pois há quem pense que foram meus filhos que obalearam.*

Silêncio. Apenas se escuta a ventoinha no tecto.

– *E o Tio o que é que pensa?*

– *O que eu penso? Eu sou pai, Mariano. Um pai que gostaria de ter um filho como você.*¹⁸⁵

O tio caçula encontra-se no entre-lugar de pertencimento, pois mesmo tendo nascido e sido criado na Ilha, sua ambição levo-o para o universo capitalista da cidade, não encontrando-se definitivamente por completo em nenhum desses dois mundos. Seu modo de vida extravagante e desrespeitoso, comparado aos moradores locais, faz com que ele leve uma viatura (carro), para Luar-do-Chão, onde nem ruas há, demonstrando incompatibilidade entre as aspirações financeiras de Ultímio, que deseja vender Nyumba-Kaya para a implantação de um hotel, os costumes e precariedade de infraestrutura existentes na Ilha.

No trecho acima, percebemos o instante em que o tio fica sabendo que, quando criança, recebeu transfusão de sangue de um homem branco, permanecendo ensimesmado, *traumartirizado*. Dando a entender que neste momento reflete sobre suas atitudes e distanciamentos da família, no comportamento de seus filhos criados longe do universo tradicional dos Malilanes/Marianos, levando-o a expor sua infelicidade com o caminho que trilhara ao desejar que seus filhos fossem como Marianinho.

¹⁸⁵ *Idem.* p. 215-216.

Nas figuras dos três irmãos, Abstinência, Fulano e Último, vemos caracterizados os tipos sociais encontrados no limiar entre o tradicional e moderno nesse momento pós-independência. Isso porque o mais velho, que deveria ser imputada as responsabilidades de chefe da família com a morte de Dito Mariano, é um personagem que passou a viver em um tempo e mundo particular. Fora funcionário público, mas não se adaptou as mudanças políticas do governo, passando a viver como que alheio, ou, pelo menos, comportando-se passivamente.

O pai de Mariano, Fulano Malta, representa muitos dos que almejavam e lutaram pela independência, mas que não encontraram lugar no governo feito por aqueles que não participaram da guerra, como vemos no capítulo 19: *A farda devolvida*, no qual Fulano revela que tem medo do futuro, pois *a injustiça apenas mudava de turno*, afinal, “começamos por pensar que são heróis. Em seguida, aceitamos que são patriotas. Mais tarde, que são homens de negócios. Por fim, que não passam de ladrões”¹⁸⁶. Relatando, por meio de suas reminiscências, a insatisfação diante o desamparo para com o povo por parte do governo, observando que a política existente muito se distanciava das causas que levaram muitos jovens da massa, da malta, a lutarem em prol do fim da colonização.

Logo, as dinâmicas e embates sociais presentes na Ilha de Luar-do-Chão revelam os conflitos existentes no pós-colonialismo, que não se encerram com o fim da colonização, mas ganharam novos agentes e embates que adentram o meio familiar. Afinal, o inimigo, o opressor, não é mais apenas o que estrangeiro, como podemos perceber no perfil da personagem de Último. Tendo a Literatura como transfiguradora e reveladora da sociedade na qual o escritor está inserido, uma vez que (re)cria seu universo literário, capitamos a retratação da dicotomia entre passado/futuro, velho/novo, tradição e modernidade neste romance. Sendo Mariano o elo de estabelecimento da harmonia entre o tradicionalismo africano – uma vez que entendemos que Luar-do-Chão possui como microcosmo a África, como exposto na sessão 1.2 –, entre o passado e tradição familiar com o meio capitalista globalizante que mostra-se imperativo na contemporaneidade, pois ocupa o perfil de mediador cultural, estabelecendo seu terceiro espaço, pois é um de fora que veio de dentro de Ilha e do clã dos Malilanes/Marianos.

Ademais, as sociedades tradicionais não são estáticas, como tende a crer o pensamento ocidental, possuindo ligações entre o passado e/ou a ancestralidade,

¹⁸⁶*Ibidem*, p. 223.

admitindo em seu processo transformações, vindo a aparecer sob a forma de retorno ao passado através das *renascenças*. Esse movimento dá ciclicidade à vida, sendo a morte e nascimento elementos de um mesmo contínuo.

3.4 Construindo e constituindo a memória familiar

A jornada que Marianinho empreende é, também, para dentro de si, buscando lembrar-se para compreender o meio que o cerca, mas também procura as memórias familiares nos diálogos com seus parentes e outras pessoas da Ilha, tais como o Padre Nunes e o médico indiano Mascarenhas, por exemplo. Esses dois personagens são externas à família, contudo, sabem muito do passado dos Marianos. O Padre é confidente da Avó Dulcineusa, que é católica devota e quem cuida da igreja de Luar-do-Chão; já o médico, que por sua profissão conhece a intimidade dos lares e das pessoas, é amigo próximo de Fulano e da falecida Admirança, tendo aproximado o casal quando jovens.

A nebulosidade acerca dos segredos que Mariano deverá descobrir e solucionar decorre da ausência de um passado conhecido e reconhecido, o que acaba por gerar conflitos em Luar-do-Chão, pois “a míngua de um passado, pode também ser fonte de grandes problemas de mentalidade ou identidade coletiva: é o caso das jovens nações, principalmente das africanas”¹⁸⁷. Assim, em de *Um rio...*, a ausência de um passado abre o leque de possibilidades instáveis, uma vez que para trilhar um futuro é necessário saber de onde se vem para a formação de uma identidade e unidade nacional e familiar que, como vimos no poema de José Craveirinha, mostra-se pontual para a firmação e afirmação do sujeito, uma vez que a perpetuação da memória coletiva poderá minguar, ou distanciar-se dos sujeitos que dela fazem parte, não havendo identificação.

Marianinho é o responsável por mediar os conflitos entre os velhos fantasmas interiores e as mazelas que assolam Luar-do-Chão, passando, ao final do romance, a pertencer à Ilha, de onde saíra muito menino, mas que não deixara de pertencer, de ser um Malilane/Mariano, mesmo que não tivesse consciência disso. Tanto que Dulcineusa confessa achar que o neto é o anjo puro que a Ilha precisa, mas que ao permanecer no

¹⁸⁷ LE GOFF, Jacques. “Memória”. In: *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 205.

local perderia toda a sua pureza¹⁸⁸, o que nos permite compreender que a perda de pureza está diretamente ligada à perda da amnésia, com a invocação das memórias individuais e coletivas. Marianinho não seria mais visto, ou se sentiria como um estranho, mas adentraria no passado e tradição de Luar-do-Chão, como de fato o fez, sendo um Mariano por completo.

A busca pela memória suprimida é o eixo desencadeador da trama, como vemos nas cartas com orientações de Dito Mariano, nas quais instrui Marianinho a procurar as pessoas da ilha, visitando todos os lugares, contornando a resistência dos moradores locais em narrar suas memórias. O Avô alerta que há uma resignação pelo desmérito de viver, uma aceitação de estar-se preso, pois “a Ilha de Luar-do-Chão é uma prisão. A pior prisão, sem muros, sem grades. Só o medo do que há lá fora nos prende ao chão. E você saltou essa fronteira. Se afastou não em distância, mas se alonjou da nossa existência”¹⁸⁹.

Esse caminho de contar o passado faz com que as lembranças fragmentadas adormecidas ganhem novamente cores, pois são essas lembranças que estava à margem da memória do protagonista que ressurgem e passam a inquietá-lo. Tanto que ao compreender o que de fato aconteceu com Mariavilhosa, o estupro, o aborto e a infecundidade posterior, o jovem passa a lembrar dela e a compreender o que, quando criança, não captava, rememorando:

E relembro minhamãe, Dona Mariavilhosa. Agora, eu sabia a sua história e isso era como que um punhal em minha consciência. Como pudera eu estar tão desatento ao seu sofrimento? A vida de Mariavilhosa se tinha infernizado desde que lhe sucedera o nado-morto. Passara a ser uma mulher condenada, portadora de má sorte evigiada pelos outros para não espalhar sua sina pela vila. O menino desnascido era um ximuku, um afogado. É assim que chamam aos que nascem sem vida.

(...)

Devido a essa exclusão da cozinha eu não me recordava dela, rodopiando com as demais mulheres junto ao fogão.¹⁹⁰

Trazer essas lembranças à superfície é algo que machuca o jovem, seu esquecimento desses fatos permitira que não ponderasse sobre as atitudes dos que o cercavam, até mesmo sobre a aparente bondade do casal de portugueses que o apadrinharam, os Lopes, dos quais Marianinho descobre muito tem a ver com os

¹⁸⁸ COUTO, Mia. *Op. Cit.*, p. 107.

¹⁸⁹ *Idem*, p. 65.

¹⁹⁰ *Idem*, p. 231.

problemas de sua família. Frederico Lopes foi quem violou Admirança, o que culminou em sua esterilidade por abortar a criança oriunda disso. Dona Conceição Lopes fora amante de Abistinêncio, e é dela essa saudade desmedida do tio, sua eterna espera de um amor impossível, uma vez que os Lopes há tempo regressaram para Portugal. Assim, esses desvelos afetam toda a Ilha, uma vez que todos estão envolvidos nesse passado silenciado, imbricando, diretamente, nos problemas atuais.

Dito Mariano também rememora o passado de Fulano Malta para explicar sua atual situação para que, assim, o jovem comece a busca pelo desvelo dos segredos que estão sufocando Luar-do-Chão. Este caminho de contar o passado, fazendo com as lembranças fragmentadas adormecidas ganhem novamente cores, alia-se à reflexão de Halbwachs, pois:

Então, é da própria lembrança em si mesma, é em torno dela, que vemos brilhar de alguma forma sua significação histórica. (...) Se lembramos dele [o fato], é porque sentíamos em torno de nós os outros [adultos] se preocupavam. Mais tarde, compreendemos melhor porquê. A lembrança, no início, existia no interior da corrente, mas estava retida por algum obstáculo, permanecia muito à margem, presa nas ervas da margem.¹⁹¹

Desta forma, somente pelo desvencilhamento da mudez imposta ao passado é que se pode seguir caminho, pois é a partir da lembrança em si mesma que se busca o que de fato aconteceu e os mais jovens obtêm pistas do passado familiar, como ocorre com Marianinho, por meio das narrativas feitas pelos mais velhos.

O *tempo* é a liquidez que abstratamente divide o espaço geográfico, passando a ser memória, lembrança a ser reconstruída e visitada, formando uma nova existência, como relata Dito Mariano, em sua última carta que finaliza o romance: “Você, meu neto, cumpriu o ciclo das visitas. E visitou casa, terra, homem, rio: o mesmo ser, só diferindo em nome”¹⁹².

Desse modo, encontramos em *Um rio... o entre-lugar*, que também é temporal, havendo:

um tempo suspenso no romance que não pertence nem à verdade histórica nem aos mitos coletivos que afloram no momento da morte. Esse tempo suspenso, que assim mantém Dito Mariano entre a vida e

¹⁹¹HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Laurent Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990, p. 63.

¹⁹²COUTO, Mía. *Op. Cit.* p. 258.

a morte, é a matéria da memória, plástica e semovente no fluxo do rio que Mariano atravessa para reconhecer a si mesmo e ao outros e então poder narrar.¹⁹³

Afinal, o Avô precisa transmitir o que sabe para que a terra o aceite como um defunto por completo e se abra para recebê-lo. Desse modo, não há precisão de quantos dias se passaram desde o estranho falecimento de Dito e seu enterro. O enredo flui pelas impressões do narrador e suas experiências na Nyumba-Kaya, nos dando pistas de que já está na Ilha há tempo suficiente para adquirir a confiança de seus moradores. Nesse período, não são reveladas preocupações com a condição do *morto*, tanto que nem mesmo chove, o que seria um problema para o desprotegido corpo na sala da casa destelhada.

Assim, as lembranças, que no início estavam adormecidas, ganham significação, trazendo à superfície o que estava preso *nas ervas da margem* da memória. Para isso, Marianinho conta com colaboração dos habitantes da Ilha que, mesmo enfrentando a oposição dos moradores em contar suas histórias, consegue empreender o papel de mediador cultural.

Dessa maneira, faz com que todos ganhem a confiança de todos com quem conversa, ouvindo-os narrarem suas histórias, seus passados, suas memórias – que são as memórias de Luar-do-Chão –. Especialmente as que trazem segredos perigosos, como, por exemplo, o assassinato de Juca Sabão que, juntamente com Dito Mariano, espalhou droga pela terra pensando ser fertilizante. Assim, mesmo tendo encontrado resistência no início, os mais velhos de Luar-do-Chão passam a confiar no jovem.

Ao descobrir o que há de errado com a ilha, Marianinho assume por completo a tarefa deixada por seu avô e os anseios de avó Dulcineusa, fato esse perceptível em mais uma das cartas de Dito Mariano, em que reitera a tarefa do neto em “salvar Luar-do-Chão. Sim, faltava-nos um que viesse de fora, mas fosse de dentro”¹⁹⁴.

A memória, enquanto espaço lacunar e preenchível a partir do presente, é própria no episódio do álbum da família, em que a avó Dulcineusa traz em seu colo um álbum vazio e passa a *descrever* as ilusórias fotos que documentariam os momentos familiares, especialmente os episódios comemorativos. Ainda mais que, como expõe Walter Benjamin, em *O narrador*, boa parte da arte literária está justamente em não dar muitas explicações, fazendo com que “o extraordinário e o miraculoso são narrados com

¹⁹³ MAQUÊA, Vera. *Op. Cit.*, p. 171.

¹⁹⁴ COUTO, Mía, *Op. Cit.*, p 173.

a maior exatidão, mas o contexto psicológico da ação não é imposto ao leitor. Ele é livre para interpretar a história como quiser, e com isso o episódio narrado atinge uma amplitude que não existe na informação”¹⁹⁵.

Percebemos essas *lacunas* de explicações ao longo de *Um rio...*, ao que destacamos o episódio do álbum de família, no qual a Avó Dulcineusa traz em seu colo um antigo álbum de fotografias sem nenhuma foto, apenas com marcas de fotos, das quais o narrador não apresenta quaisquer informações de seu paradeiro. Vejamos:

Mas quando o álbum se abre em seu colo eu reparo, espantado, que não há fotografia nenhuma. As páginas de desbotadas cartolinas estão vazias. Ainda se notam as marcas onde, antes, estiveram coladas fotos.

– *Vá. Sente aqui que eu lhe mostro.*

Finjo que acompanho, **cúmplice da mentira.**

(...)

Dulcineusa queixa-se que ela nunca aparece em nenhuma foto. Sem remorso empurro mais longe a **ilusão**. Afinal, a **fotografia é sempre uma mentira**. Tudo na vida está acontecendo por repetida vez.

– *Engano seu. Veja esta foto, aqui está a Avó.*

– *Onde? Aqui no meio desta gente toda?*

(...)

– *Obrigada, meu neto!*

– *Obrigada porquê?*

– ***Você mente com tanta bondade que até Deus lhe ajuda a pecar.***¹⁹⁶

Marianinho entra nesse jogo e passa a recriar o passado que deve, por meio das fotos, permanecer como memórias documentais da família Mariano. Essa recriação imaginativa fotográfica toma forma, sem qualquer explicação para o leitor, e passa a ocupar lugar no álbum, representando um passado familiar reconstituído como verídico. Tanto que esse jogo de recriação do passado por meio das imaginárias fotografias ganha endosso, passando a existir no velho álbum, preenchido pelas (re)criadas lembranças, as quais Dulcineusa chama o neto para ver, no penúltimo capítulo. Citamos:

Regresso a Nyumba-Kaya. A cozinha se enche de luminosidade e, junto ao fogão, estão sentadas a Avó Dulcineusa e a Tia Admirança. Estão contemplando o álbum de família.

– *Venha, Mariano, venha ver.*

Desta feita, o álbum está cheio de fotografias. E lá está o velho Mariano, lá está Dulcineusa recebendo prendas. E no meio de tudo,

¹⁹⁵BENJAMIN, Walter. “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: *Magia e técnica, arte e políticas: ensaios sobre literatura e ensaios da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221, p. 203.

¹⁹⁶ COUTO, Mia, *Op. Cit.*, 49-51. Grifos nossos

entre as tantíssimas imagens, consta uma fotografia minha nos braços de Admirança.

– *Olha nós dois, Mariano.*

Levanta o braço para me dar a mão. Quero falar, mas reparo que não consigo chamá-la de "mãe". Abraço-a como se fosse agora que eu chegasse a casa. A Avó nos interrompe:

– *Deixem-se disso, nem parecem tia e sobrinho. Mariano, veja mas é o que seu Avó Mariano me deixou.*

E estende a mão. Num dedo um anel ganha brilhos de astro. O anel é tão evidente que, por instante, seus dedos quase parecem recompostos, finos e completos. Dulcineusa sente que estou de partida e me ordena:

– *Não esqueça de regar a casa quando sair.*

A casa tinha reconquistado raízes. Fazia sentido, agora, aliviá-la das securas. Admirança se levanta, me segura as mãos e fala em suspiro como se estivesse em recinto sagrado.

Dessa forma, a construção da memória empreendida por Mariano passa a ser a *verdade* que será perpetuada, indo além das fotografias e se corporificando no anel nos dedos aparentemente rejuvenescidos da Avó. Além disso, Admirança continua a ser tida como sua tia, não assume o posto de mãe, reiterando que Mariavilhosa quem é a verdadeira mãe do jovem. Esse processo de (re)construção e constituição da memória mostra-se perspicaz à análise dessas personagens, afinal:

Nada facilita mais a memorização das narrativas do que do que aquela sóbria concisão que as salva da análise psicológica. Quanto maior a naturalidade com que o narrador renuncia às sutilezas psicológicas, mais facilmente a história se gravará na memória do ouvinte, mais completamente ela se assimilará à sua própria experiência e mais irresistivelmente ele cederá às inclinações de recontá-la um dia.¹⁹⁷

Portanto, tendo chegado à maturidade, o jovem está apto a assumir o posto de chefe familiar e, também, a narrar as memórias da família, o passado de seus membros, levando adiante a tradição.

Agora Mariano compreende a Ilha, seus moradores e sua família, já que cresceu em sabedoria e aproximou-se da Ilha, tornando-se um adulto por completo (corpo e mente), participando de maneira ativa da vida familiar. Isso fez emergir as memórias de sua infância em Luar-do-Chão em suas reflexões, entendendo, assim, os fatos que como criança estavam além de sua compreensão, pois “a medida em que a criança cresce, e sobretudo quando se torna adulta, participa de maneira mais distinta e mais refletida da

¹⁹⁷BEJAMIN, Walter. *Op. Cit.*, p. 205.

vida e do pensamento desses grupos dos quais fazia parte, inicialmente, sem disso perceber-se”¹⁹⁸.

A formação da memória perpassa pelo mesmo processo do lençol de amores de Dito Mariano, sobre o qual seu corpo jazia na sala da casa, mais especificamente ao pedaço que Miserinha rasga e levava consigo, “o pedaço de mortalha que ela rasgou na última visita a seu amado Mariano. Dessa porção ela pretende refazer o todo. Até de novo se deitar nesse lençol e marejar em infinitas ondas”¹⁹⁹. Afinal, as lembranças e memórias são como esse pedado de pano, podendo, a partir de um pequeno pedaço, forma-se o todo.

O jovem se desenvolve, amadurece e reintegra a família, bem como os moradores de Luar-do-Chã, já que a memória da terra “se apoia na materialidade, nas vivências, nas sensibilidades do vivido. A memória de uma cidade é uma tentativa de resgate”²⁰⁰, uma construção contínua, um constante rememorar.

A Literatura, como vimos no primeiro capítulo desta dissertação, traz em sua narrativa ficcional sinais indicativos do comportamento social, político, filosófico e cultural de um dado momento histórico, o que não é diferente em *Um rio...* A jornada empreendida pelo jovem também foi interior, um processo de amadurecimento, em que visitou “casa, terra, homem, rio: o mesmo ser, só diferindo em nome. Há um rio que nasce dentro de nós, corre por dentro da casa e desagua não no mar, mas na terra. Esse rio uns chamam de vida”²⁰¹. Assim, nosso protagonista, que passa a ser como Mariano por todos, sem o diminutivo, ao final do romance, obtém êxito na incumbência recebida de Dito Mariano.

A Ilha de Luar-do-chão, espaço ficcional dentro do romance analisado, sofre diante das rápidas mudanças políticas e organizacionais, tal como Moçambique. Sendo representativa dessa, traz as mazelas sofridas por seus habitantes de maneira que expõe, pela via literária, os impactos sofridos, as problemáticas enfrentadas no ambiente familiar e diante do desamparo governamental.

Contudo, sabemos que ao rememorar o passado acabamos por omitir ou expandir determinados fatos, uma vez que a memória é sempre transitória, sendo que a coexistência por meio da terceira margem, o entre-lugar, às visões que estabelecem

¹⁹⁸ HALBWACHS, *Op. Cit.*, p. 71.

¹⁹⁹ COUTO, Mia. *Op. Cit.*, p. 243.

²⁰⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História, literaturas e cidades: diferentes narrativas para o campo do patrimônio*. In: Revista patrimônio, nº 34, 2012, p. 399-411, p. 402.

²⁰¹ COUTO, Mia. *Op. Cit.*, p. 258.

tradições e modernidade em uma dicotomia antagônica, pois as identidades, bem como as memórias coletivas, não são estagnadas, estando em um processo de formação. Nessa perspectiva, a escrita literária, ao tratar da nação – como rasura – seduz, pois:

A escrita e suas metáforas criam casas de maternos ventres para o abrigo dos filhos da nação, essa toda gente que, em verdade, é tão mais diversa e tão menos idílica do que as metáforas que as dão dizibilidade querem fazer crer. Nessa perspectiva, as escritas historiográfica e literária, ao lidarem com memórias e esquecimentos, interferem nos modos como uma dada coletividade lida com seu passado, percebe seu presente e se projeta além dele²⁰².

Portanto, as identidades nacionais, tidas como prontas e fechadas, não são confiáveis, pois, assim como a memória coletiva, é passível de esquecimento, já que se trata de resultados a partir das dinâmicas sociais.

Além disso, há problemática no fato da narrativa ser em primeira pessoa, pois as informações a nós apresentadas passam, antes de tudo, pelo filtro do narrador, havendo momentos em que até mesmo há apropriação das narrativas dos mais velhos e, conseqüentemente, de suas memórias.

Logo, o processo de autodescoberta e organização social presentes em *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra* mostra-se de fundamental importância para nosso estudo, afinal, analisar processos culturais, identitários e de formação da memória coletiva leva-nos a compreender as identidades e suas dinâmicas, bem como situa-nos diante dos vários híbridos. Compreendemos que um caminho terceiro é uma opção, o caminho que alia o universo tradicional ao da modernidade, fazendo com que esses dois caminhem juntos, assim como Marianinho o fez.

Desse modo, percebemos, dentro do romance, que é a história vivida que melhor fixa-se na memória, contrapondo-se ao que foi aprendido pedagogicamente. De qualquer maneira, para que as lembranças coletivas sejam apreendidas pela individual, é preciso que haja um escopo para referência, senão, tornam-se vazias de significação. Todavia, muitas dessas (re)construções da memória têm origens duvidosas, tal qual vemos explicitamente no episódio do álbum de família, uma vez que acabam por serem forjadas a partir de falsos reconhecimentos com base nos relatos das pessoas que nos cercam, tornando-se simuladas.

²⁰² BRAÚNA, Dércio. *Op. Cit.*, p. 257.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Marianinho, narrador-protagonista de *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra* (2003), do escritor moçambicano Mia Couto, retorna à Ilha de Luar-do-Chão no início de sua vida adulta. Apesar de ter nascido na Ilha, muito se distanciou de sua família, de seus costumes e tradição, pois ainda criança foi enviado à cidade para estudar, morando, em um primeiro momento, com os Lopes, casal de portugueses que são seus padrinhos. Seu curso é interrompido com a brusca chegada do tio Abstinência, filho mais velho de Dito Mariano e Dulcineusa, para levá-lo de volta à Ilha.

Essa viagem mostrou-se ir além do caminho percorrido geograficamente. Ao atravessar o rio Madzimi, o jovem descobre que sua tarefa vai muito além de comandar a cerimônia de enterro do Avô Dito Mariano, pois a família Malilanes, na língua local, e Marianos, no aportuguesamento, e a Ilha estão em estado de abandono e decadência. Ao conversar com seus familiares, com os demais moradores de Luar-do-Chão e receber as orientações *quase* póstumas de seu *quase* falecido Avô, Marianinho descobre que as mazelas locais são decorrentes dos segredos velados que assolam a terra, passando, assim, a romper com a mudez imposta ao passado, trazendo à tona as memórias que, sem sua intervenção, seriam sepultadas junto com Dito.

Por meio de uma reflexão sobre teorias da construção identitária, da formação da memória e como a Literatura vem a conter em suas linhas as dinâmicas sociais de seu tempo, analisamos, nesta dissertação, os processos perpassados por Marianinho, os quais refletem em Luar-do-Chão e na família Malilanes/Marianos, para sua formação identitária e amadurecimento, que estão em diálogo com seu sentido de pertencimento e absorção do universo tradicional da Ilha.

A casa, Nymba-Kaya, é o lugar que abriga, sendo o ponto de confluência da ação, já que em sua sala destelhada reside o corpo do Avô. Os três filhos de Dulcineusa e Dito trazem, desde seus nomes: Abstinência, Fulano Malta e Último, a representação de tipos que, de certa forma, agregam os comportamentos sociais pós-coloniais, uma vez que as identidades, outrora vistas como estáticas nas sociedades tradicionais, são postas em xeque mediante as mudanças político-sociais e econômicas.

Diante desses fatores, o sujeito encontra-se em cisão, as fronteiras não são estáveis e as formas de interação sofrem mudanças, a memória e a tradição passam por crise em Luar-do-Chão, dentro da família dos Malilanes/Marianos, no país e no mundo,

afinal, o que se passa na Ilha passa ter reflexos por todo globo, com relata Marianinho quando a terra fecha-se. Para buscar a solução das mazelas da Ilha, o jovem empreendeu a busca pelos relatos do passado dos seus familiares e outros moradores, lembranças a partir das quais passa a (re)construir a memória familiar e coletiva.

Desse modo, no primeiro capítulo, partimos das considerações teóricas sobre formação identitária, tratando do contexto pós-independência e as mudanças decorrentes da globalização iminente, além da alteração das estruturas sociais e as reorganizações políticas, bem como a busca pela modernidade por parte do Estado, o que fez com que as identidades entrassem em crise. Trouxemos, também, uma discursão acerca da formação e constituição da memória com base nas teorias de Maurice Halbwachs, Paul Ricœur, Jacques LeGoff e Peter Burke, juntamente com uma reflexão de alguns pontos sobre Literatura e sua performatividade, compreendendo-a como meio no qual estão inseridas as dinâmicas sociais, uma vez que esta mostra-se transfiguradora do real, partindo dos conceitos de Edward Said, Antonie Compagnon, Nicolau Sevcenko e Antonio Candido.

As reflexões do narrador-protagonista, seus pontos de vista e sentimentos diante das (re)descobertas que vai fazendo, demonstraram que compreender os processos históricos perpassados na África, no tocante a colonização portuguesa, fez-se salutar para o desenvolvimento de nosso estudo. Consequentemente, trouxemos, um breve panorama da colonização europeia na África, focalizando nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, especialmente Moçambique.

Compreender a história moçambicana contribuiu para a interpretação do romance *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*, visto que há em seu enredo referências a história de Moçambique. Na narrativa, há a apropriação de dados históricos para encadear seus acontecimentos, sobretudo, emergem referências ao movimento de independência de Moçambique. Dessa maneira, estabelecemos um paralelo entre a representatividade social e as características históricas presentes no romance.

Outrossim, a desfragmentação do sentimento de pertencimento à nação, a qual havia ocupado, de certa forma, o lugar social da família na tradição africana, fez com que a organização social fosse alterada, implicando na busca pela posição do sujeito coletivamente. Por conseguinte, no terceiro capítulo, empreendemos uma análise e identificação dos processos de construção identitária em *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra* (2003), a partir dos conceitos de identidade e memória, tendo como

foco Marianinho, narrador-protagonista, o que o leva a ser aceito como adulto por sua família, estando apto a ocupar o lugar tradicional de chefe familiar.

Para isso, trouxemos os personagens do romance em diálogo com o desenvolvimento da trama, as ações que embasam nossa perspectiva de análise, explanando, também, sobre a forma em que o romance está organizado, uma vez que a significação do enredo vai além dos textos que compõe seus vinte e dois capítulos, sendo as epígrafes, em sua maioria, falas atribuídas às personagens de *Um rio...* Posteriormente, apresentamos como a construção e formação da identidade e da memória estão presentes no romance, dentro do paralelo da transfiguração literária do real, ao que alicerçam o êxito de Marianinho em sua jornada pela Ilha, família e memórias.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUALUSA, José Eduardo; COUTO, Mia. Debate realizado no Pauliceia Literária, 2015. Disponível em: <https://goo.gl/PAoa4b>. Acessado em 10 de maio de 2016.

ALMEIDA, Érica Reis. O Pan-africanismo e a formação da OUA. Revista Geo-Paisagem, ano 6, nº 12, jul/dez. 2007. Disponível em: <http://www.feth.ggf.br/%C3%81frica.htm>. Acessado em 10 de maio de 2016.

ALVES, Ruane Maciel Kamunski. *Literatura e resistência na poética de Craveirinha*. Disponível em: <https://goo.gl/8Rs158>. Acessado em 23 de janeiro de 2017.

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2015.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BENJAMIN, Walter. “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: *Magia e técnica, arte e políticas: ensaios sobre literatura e ensaios da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221

BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renata Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BONNICI, Thomas. “Teoria e crítica pós-colonialistas”. In: BONNICI, Thomas & ZOLIN, Lúcia (org.). *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. Maringá: Eduem, 2005. p. 223-239.

BRAÚNA. Dércio. *Nyumba-Kaya: Mia Couto e a delicada escrivência da nação moçambicana*. São Paulo: Alameda, 2014.

BUENO, André. “O sentido social da forma literária”. In: *Literatura e sociedade: narrativa, poesia, cinema, teatro e canção popular*. 9 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

BURKE, Peter. “História como memória social” In: *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Trad. Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 4 ed. São Paulo: EdUSP, 2013.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

CAPELA, José. *Moçambique pela sua história*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2010. Disponível em: <https://www.google.com.br/?client=firefox-b-ab#>. Acessado em: 16 de junho de 2016.

_____. *Moçambique pelo seu povo: cartas à “Voz Africana”*. Porto: Centro de Estudos Africanos da universidade do Porto, 2010.

CARPENTIER, Alejo. *O reino deste mundo*. Tradução de João Olavo Saldanha. Rio de Janeiro: Editora Record. E-book disponível em: <https://goo.gl/1smBXc>. Acessado em 11 de fevereiro de 2017.

CARREIRA, Shirley de Souza Gomes. “A representação da identidade em *Antes de nascer o mundo*, de Mia Couto”. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares; CURY, Maria Zilda (org). *África: dinâmicas culturais e literárias*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012.

CAVACAS, Fernanda. “O desejo de esquecer”. In: CAVACAS, Fernanda; CHAVES, Rita; MACÊDO, Tania (org.). *Mia Couto: um convite à diferença*. São Paulo: Humanitas, 2013.

CEVASCO, Maria Elisa. “Literatura e estudos culturais”. In: BONNICI, Thomas & ZOLIN, Lúcia (org.). *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. Maringá: Eduem, 2005. p. 267-273.

CHAVES, Rita; MACÊDO, Tania. “Mia Couto e o convite à diferença”. In: *Mia Couto: um convite à diferença*. São Paulo: Humanitas, 2013.

CHAVES, Rita. *Angola e Moçambique: o lugar das diferenças nas identidades em processo*. EDUCAM: Rio de Janeiro, 2001.

COMPAGNON, Antonie. *O demônio da teoria: literatura e o senso comum*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

CORDEIRO, Marcos Rogério. *História e literatura: questões para um método crítico*. In: Revista de Ciências Humanas, Vol. I, nº I. Viçosa: UFV, CCH, 2001.

COUTO, Mia. *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Terra Sonâmbula*. São Paulo: Companhia da Letras, 2007.

_____. *Se Obama fosse africano?* São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. *A confissão da leoa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *Vozes anoitecidas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____. Entrevista concedida a Gil Felipe para o Jornal Notícias. Disponível em <http://acervo.revistabula.com/posts/entrevistas/entrevista-mia-couto>. Acessado em 15 de maio de 2015.

_____. *Mia Couto fala sobre a literatura de Moçambique e de sua relação com as palavras*. Entrevista concedida a Marcos Fidalgo. Disponível em

<http://www.saraivaconteudo.com.br/Entrevistas/Post/45036>. Acessado em 27 de fevereiro de 2017.

_____. Entrevista concedida ao programa Roda Viva. Disponível em: <https://goo.gl/EVbnop>. Acessado em 14 de dezembro de 2016.

_____. *Mia Couto: pelo reencantamento do mundo*. Palestra Fronteiras do Pensamento. Disponível em: <https://goo.gl/zEFGbb>. Acessado em 15 de janeiro de 2017.

_____. Entrevista. Disponível em: <http://www.saraivaconteudo.com.br/Entrevistas/Post/45036>. Acessado em 14 de fevereiro de 2017

CRAVEIRINHA, José. “Prefácio”. In: COUTO, Mia. *Vozes Anoitecidas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

DERRIDA, Jacques. *A farmácia de Platão*. Tradução de Rogério Costa. São Paulo: Iluminuras LTDA, 1997.

ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano*. Trad. Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FERREIRA, Manoel. *Literaturas africanas de expressão portuguesa – II*. Amadora-PT: Instituto de Cultura Portuguesa, 1977. Disponível em: <http://goo.gl/5s8km1>. Acessado em 14 de fevereiro de 2017

FIRMINO, Gregório. *Processo de transformação do Português no contexto pós-colonial de Moçambique*. Disponível em: <https://goo.gl/6wNIBA>. Acessado em 14 de fevereiro de 2017.

FONSECA, Maria Nazareth S. “Percurso da memória em textos da literaturas africanas de língua portuguesa”. In: *Gragotá*. UFF, Niterói, v. 17, 2006, p. 45-64.

GARCÍA, Flavio. “Traços identitários da realidade moçambicana sob as lentes do maravilhoso: apropriações e ressignificações discursivas”. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares; CURY, Maria Zilda (org). *África: dinâmicas culturais e literárias*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012.

GOLDMANN, Lucien. *A sociologia do romance*. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

GORDIMER, Nadine. Fala da entrevista concedida ao documentário *A Literatura Africana - Nova África*. Disponível em: <https://goo.gl/rnHRHr>. Acessado em 09 de novembro de 2015.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Laurent Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. “A Questão Multicultural”. In: SOVIK, Liv (org). *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 8º ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. “Quem precisa da identidade”. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

HUSSEL, Hamilton. “Introdução”. In: SEPÚVELDA, Maria do Carmo e SALGADO, Maria Teresa. *África & Brasil: letras em laços*. São Caetano do Sul: Yendes Editora, 2006.

HUYSEM, Andreas. “Passados presentes: mídia, política, amnésia”. In: *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumento, mídia*. Trad. Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LARANJEIRA, Pires. *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995, pp. 18-21. Disponível em: <http://lusofonia.x10.mx/LA.htm>. Acessado em: 18 de maio de 2016.

LEITE, Ana Mafalda. “A narrativa como invenção da personagem”. In: CAVACAS, Fernanda; CHAVES, Rita; MACÊDO, Tania (org.). *Mia Couto: um convite à diferença*. São Paulo: Humanitas, 2013.

LEITE, Fábio. “Valores civilizatórios em sociedades negro-africanas”. In: *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, São Paulo, nº 18/19, 1995/1996, p. 103-118.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LOPES, Carlos. “Nem aspas nem rapas”. In: CAVACAS, Fernanda; CHAVES, Rita; MACÊDO, Tania (org.). *Mia Couto: um convite à diferença*. São Paulo: Humanitas, 2013.

LURKER, Manfred. *Dicionário de simbologia*. Tradução de Mario Krauss & Vera Barkow. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MACEDO, Tania; MAQUÊA, Vera. “Imprensa e percursos literários moçambicanos”. In: *Literaturas de língua portuguesa: marcos e marcas – Moçambique*. São Paulo: Arte & Ciência, 2007. Disponível em: <https://goo.gl/atR16H>. Acessado em 04 de agosto de 2016.

MÂQUEA, Vera. “A palavra habitada de Mia Couto”. In: CAVACAS, Fernanda; CHAVES, Rita; MACÊDO, Tania (org.). *Mia Couto: um convite à diferença*. São Paulo: Humanitas, 2013.

MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. *História geral da África* vol. VIII: África desde 1935. Brasília : UNESCO, 2010.

MOREIRA, Terezinha Taborda. “A identidade moçambicana no ilusório espelho da raça”. In: CAVACAS, Fernanda; CHAVES, Rita; MACÊDO, Tania (org.). *Mia Couto: um convite à diferença*. São Paulo: Humanitas, 2013.

NOA, Francisco. “Em busca da terra e do tempo perdidos: Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra”. In: CAVACAS, Fernanda; CHAVES, Rita; MACÊDO, Tania (org.). *Mia Couto: um convite à diferença*. São Paulo: Humanitas, 2013.

PADILHA, Laura Cavalcante. *Da construção identitária a uma trama de diferenças – Um olhar sobre as literaturas de língua portuguesa*. Disponível em: <https://rccs.revues.org/950>, acessado em 07/05/2017.

_____. “A semântica da diferença”. In: *Novos pactos, outras ficções: ensaios sobre literaturas afro-luso-brasileiras*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

_____. *Entre voz e letra: o lugar da ancestralidade na ficção angolana do século XX*. Niterói: EDUFF, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História, literaturas e cidades: diferentes narrativas para o campo do patrimônio*. In: *Revista patrimônio*, nº 34, 2012, p. 399-411.

RIBEIRO, Lúcia Helena Marques. “Um mar de utopias ou as narrativas das guerras colônias”. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares; CURY, Maria Zilda (org.). *África: dinâmicas culturais e literárias*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012.

RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp, 2014, p. 40.

ROANI, Gerson Luiz. “Narrativas de travessia do tempo: literatura e história”. In: CAMPOS, Maria Cristina Pimentel & ROANI, Gerson Luiz (org.). *Literatura e Cultura: percursos críticos*. Viçosa: Arka Editora UFV – Programa de Pós-Graduação em Letras, 2010.

ROSÁRIO, Loureço do. “O lugar da literatura como veículo de valores culturais africanos – o caso de Moçambique”. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares; CURY, Maria Zilda (org.). *África: dinâmicas culturais e literárias*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTIAGO, Silvano. “O narrador pós-moderno”. In: *Nas malhas da letra: ensaios*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002, p. 44-60.

SANTOS, Edna Maria dos. “Lembrar e ou esquecer: memórias de viagens, histórias/histórias de guerra e independências”. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares;

CURY, Maria Zilda (org). *África: dinâmicas culturais e literárias*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. “A Construção Social da Memória”. In: *Memória Coletiva & Teoria Social*. Coimbra: Annablume, 2012, p. 69

SECCO, Carmen Lucia Tindó Ribeiro. “Por entre memórias e silêncios: representações literárias das guerras em Angola e Moçambique”. In: *Revista Scripta*. Belo Horizonte, v. 12, n. 23, p. 13-25, 2º sem. 2008.

_____. “De afetos, memórias e esquecimentos: alguns rumos da poesia angola e moçambicana, hoje”. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares; CURY, Maria Zilda (org). *África: dinâmicas culturais e literárias*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Ana Cláudia da. *O rio e a casa: imagens do tempo na ficção de Mia Couto*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

SILVA, Marisa Corrêa. “Crítica sociológica”. In: BONNICI, Thomas & ZOLIN, Lúcia (org.). *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. Maringá: EdUEM, 2005. p. 141-151.

SILVA, Tomaz Tadeu da. “A produção social da identidade e da diferença”. In: _____. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SILVÉRIO, Valter Roberto. *Síntese da coleção História Geral da África: séculos XVI ao XX*. Brasília: UNESCO, MEC, UFSCar, 2013.

VALENTIM, Jorge Vicente. *Pelas margens do Atlântico e do Índico: ensaios sobre literaturas africanas de língua portuguesa*. Manaus: UEA Edições, 2012.

ZAPPONE, Mirian H. Y. “Estética da recepção”. In: BONNICI, Thomas & ZOLIN, Lúcia (org.). *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. Maringá: Eduem, 2005. p.153-162.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

Fonte: <http://schafergabriel.blogspot.com.br/2015/03/o-imperialismo-do-seculo-xix.html>. Acessado em 10 de maio de 2016.

Fonte: <http://www.infoescola.com/linguistica/bantos-bantus/>. Acessado em 07 de julho de 2016.

Fonte: <https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/mariano/>. Acessado em 23 de janeiro de 2017.

<http://cienciadaterra.blogspot.com.br/2009/11/divisoes-da-africa.html>. Acessado em 23 de maio de 2016.

<http://historiaestudoaqui.blogspot.com.br/2013/03/como-o-continente-africano-e-dividido.html>. Acessado em 23 de maio de 2016.

<http://lusofonia.x10.mx/LA.htm>. Acessado: 02 de julho de 2016.

<http://lusofonia.x10.mx/LA.htm>. Acessado em: 18 de maio de 2016.

<http://meteoropole.com.br/2013/10/portugal-nao-e-um-pais-pequeno/>. Acessado em: 26 de junho de 2016.

http://pensador.uol.com.br/autor/mia_couto/biografia/. Acessado em: 18 de maio de 2016.

<http://schafergabriel.blogspot.com.br/2015/03/o-imperialismo-do-seculo-xix.html>. Acessado em: 10 de maio de 2016.

<http://www.cart1525.com/gouveia/resposta.pdf>. Acessado em: 18 de maio de 2016

http://www.catedraportugues.uem.mz/lib/docs/Perguntugues_%20Linguas_bantu_bantas.pdf. Acessado em: 18 de maio de 2016

<http://www.companhiadasletras.com.br/autor.php?codigo=01846>. Acessado em: 16 de maio de 2016

<http://www.infoescola.com/linguistica/bantos-bantus/>. Acessado em: 16 de maio de 2016

<http://www.portaldogoverno.gov.mz>. Acessado em: 16 de maio de 2016

<http://www.webartigos.com/artigos/a-manifestacao-do-pan-africanismo-e-negritude-em-francisco-jose-tenreiro/108208/>. Acessado em: 21 de agosto de 2016

<https://pt.dreamstime.com/ilustrao-stock-mapa-administrativo-de-moambique-image47477192>. Acessado em: 22 de junho de 2016.

Instituto Camões: <https://goo.gl/W2FFKk>. Acessado em: 14 de fevereiro de 2017.

Resposta de Portugal: a Guerra Colonial. Disponível em: <https://goo.gl/JeOULY>. Acessado em: 15 de maio de 2016.